

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE ENSINO

**PROFESSORES NEGROS, EXPERIÊNCIAS DE
DISCRIMINAÇÃO, DE RACISMO E
PEDAGOGIAS ANTI-RACISTAS**

Lúcia Helena de Assis Machado

SÃO CARLOS (SP)

2007

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DEPARTAMENTO DE METODOLOGIA DE
ENSINO

PROFESSORES NEGROS, EXPERIÊNCIAS DE DISCRIMINAÇÃO, DE RACISMO E PEDAGOGIAS ANTI-RACISTAS

Lúcia Helena de Assis Machado

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação.

SÃO CARLOS (SP)

2007

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

M149pa

Machado, Lúcia Helena de Assis.

Professores negros, experiências de discriminação, de racismo e pedagogias anti-racistas / Lúcia Helena de Assis Machado. -- São Carlos : UFSCar, 2010.
201 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2007.

1. Educação - discriminação racial. 2. Estudos afro-brasileiros. 3. Pedagogia anti-racista. I. Título.

CDD: 370.19342 (20^ª)

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva

Profª Drª Cristiane Maria Ribeiro

Prof. Dr. Luiz Gonçalves Junior

Profª Drª Maria Célia Cota

Petronilha B. G. e Silva
Cristiane Maria Ribeiro
Luiz Gonçalves Junior
Maria Célia Cota

Trabalho realizado no quadro de pesquisas do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros da Universidade Federal de São Carlos (NEAB) e no grupo e Linha pesquisas Práticas Sociais e Processos Educativos com financiamento do CNPQ.

Dedico este trabalho para Geniel Bruno de Assis Machado, Luiz Antônio de Assis Machado e Marcos Alexandre de Assis Machado, meus amados filhos, com quem, no cotidiano das dádivas e percalços do amor, aprendo ritmos, diferenças, gostos, saberes, estilos de pensar, sentir, de agir. Tempo e o modo.

As elites dominadoras de hoje, como as de todos os tempos, continuam precisando da conquista como uma espécie de “pecado original”, com “pão e circo” ou sem eles. Os conteúdos e os métodos da conquista variam historicamente, o que não varia, enquanto houver elite dominadora, é esta ânsia necrófila de oprimir.

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus, pelo seu incondicional amor e ainda por ter sido ele meu amparo e fortaleza diante de todos os momentos difíceis da minha caminhada até aqui.

Ao meu pai Antônio Luiz de Assis (*in memoriam*) pelo grande homem que foi: negro honesto, simples, carinhoso, trabalhador e um dos meus maiores ídolos e exemplos de vida.

À minha mãe que sempre preocupada e às vezes, chorosa, dizia “Lúcia Helena será que isso vale a pena”. Mas no íntimo reconheço o seu orgulho por ter uma filha Mestre.

Ao meu esposo e filhos por todos os dias e noites de abandono em que ficaram esperando enquanto eu estudava, viajava, chorava, trabalhava...

Ao meu padrasto “Sr. Negrão” que nos momentos difíceis me emprestava um dinheirinho para acabar de fechar o mês e sempre dizia “Vá em frente você vai conseguir!”.

À minha eterna amiga, companheira, confidente e mentora Cristiane Maria Ribeiro responsável pela minha volta aos estudos. Com seu incentivo e cobrança nunca me deixou desistir.

À não menos importante amiga Maristela Lopes Vicente da Assunção que com seu jeito estabonado de amar, sempre esteve ao meu dispor, me orientando onde fazer as refeições, onde me hospedar, que amizades fazer na cidade de São Carlos.

À minha colega Juliane, companheira de quarto, de almoço, de viagem e de sofrimento nas estradas perigosas nas noites de viagem de São Carlos à Uberlândia.

À minha fiel e companheira amiga Sílvia com todo carinho e apesar de ficarmos distantes nunca me esqueceu. Sempre esteve presente e contribuindo para que eu conseguisse continuar meu trabalho.

À minha querida e estimada professora orientadora Dr^a. Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, que com sua calma, tranquilidade e sabedoria me fez chorar, mas acima de tudo me mostrou pelo sua dedicação e exemplo que tenho valor, sou capaz e existo enquanto pessoa.

À todos os professores do grupo de pesquisa que com todo carinho e dedicação, se dispuseram a participar do trabalho, deixando seus afazeres para estarem na minha casa nas tardes de sábado.

Enfim a todos aqueles de forma direta ou indireta colaboraram para que eu pudesse realizar o grande sonho de ser Mestre, muito obrigada.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a análise, por meio da memória e narrativa das experiências pessoais e profissionais de discriminação e racismo vividos por sete professoras e um professor negro, para através delas entender o posicionamento assumido pelos mesmos diante da questão racial, seja no ambiente escolar ou fora dele. Analisa-se também de que maneira as experiências discriminatórias contribuem em maior ou menor grau para que esses professores construam estratégias ou pedagogias anti-racistas com o objetivo de acabar com a discriminação e o preconceito racial. O posicionamento das professoras e do professor oscilou entre uma postura combativa de luta, de silenciamento, de negação, de enfrentamento na esfera pessoal até a construção de estratégias, mesmo que no campo individual de combate a discriminação.

Palavras Chaves: Discriminação. Racismo. Estratégias. Pedagogias anti-racistas.

ABSTRACT

The presente work has a objective the a analysis by the memory and telling of personal and professional experiences of discriminations and racism lived by eight black teachers, for through them to understand the position accepted by the same teachers up against the racial question, or in the school circle or out of it. It also analyzes how the discriminatitory experiences contribute in bigger or smaller grade for these teachers build anti-racism strategies or educations with the object to finish with the racial discrimination and prejudice. The position of the teachers varied between a combative position of fight, silence, refuse, face in the personal circle till the build of strategies, even if in the individual fighter field of discrimination.

Key Words: discrimination, racism, strategies anti-racism, education, teachers.

LISTA DE SIGLAS

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NEAB - Núcleo de Estudos Afro-brasileiro

CNE - Conselho Nacional de Educação

UEG - Universidade Estadual de Goiás

PNAD - Pesquisa Nacional Por Amostragem de Domicílio

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego no Brasil

SIEE - Secretaria de Informações e Estatísticas Educacionais

MEC - Ministério da Educação e Cultura

FNB - Frente Negra Brasileira

UFSCar - Universidade Federal de São Carlos

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Educação

CNPQ - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

SUMÁRIO

| | |
|--|-----|
| 1. INTRODUÇÃO----- | 14 |
| 2. CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES ----- | 16 |
| 2.1. A temática ----- | 16 |
| 2.2. A questão de pesquisa----- | |
| 2.3. Discutindo os termos e conceitos chaves que ofereceram opção para construção da pesquisa ----- | 29 |
| 3. ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS ----- | 39 |
| 3.1. A memória como instrumento de pesquisa----- | 43 |
| 3.2. O grupo de professores negros de Pires do Rio - Goiás participantes da pesquisa----- | 47 |
| 3.3. A atuação da pesquisadora coordenadora das reuniões----- | 50 |
| 3.4 As reuniões, seus objetivos e resultados----- | 51 |
| 4. CONTEXTO DA PESQUISA SEGUNDO A LITETURA----- | 58 |
| 4.1. A descoberta do ser negro----- | 58 |
| 4.1.1. Quem é o cidadão negro no Brasil ----- | 59 |
| 4.1.2. A inserção do negro no mercado de trabalho ----- | 71 |
| 4.2. A profissão docente na visão dos educadores negros brasileiros----- | 80 |
| 4.2.1. A trajetória escolar dos negros brasileiros ----- | 81 |
| 4.2.2. Cor e profissão docente ----- | 99 |
| 4.2.3. O preconceito e discriminação racial que sofrem os professores negros dentro da escola----- | 108 |
| 5. ANÁLISE DOS DADOS----- | 119 |
| 5.1. O que dados mostram----- | 119 |
| 5.2. Quem discrimina?----- | 121 |
| 5.3. O que a discriminação desperta nos participantes da pesquisa----- | 131 |
| 5.4. Como reagem as pessoas discriminadas----- | 139 |
| 6. INDICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS OU PEDAGOGIAS ANTI-RACISTAS MANIFESTADO PELOS PROFESSORES PARTICIPANTES----- | 148 |

| | |
|--|-----|
| 6.1. A discriminação e suas diversas faces ----- | 148 |
| 6.2. As tentativas de “sobrevivência” ao racismo e discriminação segundo os participantes da pesquisa ----- | 150 |
| 7. CONSIDERAÇÕES FINAIS ----- | 162 |
| 7.1. O medo de ser negro na sociedade brasileira ----- | 162 |
| REFERÊNCIAS ----- | 167 |
| ANEXOS ----- | 175 |

1 INTRODUÇÃO

A dissertação se apresenta organizada da seguinte forma: no primeiro capítulo esclarecemos os motivos que me levaram a pesquisar este trabalho, esclarecendo os conceitos e termos chaves os quais serão utilizados. No segundo capítulo registro os encaminhamentos metodológicos para desenvolvimento do trabalho. No terceiro capítulo abordaremos a questão da descoberta do ser negro: quem é e onde está o cidadão negro na sociedade brasileira, tendo como pano de fundo a construção histórica da cidadania e sua inserção no mercado de trabalho a partir da abolição da escravatura.

Nesse percurso, o primeiro processo a que nos referimos é o da construção histórica desse grupo étnico-racial e segundo ao despreparo da mão-de-obra negra atrelada à competição desigual com o imigrante europeu que sujeitou e relegou os negros a condição de excluídos socialmente (mão-de-obra de “segunda ordem” e última classe na escala social).

Ainda no terceiro capítulo, procuramos desvendar o processo de profissionalização docente dos negros. Identificar se a cor da pele influencia ou não na hora do ingresso do professor no mercado de trabalho e quais os processos de discriminação e preconceito a que esses professores foram submetidos.

Outro fator relevante é a trajetória escolar dos negros brasileiros e como a quantidade de conhecimento¹ e títulos influenciam na maior ou menor incidência de discriminação e preconceito para os negros.

No quarto capítulo desvendaremos a questão da ação pedagógica dos professores negros e seu reflexo na sociedade. Como agem e reagem alunos de professores negros dentro e fora da sala de aula, bem como os professores negros se

¹ Nos referimos aqui aos conhecimentos produzidos historicamente como bens universais da humanidade e que são repassados de uma geração a outra.

percebem e reagem ou criam formas de resistência contra a prática discriminatória a que são submetidos.

Discutiremos ainda no capítulo quatro o medo de ser negro e os conflitos enfrentados por professores negros na sociedade multicultural. É relevante compreender aqui as muitas faces do mito da democracia racial e o processo de branqueamento existentes na sociedade brasileira os quais obrigam os negros a se negar para se afirmarem como pessoas nesta sociedade brasileira excludente, elitista e racista.

2 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Até o momento em que os oprimidos não tomem consciência das razões de seu estado de opressão “aceitam” fatalistamente sua exploração. Mais ainda, provavelmente assumam posições passivas, alheadas, com relação à necessidade de sua própria luta pela conquista da liberdade e de sua afirmação no mundo. Nisto reside a convivência com o regime opressor.

(Paulo Freire, 1987. p. 51)

2.1 A temática

Começo a construir o objeto desta pesquisa em razão de minha experiência como professora negra na rede pública de ensino na Educação Básica e Ensino Superior na cidade de Pires do Rio - Goiás e face à constatação de inúmeras dificuldades enfrentadas e constante luta, para que fosse aceita e tivesse reconhecida minha competência e meu valor como profissional. Este trabalho se desenvolve na tentativa de construção de um processo reflexivo que vislumbre as dificuldades das relações étnico-raciais, dentro e fora do cotidiano escolar.

Juntamente com outros colegas de trabalho iniciei um processo de constituição de lembranças na nossa atuação, em diferentes experiências de trabalho e fora dele, tentando explicitar a problemática da discriminação e preconceito racial.

Os objetivos deste trabalho são os de identificar e avaliar discriminações e preconceitos sofridos por professores negros em suas atividades ou atuações, bem como identificar ou conhecer suas reações e estratégias de enfrentamentos criadas por eles para que diminuísse a prática de racismo e discriminação.

Portanto, pretendo por meio das lembranças que emergem da memória dos professores, entender melhor a dinâmica das relações étnico-raciais que ocorrem no passado e no presente de cada um deles em diferentes situações na sua vida em Pires do Rio – Goiás.

Assim, nas reuniões realizadas e nos contatos iniciais em que o grupo de professores pôde participar foi possível detectar que houve experiências de racismo e de discriminação ocorridas dentro e fora do ambiente de trabalho. Embora as experiências que se dão fora da escola não sejam o foco da pesquisa, percebemos que influenciaram notoriamente na vida destes profissionais dentro da escola.

Daí é possível ponderar que a maior participação de docentes negros nas escolas pode estar alterando a dinâmica das relações étnico-raciais neste ambiente, isto porque um grupo de pessoas mais atentas conversa entre si, criando estratégias anti-racistas. Esta situação colaboraria para que as pessoas não pratiquem de forma tão visível e direta a discriminação.

Combater o racismo faz parte da profissionalização de docentes negros (MORAES, 2005, GOMES, 1995). Mas antes de tocar neste ponto precisa-se

lembrar e examinar a profissionalização dos professores. A construção da profissionalização docente precisa ser examinada do ponto de vista dos gêneros, uma vez que historicamente a profissão docente é uma profissão destinada às mulheres. Segundo Demartini e Antunes (1993), o magistério foi inicialmente ocupado por homens e, posteriormente, devido às mudanças na estrutura do mercado de trabalho e aos baixos salários, estes se deslocaram para funções consideradas mais valorizadas, abrindo espaço para o ingresso das mulheres nesse campo e para sua conseqüente profissionalização. Devido ao processo de feminização do trabalho do professor aconteceu uma inversão na profissão docente a partir da saída dos homens para ocupar cargos considerados mais valorizados:

Coube à mulher assumir a “missão” de cuidar e de educar crianças, devido à crença de que era dotada de qualidades inatas para o desempenho da atividade docente, relacionadas à função materna (SILVA, 2003. p.26).

Deste modo, ser professora representava no início da profissão docente feminina, segundo Almeida (1996, p. 706):

um prolongamento das funções domésticas e instruir e educar crianças, sob o mascaramento da missão e da vocação inerentes à mulher, significava uma maneira aceitável de sobrevivência, na qual a conotação negativa com o trabalho remunerado feminino esvaía-se perante a nobreza do magistério.

Vencendo as barreiras do preconceito de gênero as mulheres ingressaram na profissão docente seja porque os homens começaram a abandonar a profissão para assumir cargos mais elevados, seja por um esforço inevitavelmente individual. No entanto, cabe salientar que a ascensão à docência não tem sido igual para todas as mulheres. Silva (2003, p. 27) esclarece que no período que compreende a década de 20 do século XX o ato de educar coube apenas àquelas professoras tidas como “física e psicologicamente sadias”, características estas atribuídas às pessoas brancas, de origem européia.

Deste modo para os professores e professoras negras, que além de não corresponderem ao padrão físico exigido, um outro fator que lhes impediu o ingresso no magistério de forma igualitária relativamente aos brancos(as): a grande maioria da população negra era e continua privada do acesso à educação. Assim poucos têm sido os que ingressam na profissão docente.

Portanto, mesmo ingressando na profissão docente pelos caminhos ainda dificílimos, os professores negros, que são na sua maioria professoras, se deparam também com a organização escolar baseada na hierarquia marcada por discriminações. Cândido (1973, p.107) define a escola como estratificada em escalas hierárquicas bem definidas (diretor, professor, aluno) em que a idade, gênero e a origem sócio-econômica e étnico-racial agem poderosamente na composição. Diante disso, uma pergunta se coloca e para a qual é preciso estar

atento e responder nos próximos anos: uma mudança na composição étnico-racial do corpo docente pode modificar o processo de interação professor-aluno, nela vivenciado, uma vez que subverte a ordem hierárquica até então predominante?

Se na escola a hierarquia define o lugar e o papel de seus atores baseada em critérios de idade, etnia, origem e posição sócio-econômica, então a entrada de professores negros pode mudar a dinâmica hierárquica. É importante lembrar que a dinâmica das relações étnico-raciais como se dão atualmente acabam, muitas vezes, por desqualificar os professores negros.

É sabido que o modelo de ser humano que identifica poder em nossa sociedade é o homem branco, adulto, jovem, cristão e com situação sócio-econômica privilegiada, ou seja, rico. A ascensão de pessoas que não correspondam a esse padrão – mulheres de qualquer pertencimento racial, pessoas negras, indígenas, orientais – a essa esfera social pode representar, para os que assumem este modelo, uma ameaça e conseqüentemente levar a uma não aceitação dessa nova relação poder-saber.

No caso dos negros as rejeições ainda são mais acentuadas, pois a sua imagem, devido ao racismo que se desenvolve permanentemente na sociedade, está associada à ignorância, primitivismo, incapacidade, indisciplina, preguiça.

Infelizmente, no Brasil, a denúncia contra a imagem negativa associada aos negros não tem repercutido suficientemente em práticas sociais que exterminem a discriminação.

O aumento de professores negros pode estar ligado à desvalorização do magistério e também à democratização da educação do ensino fundamental, pois estes fatores trazem para as salas de aula as classes populares e os negros que são em torno de 50% da população total (IBGE, 1987). O aumento de alunos negros torna necessária a entrada de professores negros nas escolas, sejam públicas ou particulares afim de garantir o sucesso dos alunos negros pois observa-se que professores pertencentes às classes sociais altas, mesmo negros, nem sempre têm sensibilidade para compreender e trabalhar a partir de culturas e visões de mundo que não são as de sua classe, o que tem causado o abandono dos estudos, pelas crianças negras.

É urgente e necessário que os professores dêem condições de acesso a todas às crianças ao que de melhor a humanidade tem produzido em termos de conhecimentos. Mas, infelizmente o que acontece, de fato, é que professores baseados em preconceitos, pré-julgam seus alunos e acabam expulsando dos bancos escolares aqueles menos privilegiados economicamente ou considerados incapazes, formando batalhões de analfabetos. Ilustro isso com um fato que me foi contado por uma colega não negra:

Minha colega em conversa com uma professora, colega sua, não negra, na escola, ouviu o seguinte argumento: Não ensino tudo que deveria ensinar aos meus alunos pobres da 4ª série, pois acredito que eles não farão vestibular.

Acredito que esta professora deveria ser denunciada no Ministério Público, porque ela está retirando do aluno o seu direito garantido pela Constituição Federal no seu art. 206 que diz:

A Educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988)

Não me assustariam também atitudes como esta serem tomadas por professores negros, pois a experiência de vida dos professores negros, bem como a experiência de vida de todos os brasileiros é marcada pela situação de seus antepassados. Como todos os brasileiros, os professores negros são herdeiros das relações étnico-raciais construídas no modelo escravista. Assim negar sua condição de negro é premissa para sua aceitação na sociedade. Sem dúvidas há marcas extremamente fortes para o oprimido, como afirma Bernardo:

A condição de escravo é determinante na vida do negro e de seus descendentes, dando proeminência ao fato de que ser escravo não significava simplesmente um aspecto das suas vidas, mas era sua condição humana (BERNARDO, 1993 p.14/24).

A autora afirma ainda que uma situação sócio-econômica desprivilegiada acaba por promover dificuldades na administração de condições de sobrevivência de famílias negras, gerando obstáculos para um melhor estabelecimento social e educacional de seus jovens.

Pesquisas revelam que prioridade tem sido dada na educação de um grupo social particular – aquele que mantém o poder dos governos. Henriques demonstra que um objetivo tácito da sociedade promove esta orientação, senão como podemos entender que:

Cerca de 55% da diferença salarial entre pessoas negras e brancas está associada com a diferença educacional, uma parte da qual é derivada da discriminação gerada dentro do sistema educacional e a outra parte da herança da discriminação educacional infligida sobre a geração dos pais dos estudantes (HENRIQUES, 2001, p.26).

Compreendo que o processo de exclusão foi, é e está sendo construído historicamente. A situação que hoje se denuncia já estava explicitada há trinta anos atrás em revista de divulgação em relação a toda a população com dificuldades de escolarização.

Como se vê, milhões ficando lado de fora do sistema escolar, sem contar os adultos que não se matriculam em curso algum nos últimos 20 anos (pessoas de quinze a quarenta anos). Em 1958 tínhamos apenas meio

milhão de alunos no quarto ano primário. O restante ficou sem estudar... (REALIDADE. Ano VI, N.70, 01/72, p.76).

A educação escolar universitária embora esteja presente nos discursos na sociedade brasileira como em valor, ainda não é prioridade quanto mais se tratando da educação para as classes populares, dentre estas os negros. Silva e Silvério (2003) salientam que:

[...] educação para cidadania, como uma preparação para competência, compromisso e liberdade se desenvolveu, em grande parte devido às iniciativas de movimentos sociais ou ações visadas por grupos em desvantagem. Muito fica para ser feito para tornar a educação disponível para todos, como proclamado em discursos, e transformar textos legais de boas intenções em políticas reais que favoreçam verdadeiramente todos os cidadãos (p.186/187).

Relativamente à educação dos negros, se por um lado a vida escolar é muito acidentada pelo difícil acesso e permanência na escola, por outro lado, a escolarização significa uma das poucas possibilidades de ascensão social. E no caso, principalmente das mulheres negras representa muitas vezes, não uma opção, mas, sim a exclusão de outras possibilidades de escolha profissional. Há quem alie tal possibilidade à perda de prestígio dessa profissão ao longo dos anos.

A tese básica da proletarização de professores é que o trabalho docente sofreu uma subtração progressiva de uma série de qualidades que conduziram os professores à perda de controle e sentido sobre o próprio trabalho, ou seja, perda de autonomia (CONTRERAS, 2002, p.33).

A desvalorização da profissão docente, expressa nos baixos salários, na falta de condições de trabalho, nas tentativas de depreciação feita inclusive por autoridades educacionais, têm atingido violentamente o ânimo, a identidade e a formação dos professores. A esse respeito Franchi (1995) diz que:

Salários cada vez mais baixos e degradados obrigam a uma jornada de trabalho múltipla e dispersa; isso impede não somente o amadurecimento da experiência do professor, como lhe retira qualquer disponibilidade para o preparo das aulas, para o estudo, para uma implementação inteligente e competente dos conteúdos e das práticas dos processos de qualificação que lhes são proporcionados bem ou mal (FRANCHI, 1995 p.24/25).

A desvalorização da profissão docente abre as portas para que negros e outros grupos marginalizados socialmente dela se apropriem. Cabe lembrar novamente que o magistério é uma profissão eminentemente feminina, mas que vem sofrendo uma procura considerável por homens em virtude da falta de empregos do país. Não estamos questionando aqui aqueles que têm de fato uma vocação para o magistério. No entanto, cabe salientar que a entrada de professores negros na profissão docente se explica também porque esse grupo tem seu acesso a profissões especializadas, tidas como próprias para as elites, muito limitado.

Além dos aspectos já mencionados que impossibilitam aos negros inserção igualitária no mercado de trabalho, acrescenta-se ainda o fato de que após a abolição da escravatura, no Brasil (final do século XIX), a formação dos escravizados para o trabalho livre ficou muito limitada. (SILVA, 2000)

Santos (1997) afirma que a condição a que o negro está submetido se dá em função do processo ocorrido antes e após a abolição do regime escravista. Segundo o autor, as características atribuídas ao escravo, ou melhor, as imagens negativas sobre os escravizados orientaram a ação dos senhores com relação a eles. As idéias que, não estão deslocadas da prática social escravista, deram num primeiro momento, suporte ao mundo escravista e, num segundo momento, sentido ao mundo pós-escravista, pois condicionaram a elaboração da “visão de mundo” daqueles senhores.

O negro escravizado considerado como “instrumento de produção” era visto pelo senhor como alguém perigoso que buscava subverter a ordem, quando reagia à escravidão. Aos olhos dos senhores essa reação era encarada como preguiça, incapacidade para o trabalho, indolência, ociosidade, incivilidade, irracionalidade, enfim anti-humanidades. E o mais terrível é que esta visão dos senhores vai perdurar e permanecer até hoje entre as classes de pessoas brancas e abastadas.

Daí advém parte importante da explicação para a carreira profissional dos negros ter ficado limitada nos primeiros anos do século XX. Além disso, a concorrência no mercado de trabalho livre com os imigrantes europeus era desleal, uma vez que os mesmos possuíam a preparação requerida. Os negros ficaram,

então, marginalizados porque não houve políticas para a inserção dos negros no mercado de trabalho livre (SALLES, 2005 p.49/51).

É nesse contexto brevemente apresentado que se desenvolve o presente trabalho que pretende, através da pesquisa com o grupo de sete professoras e um professor, refletir e analisar situações de discriminação e preconceito vividos por eles no cotidiano escolar ou fora dele, e conhecer as alterações que se deram nas relações étnico-raciais no interior das escolas, por meio da criação de estratégias anti-racistas individuais ou coletivas.

2.2 Questão de pesquisa

A minha experiência docente e como aluna na escola pública e particular, bem como baseado no estudo da literatura entre as quais: Moraes (2005) Nilma Lino Gomes (1990, 2002), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (1987, 2003, 2004), Vinícius Fonseca (2000), Jacira Reis da Silva (2000), Sales Augusto dos Santos (1997), Ricardo Henriques (2001), Fúlvia Rosemberg (1987), Kabengele Munanga (2001), Moema de Poli Teixeira (1998), Carlos A. Hasenbalg (1979), a conversa desenvolvida pelo grupo de sete professoras e um professor é que me levaram a compreender que se os professores negros sofrem discriminação e preconceito racial, não estão de braços cruzados esperando que as transformações

em relação a essas situações dolorosas ocorram de forma milagrosa. É verdade que várias são as formas de enfrentamento, dentre elas a criação de estratégias de combate ao racismo e a discriminação tanto na sala de aula quanto na vida em sociedade.

Por isso, pautada tanto na minha experiência docente, na escola pública e privada como na de aluna, bem, como baseada na literatura, formulo a questão orientadora desta pesquisa: Que estratégias pedagógicas de combate ao racismo e à discriminação, professores negros constroem a partir das experiências de discriminação e racismo que tenham sofrido dentro e fora do contexto escolar?

Alguns desdobramentos:

A partir desta questão orientadora da pesquisa e com base na Lei 10.639/03 (BRASIL, 2003) e o Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004) e a Resolução 001/2004 que buscam cumprir o estabelecido na Constituição Federal (BRASIL, 1988) nos seus Art. 5º, I, Art. 206, I, § 1º do Art. 215 e Art. 216, tem sido desenvolvidas conversas prolongadas com professores de Pires do Rio – GO. a partir das seguintes questões que decorrem da questão de pesquisa:

1. O que você entende por uma pedagogia anti-racista?

2. Que experiências de discriminação vividas por professores negros, dentro e fora da escola, podem incentivar a criação de uma pedagogia ou estratégias anti-racistas?
3. As estratégias e também as pedagogias anti-racistas contribuem para alterar as relações étnico-raciais dentro da escola?
4. Que resultados você vem obtendo para as relações etnico-raciais positivas?

2.3 Discutindo os termos e conceitos chaves que ofereceram apoio para construção desta pesquisa

A discussão a respeito das relações raciais está permeada por uma diversidade de termos e conceitos, os quais muitas vezes causam discordância entre autores, pois eles têm perspectivas teóricas e ideológicas diferentes.

Por isso, no desenvolver deste trabalho alguns desses termos serão usados e discutidos do ponto de vista da educação, sem perder a dimensão que a prática social lhes dá.

Um dos motivos, além de situar referências teóricas de que me valho neste trabalho e que me impulsiona a realizar a explicitação dos significados de termos e conceito-chave é situar os leitores sobre como se desenvolvem as relações étnico-raciais a partir da compreensão dos termos. Faço-o também pensando em

professores e outros educadores que venham a lê-lo, uma vez que nós educadores, às vezes, utilizamos estes termos complexos sem a precisão necessária.

O primeiro conceito que queremos esclarecer é o de **raça**. Para Guimarães (2002) raça é uma categoria analítica que deve ser empregada não no sentido biológico do termo, mas no de construção social. Esta categoria tem se mostrado relevante para os estudos sobre relações raciais no Brasil, pois indica que as discriminações e desigualdades impostas à população negra são determinadas pela cor da pele, e por isso são efetivamente, raciais, e não apenas de classe.

Os atributos geralmente físicos, impostos à categoria negro, está na cor da pele dos sujeitos negros, que é vista como “anormalidade”, quando comparada á pele branca. Segundo Erving Goffman (1988), a sociedade categoriza as pessoas e cria atributos para classificá-los que passam a ser considerados comuns e naturais. Tais atributos ou estigmas indicam de um lado a “anormalidade” de indivíduos pertencentes a uma determinada categoria que a sociedade marginaliza e desprestigia, e de outro, indicam a “normalidade” quando se referem àqueles que a sociedade valoriza e tem pelos mais humanos, entre os humanos.

Sobre os sujeitos que possuem em seus corpos a marca cravada pela raça/cor, como é o caso dos professores e professoras negras que participam deste trabalho, incidem os mais variados tipos de **esteriótipos**, os quais são concebidos na partir de pré-julgamentos, que objetivam desqualificar os negros.

Segundo Bardin (1979) o esteriótipo é

A idéia que temos de [...] É a representação de um objeto (coisas, pessoas, idéias) mais ou menos desligada de sua realidade objetiva, partilhada pelos membros de um grupo social com uma certa estabilidade. O esteriótipo mergulha as suas raízes no afetivo e no emocional, porque está ligado ao preconceito por ele racionalizado, justificado e engendrado (p. 51).

Diante de estereótipos, homens e mulheres negras são submetidos à força do preconceito racial, da discriminação e do racismo. É o caso dos professores negros deste trabalho que o sofrem nas relações que vivenciam no contexto escolar e fora dele.

Segundo Cleber Maciel (1997), o **preconceito racial** é a forma de avaliar os negros tendo como princípios as idéias apriorísticas que lhes atribuem qualidades negativas. A **discriminação** é a ação prática discriminadora ocorrida com fundamento nos princípios preconceituosos. O **racismo** é a discriminação racial declarada ou institucionalizada, através de práticas sociais aceitas pelos costumes e leis de um determinado local ou nação. Ainda segundo Beato (1998) racismo é:

A teoria ou idéia de que existe uma relação de causa e efeito entre as características físicas herdadas por uma pessoa e certos traços de sua personalidade, inteligência ou cultura. E, somados a isso, a noção de que certas raças são naturalmente inferiores ou superiores a outras (p. 01).

Já o professor Joel Rufino (1998) assim o conceitua:

Racismo é a suposição de que há raças e, em seguida, a caracterização bio-genética de fenômenos puramente sociais e culturais. E também uma modalidade de dominação ou, antes, uma maneira de justificar a dominação de um grupo sobre outro, inspirada nas diferenças fenotípicas da nossa espécie. Ignorância e interesses combinados como se vê (p.12).

Concordo com a posição do professor Joel Rufino por entender, a partir da experiência como mulher negra, que o racismo é antes de tudo uma forma de justificar a dominação de um grupo de pessoas sobre outras, baseada nas suas características fenotípicas.

A mulher e o homem negros podem vir a recusar seu corpo, que é visto por eles mesmos como sinônimo de inferioridade, de incapacidade, de irracionalidade, e sofrimento em função da discriminação, do preconceito e do racismo, aos quais são submetidos. Com isso, eles buscam se aproximar do “padrão ideal branco” tido como o civilizado, capacitado, superior. Vale ressaltar que a população branca com frequência assume uma postura de “superioridade” diante do negro.

Certas posições assumidas pelos sujeitos estão ligadas a fatores sociais, religiosos, culturais e científicos. Fica claro aqui a política do **branqueamento** defendida por Oliveira Vianna (1932) que explica a razão de muitos negros se recusarem a ser negros para serem aceitos enquanto pessoas

A política do branqueamento defendida por Oliveira Vianna (1932) ao propor a arianização do povo brasileiro consistia em reduzir em um curto espaço de tempo o número de negros legítimos no contingente populacional brasileiro. Vianna (1932) defendia que a “arianização” do país ocorreria devido a três fatores: a reprodução natural do homem branco, a imigração européia que levaria ao “cruzamento” com os mestiços e a taxa de mortalidade mais elevada de negros e mulatos, que eram submetidos à fome e à miséria.

Muitas das concepções racistas, que ainda vigoram entre nós, tiveram origem no final do século XIX, às vésperas da abolição da escravidão, e pretendiam justificar, no plano ideológico, a “não integração” do negro na sociedade capitalista. A base para essa justificativa encontrava-se na incapacidade e na irracionalidade do negro para o trabalho livre, em contraposição ao imigrante europeu, capaz e racional.

Se por um lado essas teorias sustentam uma parcela branca fundamentada na “superioridade”, por outro tais teorias permanecem construindo representações simbólicas, imaginárias e ideológicas que permeiam as relações étnico-raciais, podendo deixar cicatrizes profundas nas psiques individuais da população negra, que incorpora os valores (ou sub-valores) negativos e difundidos como naturais.

Neste contexto, o racismo presente nas relações étnico-raciais, esconde seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, ele leva sujeitos negros a

desejarem, invejarem e projetarem um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo, de sua história étnica e pessoal. Segundo Neusa Santos Souza (1983): *“todo o identificatório negro converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidades negros deverão desaparecer”* (p.05).

Ainda como força das teorias racistas e dos esteriótipos, Gonzáles e Hasenbalg (1982) dizem do “lugar” socialmente concedido aos negros:

Ao negro destinam-se as atividades menos qualificadas (tais como limpeza urbana, serviços domésticos, etc), as moradias precárias (das senzalas às favelas), as prisões e os hospícios (já que é considerado indolente e insano). Ao branco, por outro lado, é reservado um “lugar” de privilégios, de status e de reconhecimento (p.57).

O “ser negro”, no caso brasileiro é construído numa relação de alteridade e em oposição ao “ser branco”. Ao negro são atribuídas as características depreciativas e ao branco as positivas, que por sua vez legitimam seus “lugares” nas instituições sociais e justificam os processos de inclusão/marginalização em cada uma delas.

Dessa forma ser professor negro, na sociedade brasileira implica dor e emoção, luta, resistência e indignação contra a constante discriminação racial a qual somos submetidos. Implica também a necessidade de repensar o nosso “lugar”

e no caso de professores, também a nossa prática pedagógica, numa perspectiva que almeje o expurgo de todas as formas de preconceito e discriminação.

A necessidade de compreender os mecanismos de inclusão ou de marginalização dos professores negros dentro da sociedade brasileira passa pela necessidade de se construir **estratégias ou pedagogias anti-racistas** visando erradicar o preconceito e a discriminação praticada contra os professores negros e seus alunos.

As estratégias e ou pedagogias anti-racistas segundo Cavalleiro (2001):

São aquelas que reconhecem a existência do problema racial na sociedade brasileira, buscam permanentemente uma reflexão sobre o racismo e seus derivados no cotidiano escolar; repudiam qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e cuidam para que as relações interpessoais entre adultos e crianças, negros e brancos sejam respeitadas; não desprezam a diversidade presente no ambiente escolar: utilizam-na para promover a igualdade, encorajando a participação de todos/as alunos/as; ensina às crianças e aos adolescentes uma história crítica sobre os diferentes grupos que constituem a história brasileira; busca materiais que contribuam para a eliminação do 'eurocentrismo' dos círculos escolares e contemplem a diversidade racial, bem como o estudo de 'assuntos negros'; pensam meios e formas de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial; elaboram ações que possibilitem o fortalecimento do autoconceito de alunos e alunas pertencentes a grupos discriminados (p.141/158).

Infelizmente a escola, muitas vezes, desconhece e desconsidera essa construção. É comum o pensamento de que a luta por uma escola democrática é suficiente para garantir a igualdade de tratamento a todos e todas. Essa crença é um grande equívoco. Tratamento igual para todos não garante que os

marginalizados serão contemplados em sua cultura, crença, valores, etc. Uma vez que tratamento igual, dependendo da prática, pode levar ao erro da homogeneização em detrimento do reconhecimento das diferenças.

Segundo Nilma Lino Gomes (2001)

[...] a prática pedagógica deve considerar a diversidade de classe, sexo, idade, raça, cultura, crenças, etc., presentes na vida da escola e pensar (e repensar) o currículo e os conteúdos escolares a partir dessa realidade tão diversa. A construção de práticas democráticas e não preconceituosas implica o reconhecimento do direito à diferença, e isso inclui as diferenças raciais. Aí, sim, estaremos articulando Educação, cidadania e raça (p.87).

Trabalhar para a construção de pedagogias ou estratégias anti-racistas dentro da escola, no Brasil, é pensar em alguns caminhos que nos ajudem a garantir, na prática escolar, o princípio constitucional da proibição do racismo, necessário superar as práticas racistas veladas e explícitas no cotidiano escolar, práticas que vão desde a escolha do professor ao tratamento dado aos pais e mães de alunos negros. “*Significa rever as enunciações e a maneira como o negro é retratado nos cartazes, nos livros didáticos, nas festas e nos auditórios*”. (GOMES, 2002. p. 89)

Ao ouvir a fala de um Professor Doutor da Universidade Federal de Goiás em relação à luta dos negros pelo fim da discriminação e do preconceito

racial, a princípio fiquei chocada. Ele disse em uma aula do mestrado que: “você negros são pouco espertos e se empenham numa luta que não faz sentido pois as leis brasileiras já expressam em si o fim de tudo isso, o que vocês precisam é fazer valer as leis”. Ora sabemos que as leis brasileiras só precisam de uma lei: aquela que faça com que todas as leis sejam cumpridas.

A meu ver garantir o cumprimento da lei em relação ao preconceito e a discriminação racial passa pelo enfrentamento e pela resistência. No caso da minha pesquisa passa pela construção imediata de estratégias e pedagogias anti-racistas. Segundo Paulo Freire (1987) *“No fundo as resistências – a orgânica e/ou a cultural – são manhas necessárias à sobrevivência física e cultural dos oprimidos... não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos”*. (p.87)

Assim falar em educação anti-racista é pensar na educação como um recurso para melhorar a qualidade de ensino e preparar todos os alunos e alunas para a prática da cidadania.

No contexto escolar que é o espaço social dedicado ao trabalho planejado, intencional pelo professor, seja ele público ou privado, nos níveis da Educação Básica à Superior, a educação anti-racista visa à erradicação do preconceito, das discriminações e dos tratamentos diferenciados. Nela estereótipos e idéias preconcebidas, estejam onde estiverem (meios de comunicação, material

didático e de apoio, corpo discente, docente, etc.) precisam ser duramente criticados e banidos.

A Educação anti-racista almeja ainda, possibilitar aos indivíduos pertencentes ao grupo dos atingidos pelos preconceitos, a reconquista de uma identidade positiva, dotada de amor e orgulho próprios. Na educação anti-racista é permanente o combate aos sentimentos de inferioridade e superioridade, visto que a palavra máxima da educação anti-racista é a igualdade entre os seres humanos, na riqueza da sua diversidade. Não tratamos aqui da igualdade hegemônica, mas aquela que se faz a partir das diferenças.

3 ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A existência porque humana não pode ser muda, silenciosa, nem tampouco pode nutrir-se de falsas palavras, mas de palavras verdadeiras, com que os homens transformam o mundo. Existir humanamente, é pronunciar o mundo, é modificá-lo. O mundo pronunciado, por sua vez, se volta problematizado aos sujeitos pronunciantes, a exigir deles novo pronunciar.

(Paulo Freire, 1987, p.78)

A coleta de dados foi feita inspirada nas experiências de Joyce Elaine King (1990) que trabalhou com as mães de filhos negros para que elas preparassem seus filhos para viverem numa sociedade racista.

A pesquisa que resultou no livro foi desenvolvida por meio de “conversas” entre a pesquisadora e as mães durante vários anos. A autora descreve que “*como mães de filhos homens negros e como educadoras estavam conscientes dos desafios tremendos para a estabilidade familiar*”. A idéia nasceu quando a autora recebeu uma convocação para preparar documentos para a Conferência sobre Pais e Educação de Adolescentes Negros Homens, em 15 de maio de 1987, na Faculdade DeAnza em Cupertino, Califórnia - EUA. A partir daí as conversas casuais que se davam entre a pesquisadora e as mães se tornaram sistemáticas para a pesquisanda e ofereceram-lhe sérias bases de investigações, de colaboração, de interdisciplinaridade, método inovativo de pesquisa nas respectivas áreas das

autoras e mães e responsabilidade delas como mulheres intelectuais negras. A coleta de dados se dava na cozinha da casa de Joyce, em torno de um bule de chá.

A autora salienta ainda que o trabalho só foi possível graças à disponibilidade, sabedoria e sinceridade das mães que participaram do estudo, pois elas revelaram suas experiências com seus filhos e, só assim, foi possível renovar *“a fé no poder de cura da palavra compartilhada”*.

De fato o meu trabalho não tem relação direta com o trabalho de Joyce Elaine King, mas sim com a metodologia utilizada pela autora - conversação em grupo. No caso da minha pesquisa o trabalho se desenvolveu com um grupo de sete professoras e um professor negros, interessados na temática racial, ou melhor, no combate ao racismo e discriminações. Acreditei ser a metodologia utilizada por King conveniente para resolver a questão proposta por meu estudo.

Joyce Elaine King retomou o método de conversação de grupo desenvolvido por DuBois e Li (1971) para “reduzir a tensão social” e adaptou esta estratégia para ajudar as participantes a identificar experiências, compartilhá-las e assim facilitar a discussão de questões sentidas profundamente ou altamente pessoais.

No meu trabalho o método investigativo concorre para os mesmos objetivos e além das questões emocionais individuais e pessoais encontrar estratégias que possam diminuir o sofrimento também de nossos alunos negros que

encontramos nas nossas salas de aula, além de educá-las, assim como aos não negros para combater o racismo e para desenvolver relações étnico-raciais positivas.

Segundo King (1990): “Expressando as emoções e experiências compartilhadas é a forma que os participantes se identificam com a natureza coletiva da experiência negra.” (p.3)

Entendo também que o método de conversação de grupo é uma forma de conhecer e compreender a realidade da vida dos negros. As indagações provocadas pela questão de pesquisa são usadas para iniciar uma conversação de grupo e a reflexão crítica sobre as experiências compartilhadas dos participantes, neste caso, professores negros.

Não pretendi aqui ser em nossos encontros “a pesquisadora” pois, quando os participantes pesquisadores refletem e compartilham suas experiências pessoais, pensamentos e emoções, eles se tornam co-pesquisadores no processo de pesquisa.

King (1990) salienta que:

Para os participantes incluindo os pesquisadores, a conversação de grupo é uma forma de compreender ou se tornar mais criticamente consciente da experiência coletiva dos negros por meio do exame reflexivo de sua própria realidade (p.4).

Outro ponto relevante deste método é que ele conta com a narração de histórias e testemunho, formas de comunicação valorizadas nas tradições africanas que permitem vislumbrar a história dos negros contada por eles mesmos. Segundo King *“a palavra falada tem poder de trazer as coisas à existência”* (p.5)

Falando e ouvindo as histórias uns dos outros gera conhecimento da condição individual e coletiva dos negros e auto-entendimento necessário para compreender e responder efetivamente ao desafio da Negritude, isto é de assumir a identidade de descendentes de africanos. Este procedimento ajuda a sobreviver em uma sociedade que é freqüentemente hostil às pessoas negras.

O método da conversação de grupo pode aumentar o auto-conhecimento dos participantes por identificar as origens sociais, suas emoções e experiências e por prover um contexto e processo para examinar criticamente suas experiências.

O método de conversação de grupo provoca diálogo recíproco e cria as condições para os pesquisadores se informarem com os participantes sobre o que ‘nós’ fazemos e refletirem sobre por que ‘nós’ fazemos isso... Em acréscimo para obter entendimento sobre as experiências e as condições sociais dos participantes, a conversação de grupo habilita os participantes a refletir sobre como as coisas devem ser mudadas (p.6).

Numa perspectiva de mudança da realidade, o meu trabalho se concretiza visando à transformação não só da vida individual do grupo de professores negros, mas também da vida dos alunos negros desses professores, que ao formularem e

divulgarem suas experiências pedagógicas poderão atingir outros professores e alunos negros e não negros.

3.1 A memória como instrumento de pesquisa

A vida só é o que é porque encontra raízes no passado. Ela marcha para frente criando oportunidades e caminhos, mas já foi edificada com parte significativa no trabalho, na convivência e na realização de cada um enquanto pessoa e profissional. A história pessoal de cada um de nós no presente só é possível pela existência singular de um passado. A memória não é um amontoado de fragmentos, é, sobretudo massa das descobertas de todas as possibilidades e limites enfrentados por nós, que dão razão ao futuro e sentido ao presente.

A memória como recurso metodológico nos possibilita a organização da experiência vivida e o conhecimento adquirido dos sujeitos interpelados. Ela permite desvendar as ocorrências sociais vividas pelos grupos, os conflitos, os preconceitos, a discriminação e outros enfrentamentos relativos ao espaço social.

A memória de um grupo é produzida socialmente, não se trata apenas de uma produção coletiva: ela associa, tanto ao passado quanto ao presente, experiências do grupo que interpreta e reinterpreta o passado e usa essas interpretações para dar sentido à sua experiência presente para legitimar diferentes interesses. Assim as visões sociais do passado não são fixas,

mas sujeitas a reinterpretação, à medida que o presente e as condições sociais do grupo mudam (BERNARDO,1993 p.21).

A memória reconstrói a história vivida. Através dela é possível resgatar a identidade do indivíduo construída historicamente. Outra importante reflexão é que ela não é construída isoladamente, mas é a representação das experiências do indivíduo com o mundo que o cerca. Portanto, ela é um fio condutor que do passado pode se chegar ao presente.

Um grande aliado da memória é o esquecimento. Porém, várias teorias levantam a hipótese de que nunca se esquece qualquer coisa. *Toda informação é retida, permanecendo inacessível por uma razão ou outra.*

Segundo Alencar:

O que é lembrado e o que é esquecido está relacionado com o seu valor e importância para o sujeito. Acontecimentos desagradáveis seriam “esquecidos” pelo mecanismo da repressão com o objetivo de proteger o sujeito de informações dolorosas e inaceitáveis (ALENCAR, 1986, p.94).

Para o psicólogo Peterson e Peterson, 1959 (Apud ALENCAR, 1986) a memória se divide em memória primária e memória secundária. Na memória primária as informações são registradas temporariamente e na secundária são registradas permanentemente. Porém, os fatos registrados na memória primária não acabam, simplesmente podem ser bloqueados por processos que não interpelam ao sujeito lembrar.

Diante das considerações destes autores é que optamos por realizar o trabalho utilizando da memória de um grupo de professores negros, residentes e atuando em Pires do Rio – GO sobre o processo de discriminação e preconceito sofrido por eles no cotidiano escolar e fora deste, e que afetam o exercício profissional. Tudo com a intenção de pensar numa forma de melhor solucionar e enfrentar as práticas de discriminação e preconceito racial a que fomos submetidos desde a infância, até a inserção no mercado de trabalho e à realização profissional.

É importante aqui destacar que até a entrada no programa de mestrado as práticas discriminatórias eram por mim enfrentadas de forma imatura, através da agressividade e conseqüentemente do desafio. Todavia, o processo de aperfeiçoamento com as leituras, discussões, as conversas com colegas e professores, a relação na sala de aula proporcionou uma mudança total de comportamento e de enfrentamento da discriminação a que fui submetida. Percebi que não somos únicos e que a nossa volta existem pessoas que sofrem da mesma forma ou até mais acirrada a questão do preconceito e da discriminação. Notei ainda que, a luta pela eliminação de todas as formas de discriminação e preconceito não é só minha mas de muitas pessoas que também lutam com esse objetivo.

Assim, consegui por meio do grupo com que pesquisei, que deliberamos juntos, eu e os professores nos designar como grupo de estudos e esclarecimentos,

refletir sobre as questões das relações étnico-raciais e das pedagogias anti-racistas. Reunimo-nos com esses objetivos.

É importante salientar também que nenhuma metodologia de pesquisa esgota em si mesma a possibilidade de chegar a uma verdade absoluta. No caso da memória existem, em nossas memórias intenções tendenciosas, segundo Freud (1964), e existe, algumas vezes, uma profunda resistência em reproduzir as lembranças significativas traumáticas. Elas podem ser reprimidas, encobertas, escamoteadas e esquecidas. Assim a metodologia utilizada pode ou não traduzir a verdade mais profunda, mas não é este o objetivo desta pesquisa.

Ao relatar suas lembranças, a elaboração que o indivíduo faz do passado possui uma construção coerente, que pretende fortalecer o lugar social ocupado no presente. (ALENCAR, 1986)

Trata-se da “memória subterrânea” de que fala Pollak (1989). Ele afirma existir na lembrança:

[...] zonas de sombra, silêncios e não ditos. As fronteiras desses silêncios e não ditos com o esquecimento definitivo e o reprimido inconsciente não são evidentemente estanques e estão em perpétuo deslocamento (POLLAK, 1989, p. 82).

Mesmo diante da constatação em relação aos limites da literatura, a metodologia que escolhemos foi trabalhar com a memória, pois todos do grupo já estão a 10, 20 anos na profissão docente e com experiência relevante. E, ainda,

sofreram ou sofrem de alguma forma práticas de discriminação e preconceito no seu cotidiano escolar ou fora dele.

Segundo Bosi:

A memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo atual das representações. Pela memória o passado não só vem à tona das águas presentes, misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, desloca essas últimas, ocupando o espaço todo da consciência. A memória aparece como força subjetiva ao mesmo tempo profunda e ativa, latente e penetrante, oculta e invasora (BOSI, 1994 p.46).

É sobre essas lembranças de sofrimento que pretende, esta pesquisa, apresentar encaminhamentos para uma pedagogia anti-racista.

3.2 O grupo de professoras negras de Pires do Rio – Goiás participantes da pesquisa

O grupo foi formado por sete professoras e um professor negros dentre eles alguns são meus conhecidos ou colegas de trabalho. Os professores, antes do ingresso na profissão docente tinham trabalhado em várias ocupações incluindo serviço doméstico, secretária, babá, costureira, vendedora e auxiliares de almoxarifado. Os participantes tinham entre trinta e cinquenta anos quando o grupo se constituiu em março de 2005.

O grupo estava organizado da seguinte forma: sete professoras negras e um professor negro num total de oito participantes muito bem qualificados profissionalmente. Duas professoras possuem o curso Superior, uma possui mestrado, outra doutorado e os outros quatro possuem especialização na área da educação. Todos os participantes têm jornada dupla ou até tripla de trabalho, são professores da rede estadual, municipal e na Universidade Estadual de Goiás e o professor homem trabalha na rede municipal e em uma loja de roupas e calçados da cidade.

A maioria das professoras e o professor tiveram suas trajetórias escolares acidentadas. Ficaram sem estudar por vários anos e voltaram a estudar mais tarde. Vários foram os motivos, alguns se casaram, outras tiveram que trabalhar para ajudar no sustento da família e outros, por falta de condições financeiras não puderam sair do interior – Pires do Rio – GO para cursar a Universidade, tendo que esperar a oportunidade de estudar quando da abertura da UEG – Universidade Estadual de Goiás - em Pires do Rio.

O ingresso na profissão docente do grupo de professores se deu de três formas: cinco professoras e o professor são concursados, uma foi admitida por indicação e outra tem apenas um contrato temporário. A formação das professoras e do professor, em todos os níveis, com exceção de uma das professoras se deu em escolas públicas.

Outra observação importante é que o professor e as professoras, exceto aquela que teve sua formação completa em escola particular, moram nos bairros afastados do centro da cidade, geralmente os mais antigos. Seis dos professores são casados e têm filhos com idades entre um e dezessete anos. Com exceção da filha da professora que estudou em escola particular os outros estudam em escolas públicas.

Em relação às experiências dos professores elas foram coletadas através de depoimentos orais durante conversas, conforme explicitado anteriormente. O enfoque dado diz respeito às experiências de discriminação e preconceito vividos por eles na sua prática cotidiana, seja na escola ou fora dela.

Segundo Montenegro (1993), o método de coleta de dados através de depoimentos orais permite a aproximação com os sujeitos históricos e ainda possibilita:

[...] resgatar as marcas de como foram vividos, sentidos, compreendidos determinados momentos, determinados acontecimentos, ou mesmo o que e como foi transmitido e registrado pela memória individual ou coletiva (MONTENEGRO, 1993 p. 55).

Trabalhando com as fontes orais e com o olhar voltado para as práticas discriminatórias sofridas pelos sujeitos, foi-nos permitido entender como esses sujeitos se percebem e as possíveis formas de resistência e enfrentamento usados.

Duas características aproximaram esta pesquisadora e os demais participantes durante as conversas em minha casa tomando chá: primeiro foi a proximidade profissional e a segunda o pertencimento étnico-racial. À medida que fomos nos sentindo mais a vontade com os colegas que compuseram o grupo, a segurança na exposição das experiências vividas foi maior.

Quando ouvimos os professores não significa que queremos restringir o mundo negro ao nosso grupo. Ao contrário, o que vislumbramos é perceber e analisar situações de práticas discriminatórias sofridas por professores negros dentro e fora da escola, e quais as possíveis formas de reação e enfrentamento da situação; podendo assim comparar com a situação de outros professores negros e contribuir na mudança da dinâmica das relações étnico-raciais.

Procuramos registrar os relatos orais através de gravação de fitas cassete que foram transcritas posteriormente. Obedecemos à fidelidade dos relatos, porém com algumas correções em relação à concordância verbal no discurso de alguns professores.

3.3 A atuação da pesquisadora coordenadora das reuniões

Havia um propósito estabelecido por mim durante a fala dos depoentes, isto para assegurar que o narrador não fosse impedido de falar o que quisesse ou

para não truncar o pensamento do mesmo reduzindo sua fala ao que interessava à pesquisadora. A fala dos participantes só foi interrompida quando pensávamos que era necessário aprofundar alguns aspectos relevantes para a pesquisa.

Muitos dos relatos dos professores por vezes nos emocionaram. Percebemos claramente que a discriminação e o racismo são práticas constantes em nossa sociedade e que muitas vezes quando elas ocorrem de forma velada, as mensagens são deixadas e por razões variadas muitas pessoas fazem questão de deixar claro que os negros não podem, não devem estar onde estão.

A minha emoção advinha certamente do fato de eu ser uma mulher negra e professora e participante do grupo. No entanto, é importante dizer que esta emoção não me cegava diante da fala dos professores, ao contrário, aguçava minha percepção e minha inteligência, na medida, que me ajudava a melhor compreender vivências, muitas das quais, próximas às que eu vivi outras que eu se quer pudera imaginar.

3.4 As reuniões, seus objetivos e resultados

O grupo foi organizado a partir de um levantamento feito junto à Subsecretaria Estadual de Educação e na Secretaria Municipal de Educação de Pires do Rio – GO. No primeiro momento listei o nome dos professores e

professoras que se enquadravam no perfil de negros/pardos definidos pelo IBGE, e classificados por mim pesquisadora, de acordo com fenótipo, assim como a escola em que trabalhavam. O passo seguinte foi a elaboração de um convite (Ver anexo1) para um chá o qual entreguei pessoalmente a cada um deles. Alguns receberam o convite em casa, outros no local de trabalho porque não sabíamos onde residiam todos. É importante salientar que a facilidade na entrega do convite se deu pelo fato de eu conhecer todos os professores listados.

Ao entregar o convite expliquei a proposta do trabalho, os objetivos, enfim o que discutiríamos. Um acontecimento importante a se destacar durante a organização e a distribuição dos convites foi que fui bem recebida por todos, porém várias foram as formas de reação. Uns se encantaram com a proposta e assumiram a mesma. Outros além de não comparecerem, mudavam e mudam de calçada ao cruzarem comigo pelas ruas da cidade, após a realização das reuniões.

Outro fato a registrar aconteceu numa escola em que somente uma professora negra foi convidada (era a única professora negra na escola). A coordenadora (branca) ficou furiosa em saber do que se tratava. Quando expliquei a proposta a ela a sua fala foi: *“será que vocês não estão pretendendo fazer um grupo que discrimina os brancos”?*

No dia marcado para a primeira reunião apenas oito pessoas compareceram, de um total de vinte convidados, entre eles três homens e 17

mulheres. Todos os convidados trabalham com dupla carga de serviço, logo marcamos a reunião para um sábado, na minha casa, no final da tarde (dezessete horas) para melhor participação de todos os interessados.

A primeira fala foi feita por mim. Expliquei o que pretendia, o que estava fazendo e como queria fazer, ao que todos concordaram. A primeira discussão do grupo girou em torno das seguintes questões: que experiências de discriminação e ou preconceito tínhamos passado? Qual a percepção e a reação que tivemos ou temos diante dessas experiências?

As respostas foram as mais variadas. Pudemos constatar que experiências de discriminação e preconceitos estão presentes o tempo todo no nosso cotidiano dentro e fora da escola.

Aconteceram momentos na primeira reunião em que uns atropelavam os outros na hora de contar suas experiências que vão desde ser xingado de negro, macaco, até ser confundido com bandido quando se vai a uma delegacia de polícia reclamar seus direitos. As formas de reação e enfrentamentos também variaram de pessoa para pessoa.

Nesta primeira reunião dos oito professores que compareceram sete dizem auto declararem-se negros, e uma professora declarou nunca ter sido discriminada e afirmou não visualizar qualquer forma de preconceito contra a sua pessoa.

Inicialmente, pensei organizar dois grupos, fazendo o recorte de gênero. Porém, após o primeiro encontro, preferi continuar com o grupo heterogêneo dada a singularidade, em relação às mulheres, com que os professores homens negros expressavam suas experiências e percepções em relação à discriminação e o preconceito por eles sofridos.

Na segunda reunião discutimos duas questões para continuidade da coleta de dados para a pesquisa: O que é, na sua perspectiva, uma pedagogia anti-racista? e Podem experiências de discriminação sofridas por professores negros, dentro e fora da escola, incentivar a criação de uma pedagogia ou estratégias anti-racistas?

Na terceira e quarta reunião a discussão girou em torno de mais duas perguntas: As estratégias e também as pedagogias anti-racistas contribuem para alterar as relações étnico-raciais dentro da escola? E que resultados você vem obtendo para as relações étnico-raciais positivas?

As reuniões duravam em média de três a quatro horas. As pessoas chegavam sempre no horário marcado, pareciam estar ansiosas para o início da discussão. Aconchegavam-se bem em suas cadeiras e sempre tinham muito boa vontade em estar discutindo o que era proposto. A forma como falavam e a euforia em falar pareciam expressar o que de fato eles sentiam.

Nas quatro reuniões realizadas, tomamos chá, comemos churrasco, e as conversas se davam de forma agradável e descontraída. Toda conversa foi gravada em fitas cassete e depois transcritas com o objetivo de análise dos dados.

O trabalho de coleta de dados se desenvolveu durante um período compreendido entre março de 2005 a maio de 2006. Além da gravação das fitas, neste período fiz ainda a anotação em diário de campo para melhor captar as falas, sentimentos emoções e experiências dos participantes.

Além das reuniões formais para coleta de dados, vários foram os momentos de encontros informais no supermercado, na feira, na Universidade entre outros locais, entre a pesquisadora e os componentes do grupo.

Enfim, é importante salientar ainda que eu não fiquei apenas como mera espectadora no grupo, dividi com os participantes minhas angústias, emoções, sentimentos e experiências. Papel importante também teve meu esposo que sempre participou das reuniões de forma indireta, preparando o chá, os biscoitos, o churrasco. E entre uma conversa e outra dava sua opinião em relação ao assunto.

Portanto, busquei neste estudo, uma “verdade”, que só pode ser construída a partir das experiências vividas, no cotidiano daqueles que sofrem com as marcas de uma discriminação que deveria ser abominada, exterminada das relações inter-étnicas da sociedade brasileira.

Para analisar os dados, primeiramente transcrevi as fitas em que se encontram gravadas as conversas das reuniões, retomei as anotações de diário de campo, onde registrei falas de conversas que tivemos fora das reuniões, bem como manifestações não verbais expressadas pelos participantes durante as conversas. No diário também registrei observações sobre o clima dos encontros, dinâmica que os participantes imprimiam às trocas que faziam entre si e a pesquisadora, bem como minhas percepções, observações, julgamentos relações estabelecidas entre o que ouvia e via e a literatura que estudava.

Antes de proceder à análise dos dados, li e reli mais de uma vez as transcrições e as anotações do diário. Então organizei os dados para análise. Organizei-os em quadros, reunião por reunião, de acordo com o foco das perguntas desencadeadoras das conversas, destacando o núcleo das respostas de cada participante. No quadro 1 a seguir apresento um exemplo.

QUADRO 1 – Relatos de discriminação racial

| Nome do professor | Experiência de discriminação Racismo | Percepção | Como reagiu |
|--------------------------|---|--|--|
| 1. Orquídea | <p>O aluno de 5 anos fugia da aula, na alfabetização. Ele fugia todos os dias, corria e chorava. Quando as pessoas perguntaram para ele porque ele fugia ele respondeu: - Ela é preta.</p> <p>Na segunda escola tentaram estabelecer comigo a mesma relação de descrédito que tinham para com outra professora negra da escola. Tentaram me colocar de lado porque eu tinha a mesma cor de pele da professora.</p> <p>A escola em que a professora trabalhava era uma escola de ensino especial. Toda a comunidade discrimina a escola pelo fato de estudar na mesma, portadores de necessidades educacionais especiais.</p> <p>Pelo fato de ter a mesma cor da pele de uma professora já massacrada e totalmente discriminada a tentativa das pessoas da escola foi atribuir a mim as mesmas características da minha colega. Houve uma tentativa de nos igualar por causa da cor da nossa pele ser igual.</p> <p>Fui assaltada e o talão de cheques da minha mãe foi roubado. Fomos a delegacia para registrar a ocorrência. Estávamos eu e minha mãe sentadas esperando o delegado. A promotora chegou “toda loira” e perguntou para mim: O que foi que ela fez?</p> | <p>A professora se viu como a última pessoa do mundo.</p> <p>Resistência das pessoas, não acreditam que você sabe, que você é capaz. As pessoas acham que pelo fato de ser negra, você está num lugar que não é seu.</p> | <p>Ficou magoada e acabou mudando de escola.</p> <p>Rebelando e falando: - a única coisa que a gente tem em comum é a cor, e isso não quer dizer nada, a minha postura é outra. Você tem que mostrar o que você é, a que veio.</p> |

Fonte: Pesquisa de Campo, 2006

Org. MACHADO, L. H. de A.

4 CONTEXTO DA PESQUISA SEGUNDO A LITERATURA

Para os opressores, porém, na hipocrisia de sua “generosidade”, são sempre os oprimidos, que eles jamais obviamente chamam de oprimidos, mas, conforme se situem, interna ou externamente, de “essa gente” ou de “essa massa cega e invejosa”, ou de “selvagens”, ou de “nativos”, ou de “subversivos”, são sempre os oprimidos os que desamam. São sempre eles os “violentos”, os “bárbaros”, os “malvados”, os “ferozes”, quando reagem à violência dos opressores.
(Paulo Freire, 1987, p. 43)

4.1 A descoberta do “ser” negro

A cidadania de homens e mulheres negras se constitui a partir de sua participação ou não nos espaços públicos e institucionais dentro da sociedade. Neste trabalho procurarei referir-me ao processo de participação a que os negros têm acesso ou que cria-lhes possibilidades de atuação dentro do território brasileiro, bem como referir-me às limitações e lutas que lhes são impostas em virtude das discriminações e preconceitos.

Neste capítulo será analisado o percurso, a trajetória histórica de marginalização a que o negro foi submetido. Compreender o despreparo da mão-de-obra negra atrelado à competição desigual no mercado de trabalho livre, relativamente o preparo dos descendentes dos imigrantes europeus. Estas, entre

outras condições criadas pela sociedade, levaram os negros a uma condição de marginalizados socialmente. Aliado de sua condição humana e de cidadão restou aos negros engrossar as fileiras da mão-de-obra barata e de “segunda ordem”.

4.1.1 Quem é o cidadão negro no Brasil

Em vários países como nos Estados Unidos, México, Espanha, Inglaterra e outros a presença do afro-descendente é expressiva, mas em nenhum deles a população negra atinge 45% como acontece no Brasil, segundo o último censo realizado pelo IBGE, esta é a maior população negra fora da África. Entretanto o ideal de ser branco ou de branquear atinge muitos brasileiros. Assim embora com traços constituintes de descendentes africanos, há pessoas que deixam de responder ao quesito cor em levantamentos e censos dando à pesquisa um caráter que não corresponde à verdade de fato.

Assim, uma das grandes ironias nacionais é o fato de os afro-descendentes serem discriminados como uma “minoría” quando, na verdade, constituem um grupo cujo número atinge quase mais da metade da população brasileira (FERREIRA, 2000, p. 39).

O Brasil foi o último país a abolir a escravidão em 1888 e é o país que recebeu o maior número de escravizados africanos.

Enquanto que no sul dos Estados Unidos e na África do Sul a discriminação foi prescrita por lei, no Brasil entre 1900 e 1950 (IANNI, 1998, p.119) esta situação tem sido reforçada pelo mito da democracia racial² que preconiza a convivência harmoniosa e igualitária entre negros e brancos. Mito este que escamoteia o preconceito racial e torna os negros alienados de sua real condição, enquanto que os brancos vêem as desigualdades como “natural” e não como uma construção social.

Três fenômenos contribuíram para a visão atual da cultura negra nas Américas, incluindo o Brasil: a colonização européia em diferentes continentes contribuiu para o sentimento de inferioridade até hoje difundido entre indígenas e negros, o genocídio das populações indo-americanas e a escravização de populações africanas. Em relação à construção da identidade dos homens e mulheres africanas escravizadas seus valores foram atrelados a qualidades negativas dadas pelo europeu. (SANTOS, 2002, p.50/53)

Mesmo antes do descobrimento e colonização do Brasil, na antiguidade greco-romana os europeus já tinham da África e dos africanos uma imagem distorcida. Para muitos gregos como Heródoto, Plínio e outros já no século XVI a

² Brasil. MEC. CNE Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. 2004.

África era vista pela Europa como “*uma porta para o inferno*”. (SANTOS, 2002, p.53/54)

Para Willian Cohen, desde a antiguidade greco-romana já existia a imagem distorcida e pejorativa da África:

[...] são brutos sem razão, sem inteligência e sem experiência. Eles não têm absolutamente nenhuma noção do que quer que seja. Eles vivem como as bestas, sem regras e sem leis (apud COHEN, 1981, p.24)³.

Por considerar os negros como criaturas insolentes, inferiores, sem cultura, os europeus se julgando superiores se sentiram no direito de dominá-los, assim como os povos indígenas.

É nesse ambiente da colonização européia que vai se construindo a idéia negativa do que é diferente. *A história dos conquistados é ditada pelo conquistador: a história dos colonizados, pelos colonizadores; a história dos escravos, pelos senhores* (DUSSEL, 1995, p.87) é com este ideal que os europeus tomaram os negros e os índios brasileiros como objetos e não como pessoas. Eram vistos como responsáveis pela produção dos bens daqueles, que na relação hierárquica, eram seus donos.

Esse fato é confirmado também por Carvalho (2001) quando ele afirma que:

³ A referência é um da obras citada por Cohen é: Jean Leon L’Africain, *Description de l’Afrique*, Paris, Éapulard, 1956, p.56.

Na ocasião da independência política de Portugal em 1822, o Brasil estava dotado de territorial, lingüística e em termos legais, unidade religiosa. O maior impedimento para a cidadania universal era a escravidão, porque à escravos não eram admitidos quaisquer direitos, nem sobre seus próprios corpos (SILVA, 2003, p. 188).

Por longos anos o negro trazido da África foi considerado como apenas mais um artefato da casa do “*senhor*”. Nessa relação os negros acabavam sendo desumanizados, passando a ser considerados como um “não ser” sem cultura, com língua diferente, crença pagã, sem nada que lembre a cultura européia vigente. Passam a ser vistos como despossuídos.

A negação da tradição africana determina aos sujeitos, no Brasil, uma condição de inexistência enquanto pessoas portadoras de valores, características próprias e cultura. O que fica para os negros é o estigma de escravo que deve atender as ordens do senhor e submeter-se à vontade dos mesmos quando solicitados. Apenas um objeto de uso, um instrumento de trabalho no imaginário dos não negros. Há que se mencionar, entretanto, que alguns negros sucumbiram a esta representação negativa, muitos outros reagiram, resistiram dos quilombos aos nossos dias.

De forma explícita ou encoberta, os negros enfrentam, hoje, a discriminação racial fruto do mito da democracia racial que faz acreditar que aos

negros foram oferecidas condições necessárias para construir uma vida promissora e por incapacidade ou desleixo não teriam sabido aproveitar.

A cor da pele, a textura do cabelo, enfim características fenotípicas, numa sociedade racista e preconceituosa como a brasileira, associam raça e condição social. *“A forma como o par ‘cor de pele e cabelo’ é visto no imaginário social brasileiro pode ser tomada como expressão do tipo de relações sociais aqui desenvolvidas”* (GOMES, 2003, p. 137). A questão da cor da pele e o cabelo encaracolado levam a sociedade a atribuir a essas pessoas características negativas e pejorativas.

Além disso, negros se julgam e são julgados como inferiores não só em aspectos raciais como também no aspecto socioeconômico. É comum percebermos que negros não entram em determinadas lojas, restaurantes, boates e até mesmo em escolas. Mesmo tendo condições econômicas para tanto, se sentem e são maltratados e subjugados.

Situações como essas são comuns no nosso cotidiano e a tendência freqüente é que o negro se distancie cada vez mais dos ambientes dominados por brancos que carregam consigo historicamente características dos povos europeus.

O mito da democracia racial nega as condições de marginalidade, preconceito e racismo às quais os negros são submetidos. Pois de acordo com essa crença não são os brancos, ou melhor, as relações étnico-raciais e sociais

opressoras quem impedem os negros de ocuparem determinados ambientes e espaços, mas são aqueles que não se impõem e não sabem se comportar, conversar ou mesmo não podem pagar para estarem ali.

Entretanto, como há a negação do preconceito racial por parte do grupo dominante, essa atitude tende a manter o conceito de serem as misérias inerentes ao destino humano do negro (FERREIRA, 2000, p. 77).

Como acontecia na época da escravidão mais uma vez os negros são compreendidos como responsáveis pela sua miséria e condição diferenciada dos brancos.

É comum no Brasil falas do tipo “você não é negro, é mais claro que eu, só tem o cabelo enrolado” ou ainda “eu sou assim moreninha porque meu bisavô era negro, foi pego no laço”. Expressões como essas deixam claro o racismo velado a que os negros são submetidos nas mais diversas situações da vida.

A estrutura social estabelecida carrega ainda outro mecanismo que foi utilizado no Brasil para exterminar os negros, o branqueamento⁴. Assim, estabeleceu-se uma escala de valores em que quanto mais características do homem branco os negros carregarem em seu fenótipo, mais valorizado socialmente eles são. Isso se dá porque a elite dominante do país se consagra branca, portadora das características européias. Em situação oposta os negros são vistos como

⁴ Ver MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Vozes, 1999.

culturalmente inferiores. A valorização se dá na maior parte das vezes pelas características visíveis ao olho. “*A política do branqueamento, juntamente com o mito da democracia racial, presentes no imaginário social do país, também são fatores que levam ao escamoteamento da realidade social brasileira*”. (GOMES, 1994, p. 72)

Esse processo leva os negros a ter medo de serem negros, pois; “*o belo, o bom, o justo e o verdadeiro são brancos... o branco, a brancura, são os únicos artífices e legítimos herdeiros do progresso e desenvolvimento do homem, eles são a cultura, a civilização, em uma palavra, a ‘humanidade’*” (SOUZA, 1983, p.5).

Assim, como ser negro?

Nestas condições negar a condição para legitimar sua valorização socialmente muitas vezes é a saída que os negros encontram para distanciar-se da dor e do sofrimento. Para solucionar estas questões a sociedade brasileira criou o artifício do branqueamento através da miscigenação. Ela é uma das condições para que seja possível sustentar a afirmação de que “*não existe preconceito no Brasil*”.

A questão racial está, portanto manipulada de forma a conservar os segmentos e grupos dominados dentro de uma estrutura já estabelecida e assim se confunde o plano miscigenatório, biológico, com o social e econômico. As oportunidades de trabalho e ascensão social não são idênticas para negros e brancos, mas joga-se sobre o negro a culpa de sua inferioridade social, econômica e cultural (FERREIRA apud SOUZA 1983, p.38).

Essa inferioridade é reforçada pela mídia onde os negros estão representados pelos esteriótipos de empregado doméstico, marginal, malfazejo. Nem sempre está nos modelos da família secular organizada, de classe média alta ou bem sucedida. No mínimo os negros estão relegados a funções puramente braçais sob os desmandos da elite branca, a situações em que são ridicularizados, como se pode ver em novelas e programas humorísticos.

Na oferta de produtos oferecidos aos negros a propaganda é marcadamente descarada, os produtos para as pessoas de cor branca são identificados nos rótulos como: para pele normal, cabelo normal. Para o negro a identificação é: para pele negra, ou cabelos crespos, cabelos ondulados etc. Fica absolutamente claro que o caráter “normal” é atribuído ao branco e sublimado está o caráter de anormalidade do negro, aqui expresso pelo seu fenótipo.

Uma vez negro, na sociedade brasileira, sempre se carrega no bojo das relações a condição de escravo. A condição social, econômica e política do negro, são definidas por suas características biológicas e fenotípicas e pelos preconceitos que preenchem o imaginário determinando atitudes e palavras dos brancos. Essa classificação é sustentada pelas produções científicas elaboradas durante a ascensão da burguesia a partir do século XVIII (SANTOS, 2002, p.11). Outro fator constituinte dessa condição é a colonização européia, hoje estadunidense, que

impede o avanço de nações sob a égide da destruição e submissão de nações culturalmente diferentes.

Com a consolidação da burguesia e tendo como pano de fundo a revolução industrial, os povos colonizados que não conseguissem acompanhar o grau de desenvolvimento europeu eram condenados à inferioridade. Assim, ampliam-se as correntes que explicam a inferioridade dos povos da África por meio de argumentos “ecológicos” tais como: *“o meio quente e o solo fértil, produzindo abundância de alimentos, levavam os africanos a uma vida mais tranqüila, ao recolhimento familiar. Toda essa riqueza natural propiciava menor desenvolvimento da inteligência e menor diligência”*. (SANTOS, 2002, p. 55).

As formulações teórico-científicas acabam por trazer uma visão degenerada do caráter do negro com explicações baseadas a partir do ecológico.

A teoria de Lamarck além de considerar o fator ecológico acrescenta o fator hereditariedade, segundo a qual os organismos se transformam de modo lento e gradual de acordo com as exigências do meio. *Essa teoria reforça a idéia de que os negros são duplamente inferiores, pelo clima e pela herança genética.* (SANTOS, 2002, p.56/57)

Segundo Santos (2002) com o desenvolvimento da frenologia, Franz Gall elaborou a teoria de que a capacidade do homem e suas qualidades inatas poderiam ser medidas através do cérebro, pois o considerava o órgão mais importante. Assim,

através da medição do crânio dos brancos, índios e negros constatava-se que a dos negros era menor do que a dos europeus, portanto os negros eram intelectualmente inferiores.

Como já se viu todas essas considerações e outras semelhantes acabam por incutir no imaginário social brasileiro que o negro só deve estar fadado a trabalhos de servidão e sempre recolher-se a sua insignificância. Portanto, ser negro na sociedade brasileira é acima de tudo ser inferior, não participar da vida política, social e econômica a não ser na produção da riqueza através da venda da força humana de trabalho, sem ao menos vislumbrar condição dignas de vida.

O cidadão negro no Brasil está fadado ao descaso, à ignorância e condenado a viver à margem da sociedade que sequer conhece as raízes indígenas, africanas e asiáticas da nacionalidade brasileira. Essa mesma sociedade considera os negros ou afro-descendentes como incapazes, insolentes, preguiçosos e pessoas que carregam consigo as marcas de uma população atrasada cultural e intelectualmente. Se o negro não pode “ser” também não pode “ter”, uma vez que esse é privilégio de quem é branco e domina aqueles que não o são.

Concluimos então que, cidadão⁵ negro, no Brasil é aquele desprovido de trabalho, condições necessárias de sobrevivência e acima de tudo, não participam

⁵ Cidadão aqui entendido como aquele que participa e tem assegurado seus direitos civis tais como: convicção religiosa, o direito de escolha da fé, da crença, ou direito de não professar alguma; os direitos políticos de votar e ser votado, de escolher e ser escolhido e direitos sociais que são: direito de ter acesso à uma escola, à saúde, à alimentação, à moradia, ao lazer, à velhice etc.

das decisões. Simplesmente espera-se que assista e obedeça a elas sem questionar, discutir, sugerir, enfim, sem compreender seu real papel na construção dessa sociedade.

Fruto de uma relação de subserviência e na produção em diferentes serviços e comércio de miudezas, os negros ao se verem “livres” são despojados das condições humanas de sobrevivência, enquanto escravos se vêem sem perspectivas. O dueto libertação dos escravos e processo de industrialização apresenta para os negros uma nova forma de organização: ele precisa sobreviver sem que lhe seja oferecida condição alguma de executar tarefas socialmente reconhecidas e enfrentar a concorrência desleal com um outro integrante da sociedade brasileira, o imigrante europeu já preparado para o trabalho nas indústrias.

O impacto da competição com o “estrangeiro” foi aniquilador para o negro e o mulato, porque eles não contavam com elementos: seja para resguardar as posições relativamente vantajosas, já adquiridas; seja para concorrer nas sucessivas redistribuições das oportunidades econômicas entre os grupos étnicos concorrentes... (FERNANDES, 1978).

Enquanto que o branco da comunidade dominante conseguia proteger e melhorar sua posição na estrutura de poder econômico, social e político e o imigrante trocava sucessivamente de ocupações, de áreas de especialização econômica e de posições estratégicas para a conquista de riquezas, de prestígio

social e de poder, o negro tinha que disputar as oportunidades com os componentes marginalizados do sistema - aqueles que não serviam para outra coisa ou com os que estavam começando bem por baixo. (FERNANDES, 1978)

O resultado da luta travada entre os vários componentes sociais pela posse do trabalho era que o imigrante era visto pela sociedade como o milagre para o desenvolvimento econômico, enquanto que o negro ficava confinado ao trabalho livre, sem contrato ou remuneração de acordo com os atributos desse trabalho.

Enquanto o estrangeiro via no trabalho assalariado um simples meio para iniciar 'vida nova na pátria nova', calculando libertar-se dessa condição o mais depressa possível, o negro e o mulato convertiam-no em um fim em si e para si mesmo, como se nele e por ele provassem a dignidade e a liberdade da pessoa humana (FERNANDES, 1978).

Como as condições são desiguais, os resultados também o são. Os motivos para a diferença de oportunidades são óbvios. Diante da livre concorrência pelo trabalho e conseqüentemente melhor condições de vida, os negros ficaram com o prejuízo e impedidos assim de serem cidadãos pertencentes à nova ordem que se instaurava.

4.1.2 A inserção do negro no mercado de trabalho

Após a sua libertação o ex-escravo se viu responsável por produzir seu sustento e de sua família através de seu trabalho. Mas o que fazer diante de uma situação na qual muitos senhores ainda os tratavam como escravos? Não tinham posses, não tinham dinheiro e se viam obrigados a pagar pelo que comiam e por onde dormiam. Muitas vezes os ex-escravos fugiam procurando abrigo em outras fazendas onde o trato era menos penoso.

A Lei de Terras de 1850 acabou por apresentar aos negros libertos duas opções: ou continuavam nas fazendas ou se dirigiam para as cidades para realizar tarefas que não tinham preparo e nem competência. Uma das grandes incidências eram os ex-escravos procurarem as cidades na tentativa de evitar os maus tratos e a intolerância de muitos senhores.

Nas cidades a situação dos dois tipos de mão de obra – os ex-escravos e imigrantes - levava a parcela dominante da sociedade a fazer dois tipos de contrato um para o imigrante e outro para os negros libertos. Para o imigrante europeu eram respeitadas cláusulas e regras sobre salário, horas de trabalho, tipo de trabalho e etc.; para o negro as regras não eram as mesmas. Com a desculpa pelo despreparo

do negro às condições de trabalho a que ele era submetido não diferia em muito do regime escravo.

É importante salientar que não foi prevista nenhuma política de preparação da mão-de-obra após a libertação da escravatura, o projeto que tinha era o de branquear a sociedade. Sem as políticas estruturais a imigração e a abolição foram fatores decisivos na organização do mercado de trabalho no Brasil em meados do século XIX e XX. O imigrante se considerava superior e melhor que o ex-escravo e na escala de poder almejava se valorizar e ascender, ao ex-escravo restava o trabalho de menor importância.

Por isso quando a procura de ocupações foi maior que a oferta, ou quando esta foi seletiva, os negros e mulatos ficaram em último lugar; são eles que contribuirão, em maior parte, para a formação de um contingente de reserva... (IANNI, 1987, p.17).

A transformação do fazendeiro em empresário e do escravo em operário se dá não somente pela abolição da escravatura. Um processo bem mais complexo passa a dominar a relação escravo/mercadoria e liberdade/ escravidão.

A mercantilização da força de trabalho exige que o proprietário dela tenha condições jurídicas e políticas para negociá-la. A racionalidade possível na organização dos elementos da produção efetiva-se de modo mais amplo quando também as expectativas do trabalhador estão referidas monetariamente, quando ele próprio avalia a sua atividade em dinheiro. Nesse sentido é que liberdade e mercadoria se relacionam. Para que a

atividade produtiva do trabalhador adquira condição de mercadoria, é necessário que o trabalhador ganhe a liberdade (IANNI, 1987, p.20).

Na condição de liberto os cidadãos negros venderão sua força de trabalho no mercado segundo a oferta e a demanda. Nesse momento, a contradição entre mercadoria e o escravo, ou entre liberdade e escravidão, está completamente ultrapassada. (IANNI, 1987). Nesse sentido, o escravo se torna operário. Tornando-se operário, o ex-escravo, no mercado de trabalho, se vê diante da possibilidade de vender sua força de trabalho para se sustentar e sustentar os seus.

A expansão econômico-social do Brasil na segunda metade do século XIX e as relações mercantis com a Inglaterra desencadeia uma transformação significativa nas relações do processo produtivo. Configuram diferenciações progressivas nas ocupações e nas relações sociais.

À medida que se expandem os setores manufatureiro e de serviços, em concomitância com o crescimento do capital gerado na agricultura, multiplicam-se as ocupações e a sua diferenciação qualitativa (IANNI, 1978, p.27).

As diferenciações no processo de produção e das relações sociais acontecem concomitantemente. À medida que o crescimento econômico-social se acelera, novas carências se multiplicam. Ao mesmo tempo em que um grupo privilegiado – brancos - historicamente acumula riquezas e eleva seu nível de vida, o desenvolvimento gera novas tensões e conflitos para outros grupos – os negros.

A solidificação do trabalho livre impulsionou tanto a abolição da escravatura quanto o crescimento da imigração de toda sorte de homens. Para os negros escravizados as dificuldades se consolidam, terão que concorrer com os imigrantes europeus no mercado de trabalho, carregando consigo todas as dificuldades inerentes ao tratamento que receberam a vida toda. E o que é pior na concorrência desleal que enfrentavam, o empresário preferia contratar o imigrante europeu.

Mesmo depois da Abolição da Escravatura, ocorrida em 1888, as empresas continuaram a empregar preferencialmente o imigrante e seus descendentes. Os Negros e os mulatos ficaram à margem ou se viram excluídos da prosperidade geral, bem como de seus proventos políticos, porque não tinham condições para entrar nesse jogo e sustentar as suas regras (IANNI, 1987, p.44).

Como consequência disso os negros viveram dentro das cidades, mas não progrediram com elas e através delas. A situação deles era de estarem espalhados pelos bairros e em comum só tinham a vida árdua, obscura e muitas vezes sem esperança.

A experiência social diversa, os horizontes culturais diferentes colocaram os negros e mulatos em desvantagem em face dos imigrantes. Em consequência, a estrutura do operariado incipiente constitui-se permeado pelo preconceito de cor (IANNI, 1987, p.44).

Espoliado de sua condição humana de sobrevivência o negro se afasta, restringe seu mundo a uma realidade dura e difícil e que até hoje, início do século XXI, não foi superada.

A legitimidade da naturalização do imigrante veio por meio da Constituição de 1891 que conferiu ao mesmo a condição jurídica e política de cidadão: “*São cidadãos brasileiros: os estrangeiros que, achando-se no Brasil aos 15 de novembro de 1889, não declararem, dentro em seis meses depois de entrar em vigor a Constituição, o ânimo de conservar a nacionalidade de origem*”.⁶

A naturalização expressa na nova ordem social apressou a criação do mercado de mão-de-obra e permitiu que todos os trabalhadores – negros ou brancos, nacionais ou estrangeiros – se posicionassem na mesma condição de cidadão. Porém, a Lei por si só não garante direitos. É necessária a prática efetiva da mesma por aqueles que conduzem os destinos do país. No caso em questão, a Lei não garantiu direito aos negros e acima de tudo também legitimou a condição de superioridade já existente na relação entre brancos e negros. Nessa condição o negro vive a contradição de ser considerado cidadão brasileiro, mas que na verdade é “diferente”. Recebe tratamento diferente, vive em espaços diferentes.

⁶ BRASIL, 1891. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, de 24.02.1891, art.69, §4°.

Fica explícita aqui a ideologia do mito da democracia racial que legitima a estrutura social proposta pelos capitalistas, onde as desigualdades são escamoteadas e há uma tendência de manter a situação imutável e sob controle.

Com base em princípios de igualdade, o negro é mantido em silêncio e culpabilizado pela sua improdutividade, insignificância enfim, condição de vida (HASENBALG, 1979 p.72).

Um conjunto de fatores combinados acabou por produzir um padrão de isolamento econômico e sócio-cultural de negros e mulatos. Entre estes fatores estão as degradações pela escravização, pobreza, integração deficiente à estrutura da sociedade de classes e a ausência de respeito às regras sociais.

A falta de habilidades sociais e as incapacidades associadas ao anterior status do escravo, junto ao afluxo de imigrantes europeus qualificados, excluíram a massa de negros e mulatos do mercado de trabalho capitalista (HASENBALG, 1979, p.74).

Desta forma, os negros excluídos e à margem da sociedade brasileira se isolaram nas encostas da cidade ao que hoje chamamos de favela. Assim, a discriminação e o preconceito raciais não são resultados parciais da mudança legal de status dos negros. Pelo contrário constituem um fenômeno resultante da *“exclusão dos negros que ocorria em virtude da sua incapacidade para agir, pensar e sentir socialmente segundo as exigências da sociedade do trabalho livre*

em expansão” (SANTOS, 1997, p.2). As atitudes, comportamentos e valores do antigo regime social referentes às relações raciais são mantidos em situações histórico-sociais em que estão em conflito aberto com os fundamentos econômicos, legais e morais da ordem social vigente. A esse respeito, as manifestações de preconceito e discriminação raciais nada têm a ver com a competição ou rivalidade entre negros e brancos. Elas são expressões de mecanismos que de fato perpetuam o passado no presente (HASENBALG, 1979).

A diferenciação na estrutura de classes sociais tende a desqualificar os negros na competição pelas posições mais almejadas no desenvolvimento capitalista. Esse fator acaba por impedir o negro de se quer almejar uma ascensão social. Mesmo sendo ex-escravo e ultrapassado o regime de escravidão, as relações estabelecidas terminam por impor ao negro as condições desfavoráveis de sobrevivência.

Para se ingressar no mercado de trabalho, na sociedade brasileira, no modo de produção capitalista o negro enfrenta um duplo desafio: a competição desigual alicerçada no mito da democracia racial e a desvantagem sócio-econômica produzida pelas relações arcaicas pós-abolicionismo. É possível perceber que a sociedade quer-se racista e discriminatória

A tabela abaixo é um exemplo que mostra uma estimativa da magnitude da discriminação no mercado de trabalho, comparando os rendimentos médios dos quatro grupos:

TABELA 1 - Comparação de rendimentos mensais padronizados por 40 horas de trabalho em setembro de 1998 – São Paulo

| Grupo | Renda Mensal Em Reais | Como Porcentagem do Grupo Padrão |
|------------------|------------------------------|---|
| Homens brancos | 726,89 | - |
| Homens negros | 337,13 | 46 |
| Mulheres brancas | 572,86 | 79 |
| Mulheres negras | 289,22 | 40 |

Fonte: Microdados das PNDA padronizados pelo IPEA
Org. MACHADO, L. H. de A.

O quadro nos mostra que a discriminação no mercado de trabalho é real e está marcada por certas características com as quais pessoas nasceram – o sexo e a cor da pele. Homens negros e mulheres negras percebem salários/horários bem menores do que salários/horários percebidos por homens e mulheres brancas.

Segundo Rosemberg (1987) e Hasenbalg (1987) em pesquisas realizadas na grande São Paulo, com base nos dados do IBGE, dizem que mesmo quando se insere no mercado de trabalho o negro enfrenta condições de trabalho, salários e

posições desiguais em relação ao branco. Aqui se insere ainda um outro fenômeno: o gênero. Se for mulher e negra a situação é mais complexa ainda, pois no mercado de trabalho ela está em maior desvantagem que o homem negro.

Uma análise dos dados da Pesquisa Emprego e Desemprego no Brasil (PED, 2003) revelados através dos órgãos de imprensa, dão a dimensão do fosso que separa negros e brancos, tomando como amostra as regiões metropolitanas. Esses dados revelam que só na “região de São Paulo, 45,3% dos trabalhadores negros possuem jornada superior à jornada legal, ao passo que 38,6% dos brancos encontram-se nesta situação. E mais, em Recife, 61% dos negros recebem no máximo 2 salários mínimos contra 46% dos brancos. Por outro lado, apenas 4% dos negros têm rendimentos superiores a 10 salários mínimos, quase 3 vezes menos que a proporção de brancos (11%). Na região metropolitana de Porto Alegre, comparando-se trabalhadores negros e brancos com cinco anos de experiência no mesmo emprego, os negros recebem somente cerca de 30% do salário pago aos brancos. Já em Belo Horizonte, a taxa de desemprego entre negros e brancos confirma a desvantagem para os negros 17,8%, contra 13,8% entre brancos. No Distrito Federal também não é muito diferente, 20,5% para negros e 17,5% para brancos.

Ainda sobre desemprego, em Porto Alegre a taxa é de 20,6% para negros e 15,2% para brancos. Também em Recife os números são 23% para negros e

19,1% para brancos. Salvador, 25,7% para negros e 17,7% para brancos. Finalmente São Paulo, com taxas de 22,7% para negros e 16,1% para os brancos”. (DOMINGUES, 2003)

Outra constatação da desigualdade racial e da discriminação é feita por Santana (2002) com base nos dados do IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada): *“64% da população pobre é negra, contra 36% de brancos e 69% dos indigentes são negros, contra 31% de brancos. Os negros representam 70% dos 10% da população mais pobres do país, enquanto que os brancos somam 85% dos 10% da população mais rica”*.

Percebemos através dos dados que o racismo não se manifesta apenas no nível do discurso, mas concretamente na vida real. Segundo Silva (2002), *“o racismo se desenvolveu de forma diferente no Brasil em relação aos EUA e a África do Sul, ele está presente nas práticas sociais mas é negado no discurso não racialista da nacionalidade.”*

Assim, as desvantagens enfrentadas pelo negro, no mercado de trabalho estão legitimamente instituídas. Logo, como todas as relações estabelecidas na sociedade em geral perpassam também nas instituições menores que compõem esta sociedade outro complicador aparece em nossa análise: o acesso do negro à escola.

4.2 A profissão docente na visão dos educadores negros brasileiros

Pretendemos aqui dar conta da trajetória e dos percalços escolares dos negros na sociedade racista e discriminatória brasileira. Outro ponto de reflexão é se a quantidade de conhecimento⁷ e títulos que possuem os negros influenciam na maior ou menor incidência de discriminação e preconceito para com os mesmos.

Queremos ainda desvendar o processo de profissionalização docente dos homens e mulheres negros. A cor da pele influencia ou não na hora do ingresso dos professores negros no mercado de trabalho?

4.2.1 A trajetória escolar dos negros brasileiros

A participação desigual dos trabalhadores no produto social do trabalho nos países capitalistas é regra geral. Ela é verificada na Europa, África, Ásia e Américas (IANNI, 1988, p.167).

Ora, se as raças são definidas ideologicamente como inferiores, são elas que participam em menor grau do produto do próprio trabalho e ainda são também as que não podem e não devem reivindicar bens se comparadas com os brancos ou pertencentes a estratos sociais privilegiados.

⁷ Nos referimos aqui ao maior ou menor grau de escolaridade e títulos de uma pessoa que frequenta a escola.

Isso acontece em países como a Índia, México, França, Estados Unidos e Brasil (IANNI, 1988, p.168). No caso brasileiro é evidente que o capitalismo trouxe um quantitativo de desenvolvimento econômico, mas também é verdade que isso não garantiu uma melhoria generalizada na qualidade de vida da população, pois a própria lógica capitalista privilegia uma parcela da população em detrimento de outras.

Diante dessas condições acima descritas podemos analisar os dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada - IPEA de 1999 onde se revela que a população negra representa mais de 64% dos 53 milhões de pobres do país, sendo que 69% destes são indigentes. Outro dado é que o analfabetismo atinge 35% da população negra e 10% da população não-negra.

O gráfico abaixo mostra a distribuição da população total e das populações pobres e indigentes no Brasil segundo a cor (%)

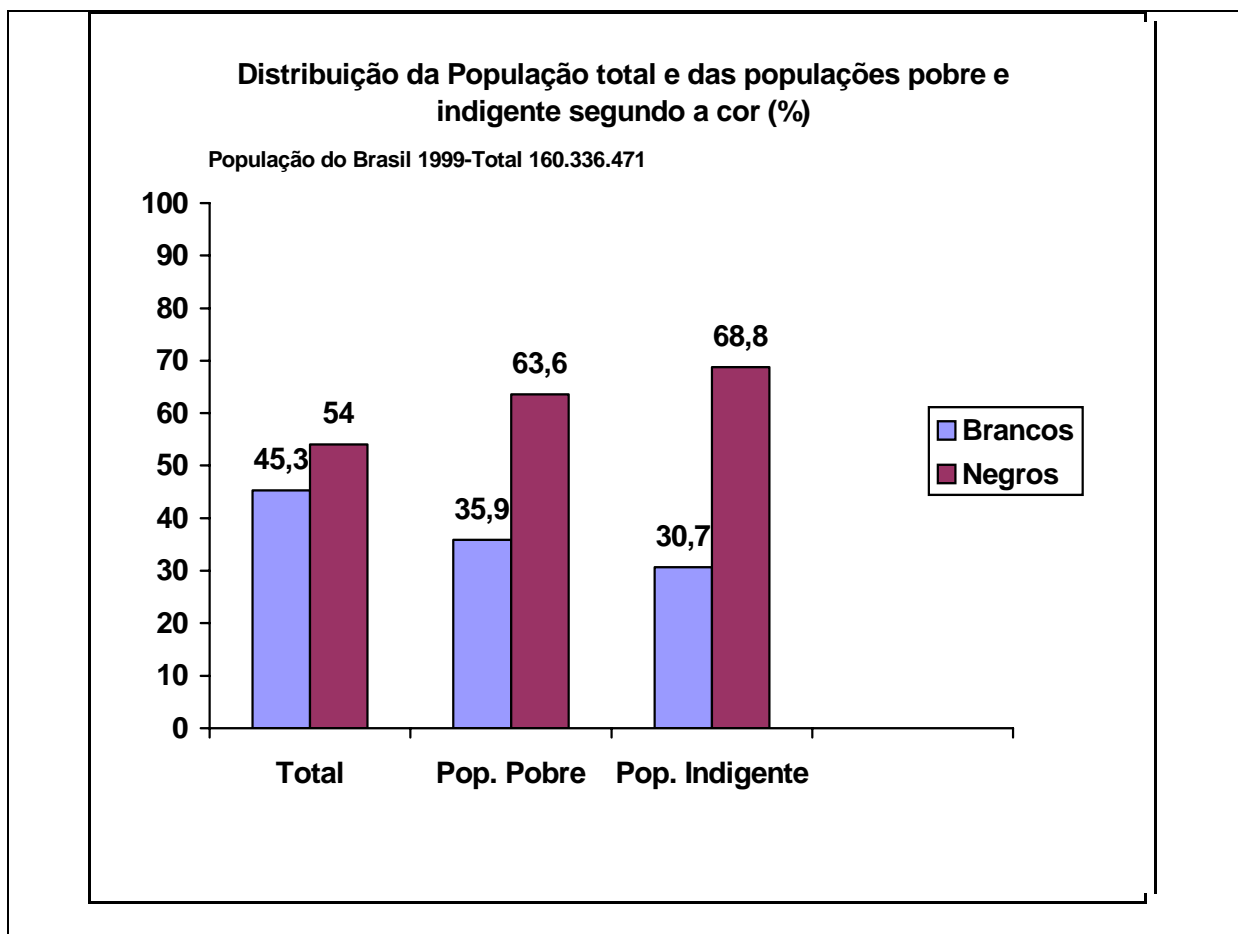


Gráfico 1 – Distribuição da população total e das populações pobre e indigente segundo a cor
Fonte: IPEA-1999.

Um dos fatores que explicam essa alta diferença entre pobres e ricos no Brasil é o modo de produção no qual vivemos – o capitalista. Nele se de um lado existem aqueles que detêm os meios de produção – capital, ferramentas; de outro existem aqueles que possuem apenas a sua força humana de trabalho e a vendem para os primeiros (MARX, 1946, p.45). Conseqüentemente, aqueles que produzem, no caso brasileiro, nem sempre participam ou têm acesso ao produto final de seu trabalho.

Ora, se após o crescimento industrial e tecnológico o mercado exige cada vez mais pessoas qualificadas para o trabalho, mais uma vez os negros sofrem as conseqüências deste duplo crescimento, pois como desde a libertação da escravidão foram cerceados do acesso às escolas mais uma vez estão em desvantagem.

A história da educação brasileira carrega consigo as marcas de uma sociedade desigual, elitista, racista e excludente. Desde a colonização o modelo de escola brasileira não pretendia atingir os participantes das classes menos privilegiadas.

As primeiras escolas brasileiras nasceram com os jesuítas que tinham como objetivo particular resgatar os índios para o trabalho, servindo aos interesses portugueses.

O sistema de educação brasileira baseada no princípio de assimilação e com o objetivo de fazer o ensino similar aos europeus, convertendo a outra visão de mundo e transformando seu modo de vida orgânico, emergiu com as escolas jesuítas. O objetivo dessas escolas era tornar cristãos os nativos e socializá-los para oferecer trabalho aos projetos portugueses (SILVA, 2003, p. 189).

De 1549 à 1808 a educação brasileira era basicamente a catequese e a instrução. Catequese para dominar os índios que aqui viviam e foram seqüestrados para o trabalho e a produção e instrução para os filhos brancos dos colonos. Diante

das dificuldades encontradas com o regime de capitâneas hereditárias⁸ é criado o Governo Geral. Este é o primeiro representante do poder público na Colônia. Para fazer valer os objetivos da Coroa em aculturar os índios e convertê-los a fé católica é criado o Regimento para a Colônia. É importante observar que entre as diretrizes deste Regimento uma merece destaque:

Entre as diretrizes básicas no Regimento, isto é, na nova política ditada por D. João III (17-12-1548), é encontrada uma referente à conversão dos indígenas à fé católica pela catequese e pela instrução (RIBEIRO, 1989, p.19).

Para cumprir o que estava no Regimento chega ao Brasil uma equipe de quatro padres e dois irmãos jesuítas, chefiados por Manoel da Nóbrega (1549). O intuito era catequizar os índios para que se garantisse a colonização de fato. Durante quase dois séculos de existência a escola brasileira era dirigida basicamente aos filhos dos colonos brancos e a formação de padres para continuar o trabalho realizado pela igreja católica.

Aos negros e a seus filhos escravizados, durante o período colonial, imperial e início do republicano, era vedada qualquer participação na escola. O máximo que os filhos dos negros escravizados aprendiam era o ofício de seus pais para que a produção fosse garantida e o domínio perpetuasse. Silva (2000, p.135)

⁸ O rei de Portugal D. João, no ano de 1532, decidiu adotar o regime de capitâneas hereditárias no Brasil. De 1534 a 1536 são criadas quatorze capitâneas com o objetivo de tornar possível o povoamento, a defesa, bem como a propagação da fé católica.

acentua que *“quando relemos as críticas lançadas à atual situação educacional dos negros brasileiros, encontramos dois eixos sobre os quais elas foram estruturadas: exclusão e abandono. Tanto um quanto o outro tem origem longínqua em nossa história”*.

Silva (2000, p. 135) salienta ainda que: *“os africanos escravizados estavam impedidos de aprender a ler ou escrever, de cursar escolas quando estas existiam, embora a alguns fosse concedido, a alto preço, o privilégio, se fossem escravos em fazendas de padres jesuítas.”* Nas escolas jesuítas as crianças eram submetidas a um “processo de aculturação gerada pela visão cristã do mundo”. O objetivo aqui é claro, convencer também o negro a fé cristã a fim de modelar sua conduta e seu comportamento.

O objetivo primeiro dos jesuítas não era garantir uma escolarização de fato para seus escravos ao contrário, *“em alguns casos de escolarização dos escravos em mãos jesuítas se devem muito mais à necessidade de submetê-los a um rígido controle de seus senhores missionários do que a um projeto com vistas a mudar o destino dos cativos”* (SILVA, 2000 p.135)

A entrada, em maior número, dos negros no ensino formal se dá após séculos de exclusão e de trabalho. É necessário entender que esta entrada não se dá de forma “natural”, ela só acontece após a organização e estruturação de movimentos que lutaram e lutam pela diminuição das diferenças de direitos

praticadas em nossa sociedade. *“Já no início do século XX, o movimento criou suas próprias organizações, conhecidas como entidades ou sociedades negras, cujo objetivo era aumentar sua capacidade de ação na sociedade para combater a discriminação racial e criar mecanismos de valorização da raça negra. Dentre as bandeiras de luta destaca-se o direito à educação”*. (SILVA, 2000 p. 139)

Ianni (1987) esclarece que *o componente étnico ou racial não coincide, mas também não é indiferente à hierarquia das classes sociais*. Assim, o negro após estruturação e organização da sociedade capitalista de classes passa a ocupar lugar naquela classe social que está à margem da sociedade, sem “educação”, sem condições econômicas, sociais e culturais é relegado a segundo plano.

Com o processo de industrialização emergente na sociedade brasileira *“o saber ler e escrever é visto como condição para ascensão social, ou seja, para encontrar uma situação econômica estável, e, ainda para ler e interpretar leis e assim poder fazer valer seus direitos”* (SILVA, 2000 p.140). Deste modo o negro mais uma vez está em desvantagem, pois seu histórico escolar é quase que inexpressivo.

O brasileiro pode ser branco, negro, mulato, índio, cafuzo, caboclo, de origem alemã, italiana, turca, polonesa, libanesa, espanhola, africana, portuguesa, russa, japonesa, ucraniana e outros. Essa heterogeneidade é marcada pelas diferenças culturais. E essa heterogeneidade pode relacionar-se mais ou menos

diretamente às condições de democratização da sociedade brasileira. É inegável que as condições étnico-raciais determinam o pertencimento da população nesta ou naquela situação.

É inegável que as diferentes etnias e raças que compõem a população do País encontram-se distribuídas de modo variável, conforme os setores produtivos, a condição de empregado, empregador, autônomo, a filiação religiosa, a participação em organizações sindicais e partidárias, o acesso aos círculos político-administrativos, o ingresso na carreira militar e assim por diante (IANNI, 1987, p. 264/265).

Provavelmente esta distribuição não é ocasional. Ela pode estar ligada a dois fatores, além de estar determinada basicamente pela situação de classe das pessoas, pode estar influenciada também pelos valores e padrões sócio-culturais que caracterizam a situação racial no País.

[...] as variações na distribuição econômica-social das pessoas e grupos étnicos e raciais não é nem ocasional, nem função estrita da hierarquia de classes... os elementos étnicos e raciais – traços genótipicos, idioma, religião e outros – tendem a identificar as pessoas de um grupo entre si e nas suas relações com as pessoas de outros grupos (IANNI, 1987, p.265).

Nas relações de trabalho e familiares, nas igrejas, em outras organizações religiosas e na escola, a verdade, é que o preconceito, a discriminação, e os entraves sociais de base étnica ou racial podem se manifestar de forma aberta ou velada. No caso dos negros se manifesta de forma aberta, na maioria das vezes.

Desta forma quando os negros puderam ter acesso às escolas o processo se deu de forma lenta e penosa. Como são julgados incompetentes, subraça, incapazes, caminham com eles a idéia do fracasso. Pesquisas como as de Rosenberg (1987), Dias (1980), Hasenbalg (1990) e outros evidenciam isso. Em seus estudos, Rosenberg (1987) postula que na trajetória escolar dos negros, no Brasil, estes encontram muito mais dificuldades, mesmo quando vindos de famílias de um bom nível econômico e social. Com base nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e Secretaria de Informações e Estatísticas Educacionais - SIEE a autora constata que crianças negras que ingressam na 1ª série sofrem exclusão e repetência. Os dados são os seguintes: 59,4% das crianças negras são aprovadas enquanto, que o percentual para crianças brancas é de 74,4% (IBGE, 1985).

Na 3ª e 4ª séries do ensino fundamental o destino escolar das crianças negras parece já ter sido determinado, 1 em cada 10 não cursam o ano seguinte, enquanto que para as crianças brancas a proporção é de 1 para 20 (IBGE,1985).

A falta de oportunidades e de ingresso dos alunos negros é mais alarmante no Ensino Superior. Segundo Gois (2004), é do topo da pirâmide educacional brasileira que se percebe com clareza a dimensão da desigualdade estudantil no país. Os negros apesar de representarem 5,7% da população são apenas 2,2% dos formados dos 18 cursos avaliados pelo MEC no provão em 2000.

Hasenbalg (1987) afirma que essas desigualdades que alunos negros enfrentam se dão por três desafios de importância vital: primeiro, o ingresso no ensino formal; segundo, se realmente se efetiva a sua alfabetização; e o terceiro, é se este aluno consegue realmente terminar as quatro primeiras séries do Ensino Fundamental. O autor conclui que a resposta a esses fatores é quase sempre negativa devido a duas questões: a) o mecanismo de recrutamento – alunos pobres e negros são absorvidos pelas escolas pobres e periféricas; b) uma vez recrutada a clientela, os professores mal preparados, mal aparelhados, atuam para reforçar a crença de que essa clientela não é educável.

Salienta ainda que aqueles que conseguem passar pelo estreito gargalo da educação formal estão fadados, no mercado de trabalho, aos piores empregos e menores salários. Esta constatação é divulgada em diários como:

Uma pessoa de cor preta ou parda ganha menos da metade do que uma de cor branca. Enquanto um branco recebe em média por mês R\$1.096,00, um negro ganha R\$ 535,00, levando em consideração a renda média das pessoas ocupadas no valor de R\$ 874,00. E em São Paulo essa diferença chega a R\$ 616,00, entre negros e pardos na comparação com brancos. Uma das razões da exclusão do mercado de trabalho é a baixa escolaridade entre os negros. Para se ter uma idéia 42,9% dos brancos freqüentam 11 anos ou mais de estudo, contra 24,9% dos negros (DIA-A-DIA RIO CLARO – SP. 06/06/2004. p.8).

A diferença entre negros e brancos vão ficando maior quando a Pesquisa mensal de Empregos compara o perfil de ocupação entre os dois grupos populacionais. A presença de negros e pardos é muito maior em ocupações que exigem menos qualificação e pagam salários mais baixos. Na população negra ou parda ocupada, 11% estava empregada em março em serviços domésticos e 10% na construção civil. Entre brancos essas

porcentagens eram, respectivamente, de 5% e 6% (FOLHA DE SÃO PAULO - SP – 05/06/2004. p. B1).

Percebemos que as condições de trabalho e salário dos negros estão atreladas a sua condição de formação.

De acordo com Chaia (1987) em pesquisa realizada na grande São Paulo, a situação dos negros é grave, por ser a cor fator básico no mercado de trabalho. Atrelados a essa questão estão três fatores básicos: baixa qualificação; baixo nível de escolaridade e, conseqüentemente, baixa remuneração. O autor observa ainda que, mesmo quando negros e brancos tem a mesma escolarização e ocupam o mesmo cargo os segundos chegam a receber até duas vezes mais que os primeiros.

A partir das considerações e comprovações desses autores podemos perceber que além da trajetória escolar do negro ser muito difícil depois de terminada esta jornada o mercado de trabalho deixa de considerar o que foi conseguido com “*sangue, suor e lágrimas*” por eles.

Almejando ascensão social, melhores condições de vida e o reconhecimento é que os negros procuram os bancos escolares. Porém a dura realidade é que apesar de “libertos” os negros ainda carregam consigo as tristes marcas de um período da história brasileira que os reduziu a uma condição desumana de vida.

Mas esta corrida à escolarização não é privilégio apenas dos negros. A partir da década de 1970, essa corrida se deu pela associação da escolarização como forma de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Esta década é marcada pelo projeto de legalização do ensino e a construção de escolas. Berger (1979) salienta que:

[...] apesar de não ter ocorrido nesta época alterações substanciais na qualidade do ensino, foram construídas muitas escolas primárias e secundárias. Porém, a grande característica educacional do período foi a de uma seqüência frustradora de experiências reformistas (BERGER, 1979, p.175).

Percebemos que embora tenha ocorrido a construção de muitas escolas, a mesma não se deu de forma a atender a demanda da época. Desta forma, poucos integrantes da população negra tinham acesso ao processo educacional. E, mesmo quando conseguiam estudar, o faziam a duras penas pois a maioria ingressava nas escolas particulares sejam elas de ensino básico ou superior e tinham que pagar por elas.

Minha mãe procurou escola oficial e não conseguiu... nós tivemos que ir, então, para uma escola particular... Esta escola particular, meu pai pagava com a hora extra de serviço (professora negra. apud ROFINO, 1996, p.81).

Pelo relato da professora percebemos que o ingresso nas escolas para o negro nunca foi fácil. Talvez isso explique porque, ainda hoje, a presença de negros nelas, não seja representativa. Principalmente porque a preocupação com a escolaridade dos alunos negros antes da década de 80 não fazia parte das políticas públicas ou dos órgãos responsáveis pela Educação. As famílias eram as únicas responsáveis pela aquisição da escolaridade dos filhos.

Fernandes considera que:

Mesmo em condições adversas, o esforço para a manutenção dos filhos na escola sempre existiu nas famílias negras. Salieta ainda que a educação era um dos poucos mecanismos de perspectiva de ascensão social e de combate à discriminação (FERNANDES, 1978, p. 56).

Uma vez conquistado o direito de ir à escola, outro complicador aparece, pois, ao conseguir um diploma os trabalhadores negros têm que conviver com duas ameaças: o fato de ser diferente dos demais negros e o fato de estarem ocupando um lugar que não é para eles. Teixeira (1998), em pesquisa realizada no Rio de Janeiro esclarece que os negros ao conquistarem a ascensão social via escolarização, são vistos como exceção que confirma a regra – o que quer dizer que a universidade não é lugar para negros e pobres – ou são vistos como alguém que deu sorte, ou chegou lá porque é melhor e mais inteligente ou ainda porque se esforçou mais do que a maioria efetivamente o faz.

Notadamente a ideologia do fracasso é uma constante na vida dos alunos negros. Em muitos casos haveremos de concordar com a pesquisadora que o esforço empreendido pelos negros realmente é maior do que o dos outros alunos. No imaginário social a ideologia da elite branca apregoa estar nos alunos negros as causas de seu fracasso, reprovação ou repetência.

Dentro da escola, vários são os desafios que os negros são obrigados a enfrentar. Dentre eles Dias (1979) identifica a ideologia da impotência⁹, ou seja, mesmo o aluno negro sendo deste ou daquele nível social é esperado dele o pior desempenho. Ainda, os professores destes alunos os percebem como filhos de pais bêbados, desempregados, de famílias incompletas, acreditam que os alunos vêm sujeitos para a escola, não prestam atenção. Acabam por definir que a causa do fracasso dos alunos negros é inerente a eles mesmos.

Muitas vezes esta ideologia acaba por se confirmar, pois tudo no sistema educacional brasileiro converge para que os alunos negros não tenham um desempenho satisfatório, uma vez que é negada a sua história e a sua cultura.

Portanto, fica impossível negar que a sociedade como um todo, e em particular a escola, impõem para o alunado negro uma trajetória escolar mais difícil e mais acidentada. Constata-se ainda que existe uma dificuldade de interação entre o sistema escolar e os negros. A escola torna-se então responsável pela “leva” de

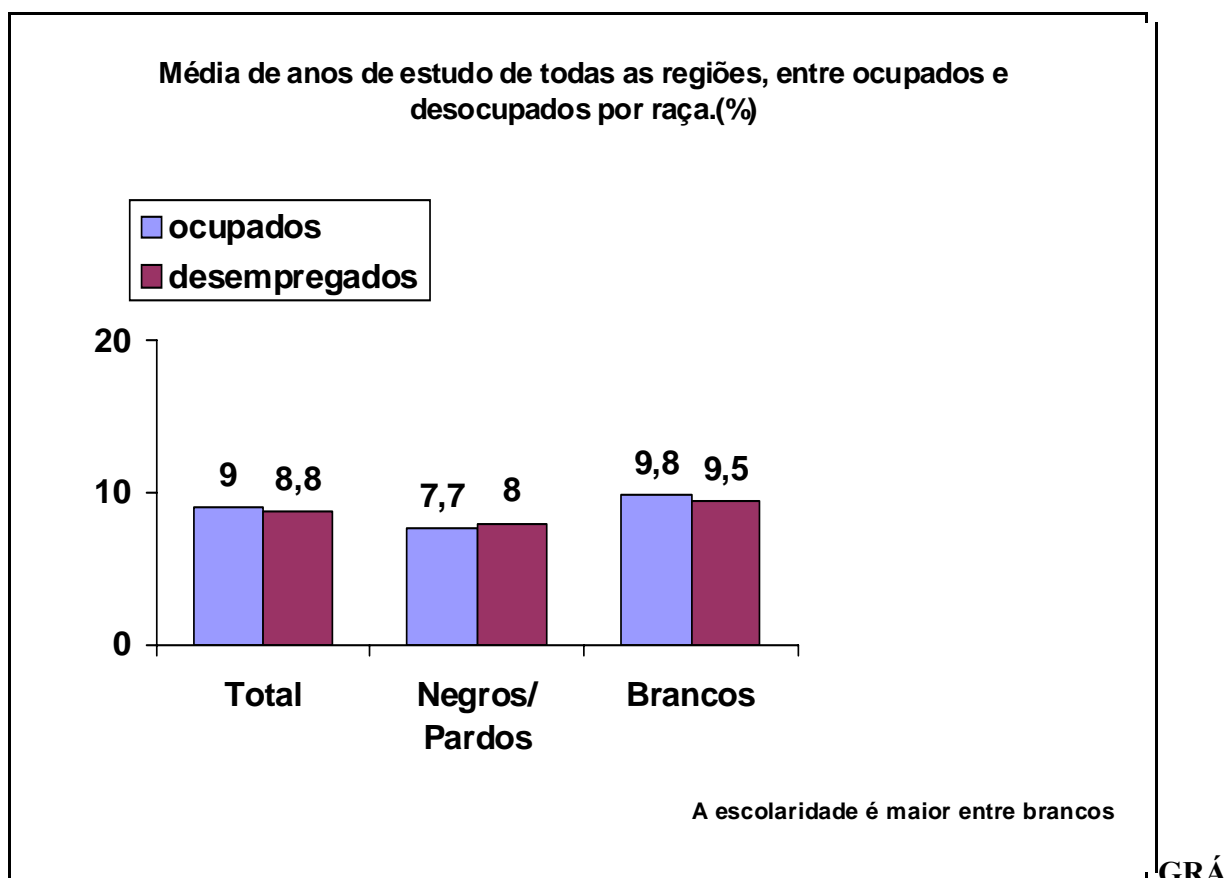
⁹ O professor percebe os alunos como não educáveis, porque vêm de famílias problemáticas, porque eles mesmos são problemáticos, sujeitos, malcheirosos, mal alimentados – tudo isso afeta seus resultados. (DIAS, 1979, p.25)

negros, que em atraso escolar, estão fora do mercado de trabalho e os processos intraescolares é que reforçam e legitimam as diferenças pautadas no fenótipo do alunado.

Os dados do IBGE indicam que muito dessa diferença é explicada pela escolaridade. A pesquisa mostra que brancos têm em média 2,1 anos de estudo a mais do que negros e pardos, quando se analisa a população ocupada, e 1,5 ano de estudo a mais entre os desempregados (FOLHA DE SÃO PAULO – SÃO PAULO- 05/06/2004, p. B 4).

E notável que a exclusão dos alunos negros da escola explica-se nas suas condições sócio-econômicas. Como a sociedade hoje é a sociedade do conhecimento a necessidade da escolarização para todos é pungente.

O gráfico abaixo nos mostra que a escolaridade é maior entre os brancos. E que os negros, apesar da escolarização estão nos empregos de menor prestígio social e percebem um salário menor que os brancos.



FICO 2 – Média de anos de estudo de todas as regiões, entre ocupados e desocupados por raça
 Fonte: IBGE 2002

Hoje, o grande abismo que divide negros e brancos é explicado por um círculo vicioso que vem se perpetuando ao longo de várias gerações. Desde a escravidão, a situação de pobreza e marginalização é maior na população negra. Essa pobreza gera baixa escolarização, que gera mais pobreza para a geração seguinte.

Não queremos afirmar que o determinismo deixará para sempre a população negra nessas condições. Como afirma Marx (1946) em seu livro “O

Capital” a mesma condição que aliena o homem o leva também a conscientização. É por isso que os negros organizados em seus movimentos abrem frente a uma luta que se faz presente. Essa luta visa a diminuição ou a expurgação total de todas as formas de discriminação e preconceito existentes na sociedade brasileira.

Vivemos um conflito gerado pelo mito da democracia racial que muitas vezes, por condições alheias a nossa vontade, acaba por gerar uma aparente inércia. Mas não estamos alheios aos acontecimentos. Prova disto são os inúmeros trabalhos acadêmicos produzidos nas últimas décadas.

A inserção dos negros na escola e conseqüentemente no mercado de trabalho é difícil. A cor, embora não seja o único elemento a restringir o acesso dos negros a melhores ocupações, acaba se tornando o principal fator de exclusão, principalmente quando associado à baixa qualificação, ao baixo nível de escolaridade e à baixa remuneração.

Outro complicador na relação negro e escolaridade é que, como na maioria das vezes esses são pertencentes a famílias de baixa renda inserem-se precocemente no mercado de trabalho, preocupados com sua sobrevivência, prejudicando assim a sua formação educacional.

A participação, no mercado de trabalho, da população de 12 a 18 anos, dificulta a sua formação educacional. Além disso, o fato desses jovens pertencerem a famílias de baixa renda torna ainda mais difícil o aproveitamento escolar, bem como a permanência na escola (ROFINO, 1996, p. 91).

É bem verdade que a democratização da educação e o crescente número de movimentos negros a partir da década de 1970 admitiu e possibilitou uma maior participação da população negra nas escolas. Porém essa ampliação se deu em detrimento da qualidade do ensino público que é questionável e se encontra, hoje, nos debates, fóruns, congressos e centros acadêmicos.

Desta forma, Oliveira (1988) relata a degradação das escolas públicas, principalmente às da periferia salientando que: “Na escola de periferia, a falta de recursos, as desigualdades sociais, as diferenças étnicas e o baixo desempenho escolar caminham juntos (p.35/37)”.

É certo ainda que as políticas públicas para a educação não contemplam o acesso e garantia de permanência dos alunos menos privilegiados econômica e socialmente dentro da escola.

A maioria dos alunos negros estão inseridos nas escolas públicas e sua formação é fator que os impede de galgar profissões e salários no mercado de trabalho que, de fato, os colocariam no mesmo patamar que os alunos mais privilegiados. Prova disso são dos dados levantados por Gois (2001) *“em alguns cursos a distorção é visível: em odontologia, por exemplo, apenas 0,7% dos estudantes que se formaram em 2000 são negros. Em medicina, essa taxa é de 1%. Na área de veterinária, eles são apenas 1,1%”*.

Com a abolição da escravatura os negros foram relegados a uma concorrência desleal, no mercado de trabalho com o imigrante europeu preparado. Hoje os negros da diáspora também estão submetidos à mesma concorrência desigual com os alunos das escolas particulares ou públicas que, por fatores já citados, possuem maior desempenho.

4.2.2 Cor e profissão docente

Muitos autores que estudam a história dos negros como Hasenbalg (1979/1990), Dias (1980), Teixeira (1998), Silva (2003) e outros defendem que muitas famílias deste grupo étnico possuem a crença de que a educação formal possa ser um dos instrumentos da ascensão e de integração na sociedade brasileira. Deste modo a educação formal, desde os anos 30, se constituiu elemento chave no processo de mobilidade social, representando a aspiração das camadas populares. Após ingressar na escola, realizando em parte o sonho de suas famílias, às crianças negras se apresenta uma árdua tarefa: o convívio com o processo de desvalorização da raça negra.

A escola é um dos locais onde o indivíduo constrói sua identidade e quase sempre no convívio com os outros partícipes, as crianças negras sofrem o preconceito e racismo praticado pela parcela de não negros que os classificam como incompetentes, burros, incapazes, feios.

Eu me vejo assim. Todo mundo fica me xingando, mas eu mi acho uma morena muito bonita e simpática. Eu tenho os cabelos pretos, os olhos preto. Às vezes todo mundo fica falando que eu sou feia mas eu posso ser feia por fora mas a pessoa é bonita por dentro é de dentro que vem o amor carinho (Depoimento de uma criança negra em SILVA, 1995, p.85).

Percebemos que dentro da instituição escolar as práticas de discriminação e preconceito são uma constante. As crianças negras são estigmatizadas devido à sua condição de classe e a seu pertencimento a um grupo étnico, cujos antepassados foram submetidos à escravidão.

Silva (1995) em sua pesquisa relata que as crianças e adolescentes negros têm muita dificuldade de interagir com crianças de cor branca e que os pais, apesar de informados de que suas crianças são discriminadas por outras, apresentam uma certa indecisão perante tal denúncia.

Segundo a autora, os pais além de indecisos ainda prometem castigos severos para os filhos acreditando que os mesmos estão mentindo. Isto evidencia que os pais também têm dificuldade de se relacionar com a escola talvez devido a pouca instrução ou pela baixa condição sócio-econômica. Por conseguinte, as

práticas discriminatórias continuam e as crianças negras acabam se silenciando e se deixando dominar, adotando uma atitude passiva.

Em relação a essa postura da escola Ribeiro (2001) afirma que:

A escola, de fato, além de não saber lidar com os problemas sentidos pelas crianças negras, acentua ainda mais esses problemas por não lhes dar importância ou não opinar a respeito das situações diárias vividas por essas crianças. Muitas vezes até mesmo o professor e a professora são explicitamente racistas, ao reforçarem a idéia nas crianças de que é natural que as pessoas sejam discriminadas, ajudando a manter comportamentos racistas e contribuindo para o auto-isolamento delas (RIBEIRO, 2001 p.41).

Arraigada pela ideologia social européia a escola enquanto aparelho ideológico do estado e da classe social dominante acaba por reproduzir e legitimar a discriminação, mesmo que em seu discurso, alicerçado no mito da democracia racial, ela apregoe que não existe discriminação ou racismo. A esse respeito Gomes (1994, p. 83) diz: que: *“o próprio fato de não se aceitar que nas escolas existam racismo e discriminação racial, pode ser considerado como um indicador da sua existência. Negar a existência do outro já é a confirmação da sua presença”*.

Mas é coerente afirmarmos que a dinâmica do movimento é que caracteriza a vida. Não afirmamos que os negros vivem passivamente sem criar mecanismos de enfrentamento à situação por eles vivida. Mas se articulam e se organizam em movimentos a partir da consciência de que eles necessitam dessa organização e da ampliação dessa consciência negra, seja no sentido de se

aceitarem e terem orgulho de si mesmos, seja no sentido de lutarem contra o racismo e a discriminação e contra as condições sociais que lhes são impostas.

São vários os líderes negros que representam tais idéias: africanos como Aimé Césaire, Steve Biko, Nelson Mandela e outros; americanos como : Malcon X, Panteras Negras, entre outros; e brasileiros, tendo como referência aquele que se tornou um grande símbolo das lutas do povo negro, Zumbi dos Palmares (RIBEIRO, 2001, p.101).

Os negros não estão e nunca estiveram passivos esperando que as transformações ocorram de forma milagrosa. Desde a escravidão até após a abolição, os negros se organizaram e enfrentaram das mais variadas formas a situação a que estão submetidos. Prova disto é o movimento promovido pela Frente Negra Brasileira – FNB, em 1931, na cidade de São Paulo, mobilizando em torno de 100.000 militantes (SILVA, 2000 p.139).

Ao longo da história os negros fundaram associações, fugas, grupos quilombos, grupos religiosos nas senzalas e grupos de lazer. Construindo uma história de resistência, enfrentamentos e acima de tudo conquistas.

A entrada dos negros na escola e, principalmente na profissão docente também são formas de resistência e enfrentamento. Dizemos isso porque a educação é um dos principais objetivos visados pelos indivíduos.

Para uns, a escola é somente um instrumento formal de saber que pode propiciar a capacitação para um bom emprego. Para outros, a função da escola vai além, pois se constitui também um instrumento de veiculação de valores, reproduzindo no campo das relações inter-étnicas a discriminação e o racismo presentes na sociedade. Desta maneira, é estando presente nesse campo contraditório que nós negros poderemos iniciar os debates e lutas.

À luz dessa abordagem, educação para cidadania, como uma preparação para competência, compromisso, e liberdade, desenvolveu durante o século 20 e continua a desenvolver, em grande parte devido às iniciativas de movimentos sociais ou ações visadas por grupos em desvantagem. Muito fica para ser feito para tornar a educação disponível para todos, como proclamado em discursos, e transformar textos legais de boas intenções em políticas reais que favoreçam verdadeiramente todos os cidadãos (SILVA, 2003, p. 186).

Lutar pela democracia e universalização da educação é tarefa essencial a todos os brasileiros, principalmente daqueles que vislumbram uma sociedade com condições mais igualitárias e sem a presença da discriminação e preconceito de pessoas, baseados em suas características fenotípicas.

Na dinâmica da luta dos grupos organizados é importante salientar que, na maioria das vezes, as conquistas obtidas por esses grupos nem sempre são decisões de consenso e responsabilidade da hegemonia dominante. Numa sociedade dividida em classes sociais diferenciadas os interesses são antagônicos e irreconciliáveis. As conquistas dos grupos desprivilegiados socialmente quase

sempre devem ser entendidas mais como concessão do que como atendimento ao apelo dos mesmos, principalmente na área educacional:

Os objetivos e condução desses grupos não coincide com o sistema regular de educação mantido por órgãos públicos, que tomam as decisões sem levar em consideração a diversidade da população brasileira. Se os órgãos públicos realmente atendem essa diversidade, eles com freqüência o fazem se eles estiverem fazendo uma concessão (SILVA, 2003, p.193/194).

Notadamente a educação “concedida” aos grupos organizados são formas de educação secundária, pois não levam em consideração as diferenças e o patrimônio cultural¹⁰ dos mesmos.

Analisando as escolas que os alunos negros estão freqüentando percebemos que as mesmas não estão e nem são preparadas para a clientela que a ocupa. O modelo vigente de escola seja ela pública ou privada em qualquer nível de ensino ainda está baseado nos moldes de escola européia destinada a elite dominante. Sendo assim essas escolas excluem, discriminam, oprimem e marginalizam os negros que estão no seu interior.

Outro fator não menos importante está relacionado aos professores que nem sempre estão preparados, *“infelizmente um pequeno número de educadores*

¹⁰ Patrimônio cultural é constituído de bens fundamentais e inalienáveis, materiais ou não, mantidos em fontes jurídicas e simbólicas, que preservam o essencial, as origens de um povo, de uma nação, da humanidade. Um patrimônio abrange objetos, sítios, hábitos, costumes, textos orais e escritos, canções, rituais, jogos, folguedos, e muitas outras histórias, filosofia que guardam significados, entre outros, de ordem religiosa, tecnológica, laborial, pedagógica e que se encontram preservados em estilos de vida, rituais religiosos, habilidades artísticas soluções técnicas, procedimentos intelectuais. (CHASTEL 1997, p.1463)

está atento para essas questões. A grande maioria prefere discutir a escola somente do ponto de vista sócio-econômico” (GOMES, 1994, p.83). Tal atitude acaba por ser reducionista, pois existem outras relações dentro da instituição escolar – as inter-étnicas, por exemplo – que interferem no processo de escolarização. E, é neste contexto que homens e mulheres negras encontram as brechas para empenharem-se na luta pela diminuição da discriminação a que são submetidos.

Segundo Pinto (1994):

A Frente Negra Brasileira, que se organizou e dispersou nos anos 30, foi a maior organização nacional política negra no período pós-abolição. Eles conduziram conferências e debates usando a mídia no começo do século tanto quanto as organizações correntes fazem agora.

Ainda a esse respeito Silva (2003) salienta que:

Explorando esta estratégia em 1984 e 1985, a Sociedade Caridosa e Cultural Floresta Aurora, em colaboração com grupos envolvidos no Movimento Negro, promoveu em seus quartéis-generais o primeiro e segundo Encontros Nacionais da Realidade de Negros na Educação. Ativistas intelectuais, pesquisadores e principalmente um significativo número de professores negros das escolas públicas participaram do evento. Conferências e esquentados debates foram conduzidos em vários tópicos, incluindo o ensino à população negra; auto-estima de crianças e adolescentes negros; teatro e dança como formas positivas de elevação da consciência considerando os assuntos sociais, culturais e educacionais dos negros; Espiritualidade negra da perspectiva do Cristianismo e religiões Afro-Brasileiras; educação para a era pós-abolicionismo e pedagogia interétnica (SILVA apud SANTANA, 2002).

Silva (2003) apregoa que esses encontros foram refletidos no aumento positivo da auto-estima e autoconfiança do povo negro, que participou na transformação de práticas pedagógicas de instituições participantes.

Diante de tantas exigências e de tanto sofrimento ao participar da instituição escolar formal, nos vem à tona outra discussão que merece ser destacada a cor da pele e a profissão docente.

A escolha da profissão docente pelos negros brasileiros nem sempre é uma questão de oportunidade. Na maioria das vezes escolhemos ser professores para não atuarmos em trabalhos ainda menos valorizados socialmente, tais como: domésticas, garis, trabalhadoras do sexo, enfim não queremos estar na escala daqueles marginalizados e oprimidos pelo sistema. Algumas pessoas mais ingênuas poderiam pensar aqui que discriminamos as profissões enumeradas. Não é esta a questão o que inferimos aqui é que essas profissões na escala de valores dentro sociedade brasileira estão relegadas à marginalidade e a opressão.

Nessas escolhas várias são as influências, mas é a família a maior responsável por ela. Visando a diminuição do sofrimento dos filhos e, tendo como alternativa a profissão docente muitos são empurrados para a profissão docente. Nela reside a possibilidade de melhorar de vida e ajudar a família.

Por ser uma profissão que vem sofrendo historicamente uma desvalorização constante e condições adversas de trabalho, seja pelo desprestígio

social do magistério, seja pela falta de políticas públicas para a profissão, a mesma não é procurada pela classe mais privilegiada da sociedade. Fica essa profissão para aqueles que frequentando a escola pública, hoje, de baixa qualidade, não têm como recorrer a profissões mais prestigiadas socialmente.

Em relação à docência Contreras (2002) advoga que os professores estão enfrentando atualmente um processo de proletarização.

[...] a tese básica da proletarização de professores é a consideração de que os docentes, enquanto categorias sofreram e estão sofrendo uma transformação, tanto nas características de suas condições de trabalho como nas tarefas que realizam que os aproxima cada vez mais das condições e interesses da classe operária. (CONTRERAS, 2002. p. 33).

Se historicamente as profissões que foram permitidas ao negro se apropriar são as de cunho proletário, talvez seja essa a explicação para a entrada, em grande número, de negros na profissão docente, conforme afirma Lewin:

A popularização da escola em uma cultura que valoriza o elitismo gera a desvalorização dos seus agentes sociais, os professores primários. Uma profissão que perde prestígio é abandonada pelos que possuem outras opções e ocupada por aqueles que não possuem outra alternativa (LEWIN, 1980, p.56).

Então a escolarização significa uma das poucas possibilidades de ascensão social para os negros, e o magistério se apresenta como uma possibilidade de escolha profissional que lhes oportuniza com mais facilidade uma melhoria de

vida e uma forma de escapar do lugar social, geralmente destinado a eles: a subserviência e a marginalidade.

4.2.3 O preconceito e discriminação racial que sofrem os professores negros dentro da escola

No campo profissional, a atuação no magistério, é mais uma etapa no processo de socialização dos negros. Na sala de aula o professor é sempre uma referência para seus alunos, sejam eles negros ou brancos. Esse processo traz para os professores negros mais uma complexidade. Se de um lado enfrenta a discriminação dos alunos uns com os outros; por outro, sente momentos em que a discriminação é direcionada a eles. Como reagir diante destas situações?

Respondendo a este questionamento numa pesquisa feita por Figueira (1990) ficou comprovado que o professorado reconhece a existência de preconceito racial na escola, seja este por parte de alunos, de professores em relação a professores e em relação a alunos, ou do corpo administrativo para com os alunos, mas as formas de reação ainda são incipientes. No tocante às discriminações dentro

da escola acrescentaríamos a discriminação por parte dos pais e comunidade em geral para com os professores negros.

Dentro da escola o preconceito se manifesta das mais variadas formas, em brincadeiras e piadas ou apelidos alusivos à cor, na seleção social dos colegas de estudo ou na ocupação dos lugares na sala de aula; na expectativa dos professores quanto ao rendimento do alunado negro, na expectativa do grupo gestor, dos pais e da comunidade em geral em relação ao desempenho do professores negros e, acima de tudo, nos livros didáticos que se quer mencionam a cultura negra e quando o fazem é de forma folclórica.

Os livros didáticos merecem uma atenção especial porque, ele ainda é, nos dias atuais, um dos materiais pedagógicos mais utilizados pelos professores, principalmente nas escolas públicas. E infelizmente:

[...] o livro didático, de um modo geral, omite ou apresenta de uma forma simplificada e falsificada o cotidiano, as experiências e o processo histórico-cultural dos diversos segmentos sociais, tais como a mulher, o branco, o negro, os indígenas e os trabalhadores, entre outros (SILVA, 2005, p.23).

Considerando a transmissão da cultura como uma das funções da educação, podemos concluir, historicamente falando, que a educação é um instrumento ideológico de racismo que se utiliza de mecanismos institucionalizados como o livro didático para praticar a discriminação e o preconceito.

Os professores negros ainda são comumente marginalizados pelos seus colegas. A rejeição se dá nos mesmos moldes do passado. Alguns colegas brancos se recusam a sentar ou realizar tarefas em conjunto com eles; fazem comentários, piadas e chacotas que se referem ao seu fenótipo, principalmente àqueles que têm os traços físicos de negritude mais ressaltados. Os apelidos mais comuns são escuridão, feios, macacos, fedorento, negrinho ou negrinha.

Em relação aos seus alunos os professores negros geralmente não têm cor. Quando se deparam com situações de discriminação entre as crianças e tentam resolvê-las comparando-se às crianças negras, os demais alunos não as reconhecem como negras, dizendo: “Não, professora, a senhora não é negra como eles”.

No imaginário social, esta negação pode estar expressando uma outra idéia mais preconceituosa: como uma negra ou um negro conseguiu chegar até aí? Ou seja, se no imaginário social a idéia do negro está ligada à incapacidade intelectual e se ele conseguiu ser professor, então, não pode mais ser negro(a).

As manifestações de negação da cor negra para um profissional da educação acaba por afirmar que negros não podem ser professores, se são professores é porque não são negros.

As imagens presentes no núcleo figurativo dessas representações são: se é negra é incapaz, se é incapaz não pode ser professora, logo, se é professora, não pode ser negra. A ação de negação dos alunos é orientada por essas representações sociais introjetadas (SILVA, 2000, p.148).

Diante das situações de discriminação e preconceito a tendência dos professores negros é tentar encontrar mecanismos para o estabelecimento de seu reconhecimento e aceitação. Eles necessitam ser aceitos e aprovados pelo grupo a que estão pertencendo. Para tanto devem ter alguns atributos que compensem o fato deles serem negros. É através do desempenho e capacidade intelectual que eles serão aceitos.

A situação dos docentes negros é contraditória. Em geral as expectativas em relação ao seu desempenho são baixas, e quando ele se sobressai entre os demais colegas, há uma tentativa, por causa da competição instalada no campo profissional, de apagamento da sua visibilidade positiva.

Para ser aceito pelo grupo os professores negros precisam ser reconhecidos como os melhores ou como portadores de habilidades vistas pelo grupo como positivas. Isso se justifica pela fala de uma mãe em relação a mim quando professora de sua filha na 3ª série do ensino fundamental, na década de 90: *“ela é pobre, feia, preta mas é muito inteligente e boa professora.”*

Percebemos que esta fala da mãe é uma tentativa de branqueamento da professora. Qualidades como inteligência e competência não são para negros, salvo algumas exceções.

As formas como cada docente enfrenta as dificuldades de origem racial é distinta e atende às peculiaridades de cada personalidade. Porém, há um consenso

quanto à questão da visibilidade e mobilidade, ou seja, os negros se esforçam muito mais que os brancos no fazer competente¹¹.

Para permanecerem no mercado de trabalho, os professores negros são colocados à prova e têm que mostrar suas condições intelectuais que nem sempre são bem vistas por todos. Às vezes, em situação de prestígio social, professores negros provocam ressentimentos em colegas não negros ou até mesmo negros.

Os negros quando vistos em alguns espaços privilegiados são percebidos como se estivessem fora de seu lugar, daí a dificuldade em serem reconhecidos num local privilegiado e em posição de prestígio. Esse não reconhecimento por parte dos alunos e da comunidade escolar em geral está estreitamente ligado com a ideologia da hegemonia dominante que atribui aos negros a falta de competência para às questões do intelecto.

A intensidade e a maneira de sentir a discriminação e o preconceito varia de um professor para outro. Por isso, alguns professores utilizam estratégias diferenciadas de enfrentamento da situação. Há aqueles que fazem questão de se imporem e serem negros, de modo explícito. São audaciosos sem serem prepotentes e encaixam em seus discursos a questão étnica. Outros por sua vez preferem o silenciamento e a inércia, uma vez que carregam com eles a ideologia do adestramento imposto pela elite branca dominante.

¹¹ Competência é a maneira pela qual é garantida a permanência “ num mundo branco” . (Ribeiro, 2001 p.110)

A situação dos negros é de luta constante. Ribeiro salienta que:

Vivem em estado de alerta para se defenderem, ou identificarem na ação do outro, atitudes preconceituosas que lhes possam causar constrangimento, ou mesmo alijamento de seus direitos. O/A professor/a negro/a coloca, como peça fundamental no jogo, a competência que tem, o principal capital de luta pela permanência ou pela possibilidade de conquistar novos espaços para uma ação política mais efetiva a favor do seu grupo étnico ou pela projeção individual (RIBEIRO, 2001 p. 120).

Muitas vezes aqueles que se engajam na luta e na denúncia pela diminuição do preconceito de forma individual ou coletiva é visto como sendo ele mesmo racista, prepotente ou encenqueiro. Isto se explica pelo mito da democracia racial existente em nosso país, que apregoa vivermos num paraíso racial. Memi (1977) a esse respeito diz que *“o dominante sempre vê a resistência do dominado como ameaça e tenta reverter a própria dominação responsabilizando a própria vítima.”*

Portanto a ideologia do mito da democracia racial, mantém sua hegemonia utilizando-se das representações sociais do negro para negar o racismo do branco e atribuí-lo ao próprio negro.

Reforçar a representação, que o próprio negro é racista; fazendo-a circular no universo consensual é uma forma de reforçar a ideologia da democracia racial, sustentada por essa mesma representação retificada (SILVA, 2000, p. 160).

Munanga (1996) critica o “racismo silenciado”, ou dissimulado no brasileiro, porque este nega a existência do preconceito e da discriminação racial, e contribui para a produção das desigualdades sociais e raciais, dificultando a ascensão social e profissional do negro. Segundo o autor, esse tipo de racismo é fundamentado pelo discurso de democracia racial, que concebe a sociedade brasileira como sendo cultural e racialmente híbrida, em que as relações de brancos e negros ocorrem de forma harmônica e destituídas de conflitos, como preconizado por Gilberto Freyre (1995) em *Casa grande & Senzala*.

Outra questão que legaliza a ideologia do mito da democracia racial é discurso do tratamento igual. Esse discurso, segundo Gonçalves (1998), construído a partir de um ideal de democracia racial não considera, entre outras coisas, o direito de os alunos negros se reconhecerem a partir de sua diferença, da sua particularidade racial. Assim, sob a capa da democracia se esconde a diferença.

O que está por trás desse discurso é a ocultação, o encobrimento da cultura das camadas populares. No caso da cultura negra, é por ser subtraída a possibilidade de estudá-la e expressá-la, ou por vê-la de forma estereotipada, folclorizada, que a criança negra, passa a estigmatizá-la, negá-la (SILVA 2001, p. 173).

Por isso professores negros formados neste modelo de escola muitas vezes acabam por se silenciarem e acreditarem na ideologia do fracasso preconizado para eles desde sua entrada inicial na escola.

No cotidiano escolar há toda uma linguagem simbólica não-verbal que se expressa por meio de comportamentos e práticas pedagógicas, transmitindo valores, crenças e representações, que dificultam o reconhecimento do grupo negro por si mesmo. Ele é sempre visto e dito pelo outro de modo marcadamente preconceituoso e discriminatório. Essa situação acaba por conduzir os negros à vergonha de ser negro.

A esse respeito Cavalleiro comenta que:

Pode-se afirmar que esta linguagem contribui para condicionar os negros ao fracasso, à submissão e ao medo, visto que parte das experiências vividas na escola é marcada por humilhações. Em relação a sua origem étnica, experiências sociais positivas são quase inexistentes, o que lhes impossibilita a construção da auto-estima. E essa criança experimenta o desejo, impossível, de tornar-se branca e eliminar, assim, a cor indesejável, característica mais perceptível que a liga a seu grupo de pertencimento, o negro (CAVALLEIRO, 1998, p. 73).

Talvez seja essa idéia que orienta a negação da cor dos professores negros. A representação que o negro tem de si está ligada à representação que o outro faz a respeito dele. Logo, sua participação num grupo que é inexpressivo dentro da escola lhe dificulta soberania, autonomia e valorização de sua identidade.

Pelo fato de experimentar o sentimento de sofrimento é que afirmamos que uma parcela do grupo de professores negros preferem o silenciamento voluntário. Esse silêncio é uma estratégia para o enfrentamento da convivência difícil com a discriminação em seu cotidiano. Deste modo, o silêncio aparece como

forma de evitar mais sofrimento e não apenas como manifestação de inconsciência ou alienação de sua condição, como poderiam pensar aqueles que fazem uma análise mais superficial da questão.

Se analisarmos o quadro geral das profissões no Brasil veremos que, naquelas profissões que conferem maior *status* social a presença dos negros é ainda inexpressiva. Por isso, acreditamos que o abandono da profissão docente pelos indivíduos de maior prestígio social é o responsável pela entrada maciça dos negros na educação. Atrelada a essa questão está a desvalorização profissional pela qual passam os docentes.

A população brasileira em geral não trabalha com a idéia de que a inserção do negro aos mais baixos estratos da hierarquia social está associada tanto a um passado escravocrata quanto a uma prática discriminatória, que reduz drasticamente sua possibilidade de ascensão. Ao contrário, acredita-se que a pobreza da população negra é uma opção pessoal que ocorre desde os tempos mais remotos.

Apesar de maior participação no processo educacional e no corpo do magistério, os negros ainda representam uma minoria significativa. Uma pequena massa de privilegiados que, com árduas lutas conseguiram, de forma residual, ser incorporadas nesse processo.

Seja de forma consciente ou não, a luta pelo acesso dos negros ao universo escolar, bem como por sua permanência nesse, tanto como professor quanto aluno, pode representar uma luta que não se restringe ao direito constitucional de igualdade social, mas que possibilite vislumbrar a busca pela igualdade racial e pelo direito de reconhecimento da sua cidadania negra há tanto negada.

Os grupos discriminados e marginalizados são considerados incapazes. Porém, a consciência dessa condição é que levará esses mesmos grupos a lutarem e a denunciarem as situações de discriminação e preconceito a que são submetidos. Quando organizados eles:

[...] chamam a atenção para as relações de opressão e a diversidade que constitui a sociedade brasileira. Eles estimulam pesquisas intelectuais e forças políticas a reconhecer a sociedade brasileira como multi-étnica e multicultural. Eles compelem a sociedade para discutir o multiculturalismo, a falar sobre diferenças, cujas regras são definidas em lutas sociais de atores que, por uma razão ou outra, experimentam o gosto amargo da discriminação e preconceito dentro das sociedades nas quais eles vivem (SILVA apud. OLIVEIRA GONÇALVES e GONÇALVES e SILVA, 2001, p.11).

Não podemos mais assistir calados a tanta injustiça, opressão e degradação dos direitos humanos impostos a grupos de pessoas que apenas são “diferentes”. É necessário que a luta exista e seja capaz de incomodar aqueles que representam a hegemonia dominante.

Mesmo que essa luta se restrinja a um processo individual por melhores condições de vida, o encontro entre os professores negros e os alunos negros não pode ser ignorado. O universo escolar deve ser um dos campos de luta para a conquista da cidadania por parte do negro brasileiro.

Romper com a discriminação na escola significa estudar a questão racial dentro dela, não somente pelo cunho da revisão historiográfica dos conteúdos, mas também pela análise crítica dos livros didáticos e pela construção da identidade racial dos alunos e alunas, professores e professoras e demais profissionais negros da escola.

Em um país pluriétnico e pluricultural como é o caso do Brasil, onde a presença do racismo é negada enquanto discurso, mas efetivada enquanto prática social, não há como estudar a questão racial sem fazer uma análise de como esta interfere na vida dos professores, principalmente dos negros.

Estar na educação, enquanto negro é um ato de coragem, pois é também na escola que são elucidadas e legitimadas as práticas de racismo e de discriminação.

5 ANÁLISE DOS DADOS

Não há vida sem morte, como não há morte sem vida, mas há também uma “morte em vida”. E a “morte em vida” é exatamente a vida proibida de ser vida.

(Paulo Freire, 1987, p.170)

5.1 O que os dados mostram

Farei a seguir, a análise dos dados coletados, por meio das falas dos participantes, registrados nas transcrições de gravações e também no diário de campo. Essa análise é uma elaboração construída, a partir das reuniões realizadas com o grupo de sete professoras e um professor negro. Ela leva em conta uma trama de relações que se estabeleceram entre a pesquisadora, os participantes da pesquisa e diversos componentes e circunstâncias da vida em sociedade. Tal trama de relações manifestou-se em gestos, palavras, posturas, emoção que foram revelando os pensamentos/sentimentos sobre as experiências de discriminação, sofridas pelo grupo de professores negros, nos diversos ambientes da vida social.

O resultado da análise é a seguir apresentado sob a forma de descrição compreensiva, ou seja, um traçado, um mapa dos significados que emergiram das falas e do ambiente das reuniões, ambiente este criado por lembranças, emoções, indignações e silêncios os quais estão repletos de iniciativas. Tal ambiente permitiu que fôssemos os participantes e a pesquisadora, criando e recriando nosso pertencimento étnico-racial, nosso compromisso em combater o racismo, em contribuir para uma sociedade mais justa e em buscar soluções pedagógicas que ajudem neste sentido.

A descrição a que me refiro, conforme Bernardes (1989) é uma tentativa de reunir e concatenar os diferentes significados identificados nas falas e gestos dos participantes.

Examinando os dados provenientes de falas, gestos, emoções e trejeitos dos participantes, pode-se dizer que as situações de discriminação que enfrentaram têm os seguintes componentes: quem discrimina, o que desperta nessas pessoas a discriminação e como reagem essas pessoas diante da discriminação.

Segundo a fala dos participantes pude constatar que a discriminação acontece, ora velada, ora explícita na base das relações étnico-raciais e ocorrem dentro ou fora do contexto escolar, do ambiente de trabalho, dos ambientes de diversão e até mesmo no ambiente familiar.

5.2 Quem discrimina?

Muitas vezes, os professores participantes não identificaram quem os discriminam, ou seja, não identificaram os sujeitos da ação de discriminar. Referiram-se a eles utilizando verbos assim flexionados: tentaram, falaram, disseram ou outras formas de indeterminação do agente que discrimina, como por exemplo: fui questionado (a). Os sujeitos do ato de discriminar estão indeterminados, talvez por medo da pessoa discriminada de expor os responsáveis pela discriminação ou mesmo por não saber localizar exatamente quem o agrediu ou se a discriminação é percebida em gestos, palavras, atitudes, lugares instituições que a vítima da discriminação frequentou. Às vezes ela acontece de forma dissimulada neste ou naquele ambiente nos quais os participantes vivem. Um exemplo, do que vem a ser dito está nas palavras do professor Girassol:

Em muitas situações da vida, no trabalho sou questionado: será que aquele negrinho sabe fazer isto, ou será que aquele negrinho sabe fazer aquilo (Girassol).

Os ambientes de discriminação foram os mais variados possíveis. Dentro de uma delegacia, na atitude do delegado de Polícia, frente a uma das professoras e

sua mãe, fica explícito que pelo fato de serem negras, se passaram por marginais, quando tentavam reclamar seus direitos de cidadãs. Uma atitude normal e de direito de qualquer cidadão desencadeou um processo discriminatório extremamente abusivo. Vejamos a fala da professora:

Fui assaltada e o talão de cheques da minha mãe foi roubado. Fomos à delegacia para registrar a ocorrência. Estávamos eu e minha mãe sentada esperando o delegado. A escritã do delegado chegou ‘toda loira’ e perguntou para mim: o que foi que ela fez? (Orquídea).

Os próprios colegas negros que são policiais também exercem a discriminação de forma explícita. O irmão da professora Rosa foi cruelmente discriminado pelo fato do mesmo estar dentro de uma viatura da polícia civil no trânsito sem se caracterizar usando um uniforme. Um colega, também passando num outro carro quando o viu proferiu a seguinte frase: “*O irmãozinho aí deu bobeira, dançou*”. Ao ouvir essa observação o irmão da professora ficou muito revoltado porque quem proferiu a frase também era policial e negro. Pelo fato de ser negro e estar dentro de um carro da polícia você não pode ser policial tem que ser um “bandido”.

Promotores públicos no uso de seu poder e prestando serviços à comunidade também praticam a discriminação e o racismo visto que na tentativa de aplicar a lei e ordem para todos, os negros acabam sofrendo discriminação, pelo fato de serem negros, pobres, de procurarem seus direitos, de falar a verdade, enfim

de tentar impor sua presença. Este fato está retratado na fala da professora Orquídea:

Eu e minha mãe fomos confundidas, por uma autoridade instituída, o promotor, com malfeitoras pelo fato de sermos negras (Orquídea).

Analisando a partir da fala dos participantes, as relações étnico-raciais, ficou claro que a discriminação acontece dentro e fora do ambiente escolar como já vimos nos casos acima. Partindo agora para o ambiente escolar ficou flagrante que crianças, de qualquer idade, sejam elas brancas ou negras, muito cedo, já na educação infantil, demonstram a discriminação que está presente na sociedade brasileira. Baseados na cor da pele, tipo de cabelo e comportamento de autoridade do professor, a criança acaba por repetir aquilo que os pais e outros adultos proferem em casa ou o que elas presenciam no seu dia-a-dia através das relações de que participam.

O aluno de 5 anos fugia da aula, de alfabetização. Ele fugia todos os dias, corria e chorava. Quando as pessoas perguntaram para ele porque ele fugia, ele respondeu: - ela é preta – se referindo à professora (Orquídea).

Na escola os chefes dos participantes e mesmo aquelas pessoas que procuram ocupantes dos cargos de coordenação, supervisão quase sempre não acreditam que os negros desempenham esta função. A discriminação aqui ocorre pelo fato dos adjetivos utilizados para qualificar os negros: incapazes,

incompetentes, insolentes. Para muitas pessoas a cor da pele é que determina a capacidade da mesma. Na maioria das vezes ou as pessoas ignoram os profissionais negros, como é o caso da professora Bromélia, ou agridem-nas dizendo querer falar com o coordenador, o chefe que esperam que seja branco.

Em 2005 tive que voltar para o Estado, me colocaram no colégio Sagrado Coração de Jesus, que é o maior da cidade, tem uma tradição. Não quis ficar na sala de aula, me colocaram na coordenação. Mas eu via as pessoas chegarem lá e se dirigirem a outra coordenadora, pois não acreditavam que eu era a coordenadora (Bromélia).

Pais e mães de alunos também reagem de forma assustadora quando seus filhos estão submetidos aos cuidados de professores negros. Caso o aluno seja reprovado a situação piora, aplicam ao professor toda a culpa pelo fracasso escolar do filho. Ainda mais, se empenham numa tentativa desenfreada de prejudicar profissionalmente esse (a) professor (a). A fala da professora Lírio demonstra essa situação:

A aluna foi reprovada, os pais me xingaram de tudo quanto foi nome, inclusive 'aquela negrinha, aquela negrinha da bunda empinada, do nariz empinado, o que ela pensa que é'. Os pais recorreram à direção (Lírio).

Nas relações dentro da escola, a convivência dos professores negros com seus chefes diretores, coordenadores e supervisores estão sempre marcadas pela discriminação. Os afazeres menos prazerosos, como a faxina da escola, os trabalhos

extras de final de semana ou aquelas tarefas que ninguém quer fazer, acabam sempre destinados aos professores negros. Estes quando estão diante do autoritarismo dos brancos acabam por obedecer, isso porque foram educados para a submissão ou talvez pela necessidade de garantir a sua sobrevivência e da sua família ou ainda pelo medo da perseguição que desencadeia se você questionar.

Vejamos a fala desta professora:

Eles te põem para trabalhar dia de domingo, pra varrer o chão, para catar feijão, pra limpar a escola e se você contar para as outras pessoas eles dizem que você é 'linguaruda', que conversa demais ou que é revoltada (Orquídea).

Ainda dentro dos ambientes escolares professores negros e seus pares têm constantes conflitos. Na condição de colega de trabalho ocupando a mesma função os negros são até aceitos, mas se conseguem se colocar num cargo de coordenação, supervisão, secretária, direção aí a situação se complica. Um negro coordenador não é fácil de aceitar. A professora Violeta sofreu isto na pele quando foi convidada para ser coordenadora na escola que trabalhava.

Fui convidada para trabalhar na coordenação na escola Betel. Muita gente apontava o dedo dizendo: Aquela negrinha? Aquela negra? Não vai dar conta do recado, coitada dela. Sempre fomos considerados pequenos, nós não damos conta, não somos capazes. A gente sempre foi podada (Violeta).

Pessoas negras, geralmente são discriminadas também no comércio em geral. Uma das professoras participantes da pesquisa foi vista como empregada doméstica, pelo dono do supermercado, porque entrou para comprar um produto de limpeza e também pelo fato de estar de bicicleta.

Fui comprar um 'vidrex' no supermercado e embora tenha carro fui de bicicleta porque é pertinho. O dono do supermercado virou e me perguntou: você trabalha na casa de quem mesmo? (Orquídea).

Vendedores ambulantes também contribuem para engrossar a fileira daqueles que discriminam a partir de estereótipos. Isso aconteceu com outra professora, quando um vendedor ambulante bateu à sua porta para vender seus produtos. Ao ser atendido pela dona da casa que era negra, o mesmo achou que fosse ela a empregada, isso significa na interpretação dos participantes que ao negro cabe apenas as profissões menos privilegiadas, ele não pode ser o dono da casa e não pode ter bens. A revolta fica presente na fala da professora Rosa:

Um vendedor ambulante chegou na minha casa bateu na porta e disse: chama a sua patroa que eu estou vendendo isto (Rosa).

Na tentativa de estabelecer relações conjugais inter-étnicas ficou evidente que pessoas com a cor da pele mais clara ou quando a família do cônjuge é branca, geralmente não aceitam a união, chegando a abandonar ou deserdar o ente oriundo da família branca que se uniu a uma pessoa negra.

Depois de oito anos trabalhando como merendeira, voltei e me casei com um branco, filho dos donos da fazenda. Fui discriminada duas vezes por ser a esposa de um branco e por ser merendeira. A família dele já se acostumou mas ainda me discrimina (Margarida).

Uma das professoras participantes enquanto trabalhava como secretária do prefeito disse sofrer na pele a discriminação pelo fato de a mando do mesmo ter que filtrar quem deveria ou quem não deveria ter acesso ao gabinete. Sempre quando impedia alguém de entrar no ambiente era chamada de: *“essa negra não me deixou falar com o prefeito”*. Duas questões se colocam diante de tal injustiça. Primeira não pode ser negra a secretária do prefeito? ; segunda quem somos nós os negros para exercer poder?

Enquanto negras não podemos ser a secretária do prefeito da cidade. Somos a pretinha, a negrinha enjoada, que não deixa os outros falarem com o prefeito (Bromélia)

Nos consultórios médicos, os participantes viveram explicitamente a discriminação. Pelo fato do(a) professor(a) ser negro(a), pobre, não estar vestido no padrão que se julga ser “bem vestido”, ou até mesmo em virtude do tipo de convênio ou da doença que se tinha o professor Girassol foi tratado pelo médico que o atendeu como alguém que nada sabia e que estava ali apenas para ouvir

passivamente um diagnóstico feito por alguém que não o conhecia. A questão fica explícita na fala do professor:

Levei minhas meninas ao médico. Parece que quando a gente tem certo conhecimento, que a gente não é tão leiga no assunto a gente vai conversar com o médico, o médico às vezes desconversa a gente pra provar pra gente que a gente não está sabendo nada (Girassol).

Como a discriminação causa dor e sofrimento muitas pessoas negras preferem invisibilizar sua cor na tentativa de fugir, ou de se livrar das características que são comuns aos negros. Nesse sentido pessoas negras discriminam outras pessoas negras. Esse fato aconteceu com uma professora que teve sua vez na fila burlada pela atendente, também negra, no Bob's¹², em Goiânia. Embora a professora estivesse na frente da “moça loira”, a atendente acabou por privilegiá-la em detrimento da professora negra.

Com o professor Girassol a situação é a mesma, muitas pessoas tentando mascarar a discriminação se referem a ele como “moreninho”, ou seja, não sendo “preto demais” o negro não incomoda tanto, ponderemos o professor:

Para aliviar as pessoas às vezes me chamam de moreninho, mas, com tom pejorativo. Me percebo discriminado pelo fato de ter a pele um pouco mais clara (Girassol).

¹² Comércio localizado no Shopping Center na capital do estado de Goiás onde se oferece comida do tipo Fast Food.

No meio acadêmico, a discriminação também está presente, de forma descarada e absurda, salientam os participantes. Por exemplo, num processo eleitoral para direção da Unidade Universitária de Pires do Rio – GO., a professora concorrente branca se sentiu no direito de achar que a professora negra (Orquídea) não tinha o direito de se candidatar; e durante o processo eleitoral usou contra a colega negra a quantidade de empregos que a mesma tinha. Ela desqualificou a colega professora em virtude de ter mais de um emprego, dizendo que a “coitada” não teria tempo de se dedicar exclusivamente à Universidade. Veja-se como Orquídea, interpretou o que considerou uma agressão da colega:

Eles dizem que você não pode candidatar, não pode concorrer, o trabalho braçal é pra você, mas você pra representar as elites não pode. Você tem que ser cordeirinho, tem que ficar na retaguarda. Você tem todos os requisitos para se candidatar, a única coisa que fere você é que você é negra e ela é loira. (Orquídea).

Os alunos da Universidade também discriminam seus professores pelo fato de acreditar que um doutor tem que ser branco, alto, vestido nos padrões “clássicos” da classe média, ou seja, tem que ter um padrão europeizado de beleza. E se você tem uma doutora, negra, oriunda de família pobre, de aparência humilde, dando aula numa Universidade no interior de Goiás, ninguém te valoriza, ou o que é pior te ignoram, ficam admirados e a todo custo tentam te desqualificar dizendo: *“aquela negra é muito metida, mal educada, nariz empinado.”*

Pessoas que procuram as coordenações dentro da Universidade também esperam encontrar nesses cargos pessoas brancas. A esposa do comandante do quartel da polícia militar da cidade de Pires do Rio – Goiás cometeu o crime da discriminação quando ao tentar conversar com a coordenadora do Curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Goiás se referiu a ela como a faxineira dizendo: *Querida! Você sabe onde posso encontrar a coordenadora, já que você limpa as salas deve tê-la visto por aí?*

Os vizinhos brancos e mesmo os negros acham que os negros e as negras não têm direito a nada, os discriminam por tudo: se dão uma festa, se ouvem uma música, se têm um emprego, se usam esta ou aquela roupa e se usam alguma indumentária afro. Denunciam-te para a polícia, para a vigilância sanitária, se você lava o quintal da sua casa ou se chove e a água escoar pela porta deles. Se o negro tem um cachorro, ele incomoda, e chegam a dar veneno matando o animal. Esse fato aconteceu comigo, a pesquisadora, quando um dos meus vizinhos - negro - me denunciou para a vigilância sanitária e quando um outro vizinho - branco - envenenou meu cachorro porque ao soltá-lo para passear ele latia na sua porta.

Pessoas dos bairros de classe média da cidade de Pires do Rio com maior poder aquisitivo discriminam, humilham e fazem o juízo de que as mulheres negras, saudáveis e de boa aparência serão ótimas empregadas domésticas. Podemos constatar isso na fala da professora Orquídea:

Inúmeras vezes as ‘madames’ da cidade já me perguntaram, quando eu passo pela rua: Você não conhece ninguém que quer trabalhar em casa de família? Eu pago bem! (Orquídea).

Durante as conversas e na relação feita pela pesquisadora com a literatura pode-se constatar que é real o que está sustentado no imaginário social brasileiro de que a discriminação foi, é e ainda será um processo que visa desqualificar os negros baseando-se em suas características fenotípicas, ou seja, visa diferenciá-los enquanto suas semelhanças e igualá-los enquanto suas diferenças em relação aos brancos.

5.3 O que a discriminação desperta nos participantes da pesquisa?

Em função da cor da pele, do status ou “forma” da escola em que trabalha, de ter a mesma cor da pele de alguém que já é massacrado e humilhado, ou até mesmo por tentar discutir a política de cotas para negros nas Universidades, na maioria das vezes os negros são ridicularizados, rejeitados e sofrem ofensa explícita. Sendo assim, através da fala dos participantes, foi possível perceber que muitos sofrem de uma mágoa profunda, um sentimento de inferioridade,

desacreditam de tudo, sentem uma dor muito grande e sentem-se podados em suas opiniões, posicionamentos, idéias, direito à palavra e ao direito de participar de decisões.

O racismo e o preconceito sejam eles velados ou explícitos acabam por empurrar o sujeito negro para as margens da sociedade. Prova disto é que está registrado na fala da professora Margarida:

Depois que me tiraram da zona rural, me trouxeram para o Colégio Sagrado Coração de Jesus para trabalhar de merendeira, sendo que meu contrato era de professora. Fiquei nesta situação por oito anos (Margarida).

As falas dos participantes revelam que em nome do preconceito, existe uma tendência fortíssima de tentativa de inferiorização dos negros em relação às suas capacidades. Muitas vezes eles são desacreditados, odiados, rebaixados e quando reclamam de uma situação de desconforto, na maioria das vezes julga-se que não têm razão. Isso faz com que eles tenham vontade de se esconder, não trabalhar em repartições públicas ou em lugares que fiquem expostos, enfim querem ficar sempre na retaguarda para não sofrer os prejuízos que sua cor lhe confere. A fala da professora Bromélia retrata esta situação

Sou tímida, não gosto que me coloquem em lugar para trabalhar onde tenho que lidar com outras pessoas. Já sei o que eles vão dizer a meu

respeito pelo fato de ser negra. E quando reclama você nunca tem razão (Bromélia).

Uma outra situação não menos dolorosa foi verificada na fala da professora Orquídea. Ficou claro para ela a necessidade que as pessoas parecem ter de desqualificar os negros. Sabemos que desclassificar ou agredir fisicamente pessoas negras é crime; deste modo desqualificam o seu trabalho, as suas amizades, a sua casa, a sua família, o seu corpo, o seu cabelo e suas músicas, para camuflar a vontade que eles têm de dizer claramente que você é inferior.

Como eles não podem nos atacar fisicamente porque é crime e porque existe a ideologia de não existe preconceito, eles atacam os seus trabalhos, porque desqualificando seu trabalho, automaticamente desqualifica você. Então se eles não podem falar que você não presta, eles falam que o seu trabalho não presta, sua casa não presta, seus amigos não prestam e isso é a mesma coisa de dizer que você não presta (Orquídea).

Os (as) professores (as) ao identificar as situações de discriminação fruto do preconceito que sofrem no dia-a-dia também percebem as ideologias e concepções que dão sustentação a esses processos. Percebem que as ideologias presentes na sociedade brasileira é que garantem a sustentação para que uma mulher negra seja associada à ladra, empregada doméstica, desprovida de inteligência ou que mesmo sendo homem negro policial, e estar dentro do carro da polícia é motivo para ser confundido com um bandido. Saliente-se, mesmo que se trate de um policial.

As histórias dos (as) participantes e situações por eles (as) vividas põe amostra o sentimento de invisibilidade dos (as) negros (as) enquanto pessoas, tanto do ponto de vista social, como profissional. Ou seja, as pessoas tentam a todo custo fazer com que os (as) negros (as) passem despercebidos, que ninguém os veja.

Eu fazia as coisas, mas o mérito ficava para outras pessoas da escola. Na hora de apresentar os resultados ninguém percebia que o trabalho foi realizado por mim. (Violeta)

Ainda em relação à invisibilidade os participantes sentem que as pessoas não querem admitir que o negro esteja num determinado lugar, ocupando certa função que deveria ser delegada a um branco. A discriminação parece determinar que exista “lugar de negro”. O depoimento da professora abaixo comprova isto:

Em 2005 tive que voltar para o Estado me colocaram no Colégio Sagrado Coração de Jesus, que é o maior da cidade, tem uma tradição. Não quis ficar na sala de aula, me colocaram na coordenação. Mas eu vejo as pessoas chegarem lá e se dirigirem a outra coordenadora, pois não acreditam que eu sou a coordenadora (Bromélia).

Na relação com seus pares, na escola a professora Orquídea por vezes se sentiu humilhada, maltratada, ultrajada e até chocada com o tratamento que recebeu. Após defender a Tese de doutorado e tendo que reassumir sua função de professora do Estado de Goiás, foi colocada para catar um saco de feijão.

Eles te põem pra varrer o chão, pra catar feijão, pra limpar a escola. E se você deixar acham lindo e acham que se você contar para Pires do Rio inteiro, que colocam você para catar feijão, você é linguaruda, mas eu conto (Orquídea).

O sentimento de revolta despertado nos participantes é causado, muitas vezes, pela resistência que as pessoas têm em relação ao negro que ocupa uma posição melhor no mercado de trabalho. As pessoas acabam por achar que supostamente os negros estão assumindo um lugar que não é seu de direito.

A imagem que as pessoas têm dos negros é a de que ele nem pode nem deve ocupar o espaço dos brancos, eles têm que estar relegados às funções de empregados (Orquídea).

As restrições e a negação do direito também são identificadas nos sentimentos dos professores. Os negros são considerados pequenos, não dão conta, são incapazes e por isso é negada a eles a oportunidade de ter e de ser ou tenta-se negar-lhes.

Negro não pode ter casa boa, uma moto um carro, não pode ter nada (Rosa).

Outra grave consequência da discriminação são as tentativas para colocar ou tentar colocar os negros em posições de inferioridade, isso contribui para a

construção da baixa auto-estima que por sua vez acaba por incutir nos negros a idéia que não são inteligentes, capazes ou que na escala de valores sociais devem ocupar os últimos lugares. Esse sentimento está retratado na fala do professor Girassol e da professora Bromélia:

Apesar de ter formação igual a outros que não são negros somos tidos como incompetentes, incapazes, ninguém precisa nos respeitar. E muitas vezes as pessoas acham que nós estamos no lugar que não é nosso (Girassol).

Concessões, no trabalho são feitas aos brancos, mas as mesmas concessões não são feitas aos negros, às vezes na mesma ordem do dia (Bromélia).

Para uma das professoras participantes da pesquisa, as marcas da discriminação são tão profundas que ela não se esquece em nenhum momento a humilhação pela qual passou quando assumindo uma sala de aula uma das suas alunas branca foi reprovada e os pais procuraram a direção para que a professora voltasse atrás. No caso em questão não só o trabalho da professora foi questionado, mas também sua capacidade de avaliar sua aluna. Seu discurso comprova isto.

[...] Isso me marcou pelo resto da vida porque você vê essas pessoas e tudo isto volta, ficam as marcas (Lírio).

Uma das características mais perversas do preconceito e da discriminação é a negação de direitos enquanto pessoas e cidadãs, o que desperta sentimentos de inferioridade, de dor, de perplexidade. Isto pode ocorrer de maneira muito forte, da parte de negros e brancos, no caso de casamentos inter-raciais.

Quando fui me casar, meu marido é branco, houve uma discriminação muito grande por parte da minha família e da família dele (Violeta).

Situação peculiar vivenciou a professora Lírio ao sentir que as pessoas conservam um pensamento da época da escravidão em relação aos negros. Achem que eles não passam de objetos de uso, os quais estão à mercê dos brancos. Nesse sentido contestam a atuação profissional dos negros simplesmente pelo fato de serem negros. Argumentam que *“por ser uma negrinha da bunda empinada, de nariz empinado, o que ela pensa que ela é.”* Essa professora está ciente da exclusão dos negros do mercado de trabalho formal e que as pessoas tentam colocar os negros brasileiros numa situação de submissão. Parte de sua fala explica esta situação;

Como eles não conseguem atingir a gente profissionalmente eles usam a cor ou a moral da gente. Porque vêem o negro como objeto sexual ou de uso, proletariado, daquelas profissões assim bem rebaixadas mesmo, doméstica, lavadeira, agricultor, gari (Lírio).

Atitudes, palavras, gestos, olhares, trejeitos colocam também os negros em posição de inferioridade contribuindo assim para a construção da baixa auto-estima dos professores, afetando sobremaneira o auto-conceito. Este comportamento tem sustentado no imaginário social brasileiro que como os negros são “inferiores” devem estar ou ocupar espaços inferiores.

Um outro sentimento despertado nos professores é que os sinais diacríticos podem significar motivo para negação do direito ou tratamento enviesado. O Professor Girassol demonstra isso em sua fala:

Pessoas que têm a pele um pouquinho mais clara elas montam na gente e querem fazer a gente cavalgar com elas (Girassol)

Outro sentimento muito presente na fala dos professores é o da negação de sua existência enquanto ser social, que vive, que tem emoções, que sofre, que sorri, que chora como qualquer pessoa. A fala da professora abaixo comprava isto:

Eles te discriminam se você faz uma festa, sai com sua família. Te discriminam por você se dar bem com sua mãe, sua família, seus filhos, porque você se casou com um branco, porque se você é negra, você tem que ser infeliz em tudo. Infeliz no amor, na família, na vida. *Você tem que ser lixo* – (grifo meu) (Rosa).

Apesar da maioria dos participantes cultivarem sentimentos negativos em relação a si próprio por conta da discriminação que sofrem alguns, em diversos

casos se sentem respeitados, valorizados pelo trabalho que realizam. Falaram que muitas vezes são convidados para proferirem palestras, ministrarem mini-cursos e para trabalharem em instituições particulares de ensino como é o caso da professora Orquídea e do professor Girassol.

Alguns ainda, têm uma visão positiva de si próprio, acreditam no seu potencial, na sua capacidade, na sua competência. Movidos muitas vezes por sentimentos oriundos da própria família, dos amigos, dos vizinhos, etc. Embora tenham esses sentimentos muito presentes são muitas vezes silenciados, passivos e podados.

Quando tentam sobressair por acreditarem que são capazes, geralmente são taxados de baderneiros, arruaceiros, de que falam demais e quase sempre voltam condição de silenciados e invisíveis.

5.4 Como reagem as pessoas discriminadas

As reações dos professores participantes diante de manifestações de discriminação e preconceito de que são vítimas, oscilam entre uma postura combativa de luta ou de submissão e passividade diante das situações enfrentadas.

O depoimento abaixo mostra a posição de aceitação da professora que embora expurgada do seu direito não mostrasse resistência.

Fiquei lá durante algum tempo. Depois me tiraram de lá, não sei por quê. Como era boba fiquei durante oito anos de merendeira sem questionar nada (Margarida).

Neste caso a baixa auto-estima, talvez a timidez ou quem sabe a incorporação do entendimento de que “lugar de negros é na cozinha”, inculcido na professora fez com que ela não questionasse o rebaixamento e ficasse por oito anos em desvio de função, fazendo um trabalho que não era seu e o que é pior humilhada por todos que a conheciam e sabiam que ela tinha o cargo de professora.

Como os prejuízos da discriminação são muitos, grande parte das professoras e o professor participantes, acabam demonstrando em suas falas que têm uma postura de fuga, preferem abrir mão de suas oportunidades pelo medo do enfrentamento e luta ou por acreditar que não serão vencedores. Vejamos o depoimento de duas professoras que retrata claramente esta situação:

Pedi para sair da sala de aula e fui trabalhar na Secretaria Municipal de Educação. Não enfrento as situações, me recolho a minha timidez. Não sou de falar muito, fico quieta. Eu tenho dificuldade de mostrar quem eu sou, minha competência, minha capacidade, minha inteligência (Bromélia).

Saí de lá e nunca mais quis trabalhar de fato nesta escola (Rosa).

Para alguns professores do grupo a forma de reação pelo recolhimento ou “ficar atrás” é tão séria que por vezes nos assustou. É como se a pessoa se auto-excluísse, como é o caso da professora que não consegue trabalhar num ambiente público em que tenha que lidar com situações de enfrentamento de pessoas em geral. Depois de sofrer tanta discriminação a professora acabou por optar por uma posição de se esconder, pedindo para ocupar um cargo no qual ela não tenha que lidar com pessoas. Essa professora pode estar enfrentando não só uma situação de discriminação, como pode também estar enfrentando uma situação de doença que foi causada pela discriminação, possivelmente se não provocada, facilitada por insistentes e devastadoras discriminações de auto confiança.

Percebemos eu e os professores participantes que, na maioria das vezes quando humilhados, ofendidos, desvalorizados, desacreditados rebaixados, enfim discriminados de todas as formas eles acabam por optar por um comportamento de fuga, revolta, inércia deixando de argumentar, falar e optando por abandonar certos lugares públicos, na eminência de sofrerem discriminação. Mas em contrapartida alguns desses professores tentam ainda que de forma individual e particular reagir aos desmandos da discriminação.

O enfrentamento das situações de discriminação feito pelos professores ocorreram de várias formas segundo suas falas. Ora o enfrentamento é oral quando partem para a briga com o sujeito da discriminação, ora através de ações

afirmativas quando tentam discutir dentro da Universidade a questão, ora de luta quando os participantes buscaram no grupo conhecimentos que dessem suporte a eles para discutir, debater e ora de silenciamento quando ao sofrer a discriminação se conservaram sem reação. O professor Girassol deixa explícito, em sua fala, uma das formas com as quais ele se defende e combate a discriminação:

As formas com as quais me defendo é tentar sobressair pela inteligência e competência, formando a opinião dos nossos alunos a nosso favor. Não sou de baixar a guarda e deixar que os outros façam de mim gato e sapato (Girassol).

A professora Orquídea também mostrou uma postura de revidar com firmeza quando se sentiu ultrajada e humilhada por uma “madame” da cidade. Isso mostra que existe uma postura de estar sempre em estado de alerta, ou ainda que a pessoa negra precise despende um esforço sobre-humano para provar que é igual. O trecho abaixo mostra isso:

Respondo que também preciso de empregada e se elas souberem de alguém que me avisem. [...] Rebelando e falando: a única coisa que a gente tem em comum é a cor, e isso não quer dizer nada, a minha postura é outra. Você tem que mostrar o que você é a que veio. (Orquídea)

A postura de enfrentamento de algumas professoras que participaram da pesquisa, se configura, na interpretação desta pesquisadora, no sentido de querer

assumir uma postura de luta anti-racista, seja ela no plano individual ou até coletivo, como sinalizam essas duas falas:

Respondo às mães que estou ali por mérito meu e continuo o trabalho conscientizando os filhos delas que a discriminação não é legal (Rosa).

[...] fechei a porta na cara do vendedor e me recusei a provar que era a dona da casa (Lírio).

Uma outra forma de reação que foi possível vislumbrar na fala dos participantes se refere à resistência no campo intelectual. Ao ser questionada pelo diretor de uma faculdade particular sobre a política de cotas, uma das professoras participantes, embora indignada, não fica na discussão pessoal, ela resolve escrever um artigo na revista do diretor que discutiu com ela, sobre a política de cotas, entendendo que na revista quem terá acesso são os alunos e todos os professores, pois na briga pessoal ela sairia perdendo devido ao poder conferido ao diretor.

Diante da discriminação o professor Girassol fica animado a combatê-la através do estudo, do debate, dos comentários e até faz uma analogia desse trabalho com o texto do semeador que semeia para futuras gerações, acreditando que o nosso trabalho deva se dirigir nesta perspectiva. Sua fala nos mostra isso:

Nós vamos trabalhar, nós vamos tentar mudar a consciência do povo principalmente nós negros mesmos, que nós temos que vestir a camisa da nossa negritude (...) nós que temos um pouco mais de conhecimento, um

pouco mais de informação, nós temos que trabalhar essa conscientização negra dentro da nossa família (Girassol).

A professora Lírio sente a necessidade urgente que temos, professores negros, de nos defender, de reagir e ainda de se aprofundar mais nas leituras e possuir uma formação adequada para lidar com a questão da discriminação, embora nos momentos em que ela sofre ou percebe a discriminação de alguém reage se omitindo, se calando.

Muitas vezes a gente o que faz? Às vezes se cala, não argumenta, porque não tem argumentos fortes (...) Eu acho que é sensato, que há necessidade de se criar, e a própria discriminação faz com que a gente tenha vontade, seja incentivado a procurar estas estratégias, mas muitas vezes a gente tem dificuldade (...) fica claro que nós temos consciência de que há necessidade de criar estratégias anti-racistas, que há necessidade de criar uma pedagogia, mas temos dificuldade de caminhar nisso (Lírio).

Outra professora que também percebe a necessidade de uma reação cada vez mais presente é a Margarida, uma vez que diz não saber como reagir frente à discriminação presente na sua sala de educação infantil com a qual ela trabalha. Ela acha que seu discurso é muito superficial e que é necessário e pontual uma melhor formação dos profissionais para lidar com esta situação.

Na mesma linha de pensamento a professora Violeta também acha que a melhor forma de reação é através das leituras, aprofundamento do tema e começar a trabalhar com as crianças desde o maternal, porque ela acredita que nenhuma criança nasce racista ela aprende isso na convivência. Ela sabe que a discriminação

ofende, dói e machuca porque seus filhos sofrem isso na pele o tempo todo e por isso é preciso exterminá-la das escolas, da família, da sociedade em geral.

Rosa, também acha que só é possível reagir e defender aquilo que se ama, que se conhece profundamente. Para ela é necessária uma bagagem profunda de leituras, conhecimento e prática de combate à discriminação. Na sua fala ela deixa claro que *“a gente tem que ler mesmo, tem que buscar, dar a volta por cima e ser melhor que os branquelos.”* Ou seja na concepção desta professora temos que empreender um esforço intelectual enorme para reagirmos e acabar com a discriminação.

A professora Crisântemo talvez seja uma das que mais tenha construído seu pertencimento étnico-racial durante as reuniões e conversas em que se realizou esta pesquisa. Na primeira reunião não conseguia perceber-se discriminada, tanto é que não falava muito. Já na última reunião além de falar e perceber clara a discriminação a qual é submetida ela dá sinais de que já aprendeu a reagir à discriminação e defender, esclarecer e conscientizar as pessoas a respeito do assunto. Vejamos o que ela afirma:

Precisamos conscientizar as pessoas que parecem não ter informação. Você tem que ter uma certa paciência de estar ali esclarecendo. (...) Tive paciência sem agredir. É difícil para uma pessoa saber que ela está discriminando a cultura negra, se ela não tem informação e não conhece (Crisântemo).

A professora Bromélia, no grupo de participantes foi a que mais nos chamou a atenção nem sempre pela fala, mas pelo silêncio. Se sente agredida, revoltada, humilhada, emocionada. Por vezes ela se emocionou, quando falava, acreditamos pelo fato de não saber agir. No grupo de professores, acredito ser a que mais sofre e não reage. Mas é na sua fala emocionada que percebi a necessidade que ela tem de acabar de vez com a discriminação, mas também uma descrença de que se possa conseguir:

Como nós podemos fazer para mudar isso? Porque vai ser difícil. Não é fácil é muito difícil. A discriminação é grande. Ninguém quer abraçar o problema, ficam fazendo de conta (Bromélia).

No conjunto todos os participantes da pesquisa demonstraram diferentes formas de enfrentamento às discriminações que sofrem. Apesar de não possuírem uma orientação clara, planejada no sentido de predeterminar as ações a serem tomadas, podemos perceber que elas oscilam entre trabalho de conscientização na família como é o caso do professor Girassol, em cursos de formação como a professora Orquídea, no trabalho em salas de ensino médio, professora Lírio e educação infantil, professora Margarida, ainda, na produção escrita e nas relações pessoais como é o caso das professoras Orquídea e Rosa.

É evidente que em suas reações em relação ao combate à discriminação, os professores encontram inúmeras formas de resistência, limitações e dificuldades

através de gestos, insinuações, palavras, porém continuam seu trabalho como mostra parte da fala da professora:

De fato tem esse discurso mesmo de que o negro ele próprio se discrimina e ele é que vê discriminação, é coisa da cabeça dele. Mas quando você tem argumento, você pode desdizer isto. Você consegue convencer poucos, você consegue mobilizar algumas pessoas, entendeu (Orquídea).

Outra dificuldade encontrada por uma das professoras no seu trabalho de esclarecimento e conscientização, no meio educacional, das discriminações a que os negros estão sujeitos, pode ser considerada de ordem operacional. Visto que as pessoas que fazem parte do grupo gestor dentro das Instituições escolares não são pertencentes em sua maioria do grupo negro, sendo quase sempre insensíveis à necessidade de trabalhar estas questões. A professora Bromélia mostra isto com sua fala.

Os diretores, os coordenadores, porque eles não estão sendo atingidos, e a maioria é branca, então pra eles isso aqui não há necessidade de se discutir (a professora se refere às Diretrizes¹³ que eu distribui) (Bromélia)

Embora os professores não consigam precisar a construção planejada de pedagogias ou estratégias anti-racistas, podemos considerar que existe a vontade, o desejo, a necessidade de se trabalhar no sentido de eliminar para sempre a

¹³ Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, DF. Outubro, 2004.

discriminação a que são submetidos. Acredito que estas formas de reação estão associadas às experiências de discriminação vivenciadas por eles próprios em sua história de vida: em casa, na escola, na rua, no trabalho, no clube enfim na sociedade em geral.

6. INDICAÇÕES DE ESTRATÉGIAS OU PEDAGOGIAS ANTI-RACISTAS MANIFESTADAS PELOS PROFESSORES PARTICIPANTES

6.1 A discriminação e suas diversas faces

O racismo, como conceito e como realidade, é objeto de estudos exaustivos e de interpretações variadas. É definido sempre pela existência racial de um grupo que se julga superior e que domina e segrega outro grupo racial considerado inferior. Assim, enquanto ideologia o objetivo primordial do racismo é subjugar o outro, na medida em que se julgam superiores a estes.

Na sociedade brasileira o racismo é uma das contravenções, mais eficazes do mundo, pois seu funcionamento não pode ser aferido, não tem um padrão, não é palpável e muito menos evidente. Ele existe, é permitido, praticado todos os dias, mas não há como medi-lo ou pesá-lo.

No Brasil, ao contrário do que nós negros percebemos parecemos viver num paraíso de igualdades sociais, tudo é feito para acreditarmos que tudo vai bem entre negros e brancos, que reina a paz absoluta nessas relações. Os brancos são amigáveis com os negros, mas até que os mesmos não representem para eles concorrência econômica, social, política e até afetiva. Podemos perceber claramente que a “igualdade” desaparece rapidamente quando analisamos o nível de cargos e salários, das tarefas, do desenvolvimento das atividades em qualquer ambiente da vida social.

A discriminação parece mesmo não ter fronteiras nem limites, não é própria de uma determinada classe social, não tem idade, nem sexo, nem mesmo cor, no caso aqui porque ficou evidente na pesquisa que pessoas negras discriminam outras pessoas negras.

Sob a égide do “mito da democracia racial” destacaram as professoras e o professor, que procura esconder os conflitos raciais vivemos numa sociedade onde a discriminação é permitida, praticada e legitimada toda vez que alguém tenta dissuadir-nos do processo discriminatório com o qual somos forçados a sobreviver.

No desenrolar da pesquisa, no conjunto das professoras e professor reconhecem unanimemente que o racismo existe e é praticado das mais variadas formas e em todos os ambientes da vida social, de forma explícita ou velada. E que é urgente a necessidade de se criar estratégias para acabar de vez com esse crime.

O grupo de professoras e o professor reconhecem e sofrem com a discriminação enfrentada por eles nos vários ambientes: na escola, no comércio, vida social em geral, algumas vezes até mesmo na família, mas também sabem que é necessário e urgente em primeiro lugar se defender e depois unir forças no sentido de exterminar as práticas de discriminação existentes.

6.2 As tentativas de “sobrevivência” ao racismo e discriminação segundo os participantes da pesquisa

Não é fato inovador a discriminação, o desprezo, e banalização das pessoas em relação a problemas envolvendo os negros e as negras brasileiras. Além daqueles que estamos acostumados a ler em vários artigos e pesquisas, há ainda outros que nos chama a atenção, levando-nos a comprovar o que já parece óbvio: as pessoas brancas geralmente são difusoras da desvalorização das características estéticas das pessoas negras e conseqüentemente da desvalorização da auto-estima das mesmas.

Nos relatos das professoras e do professor participante, percebemos o olhar negativo e o tratamento diferenciado que as pessoas brancas, em geral, sustentam sobre eles, tais como o uso de termos pejorativos e racistas, a não participação nos papéis de destaque nas instituições nas quais trabalham e ainda a

sua identificação com aqueles adjetivos depreciativos em relação à sua competência.

Tudo isso tem gerado um mal estar em relação às relações étnico-raciais e ao nosso ver parece que antes de construir estratégias ou pedagogias anti-racistas, os negros estão tentando “sobreviver” à essa marca facínora da sociedade que é a discriminação. Assim sem muito planejamento, orientação as professoras e o professor têm caminhado numa tentativa incipiente de vencer a discriminação.

Neste sentido, fica clara a tentativa de construção de uma pedagogia anti-racista que aponte para a conscientização do público universitário através de cursos e palestras no trabalho realizado pela professora Orquídea.

Estou mais acostumada a fazer este trabalho de discutir a questão. Então fiz alguns cursos, dei alguns cursos, assim, a idéia foi propor para a Universidade a UEG (Universidade Estadual de Goiás) um mini-curso que trabalhe as questões raciais. Então já dei esse mini-curso em Catalão, Ipameri, Silvânia e aqui em Pires do Rio, em todos os cursos: Pedagogia, História, Letras e Geografia (Orquídea).

Sabemos que é importante que a criança negra desenvolva concepções de defesa diante da discriminação para que ela sofra menos e consiga prosseguir na vida e desenvolver uma imagem positiva de si e de seu grupo étnico racial. Para que isso aconteça, a primeira instituição responsável por essa construção é a família. Portanto, a família tem a responsabilidade de desenvolver na criança negra a interiorização e a memorização de imagens positivas sobre características como:

traços físicos, cor da pele, cabelo, etc., isto porque no momento em que ela se confrontar com os valores estéticos brancos, não desenvolva, de si própria, sentimentos de inferioridade.

Quem sinaliza para essa prática é o professor Girassol que começa sua luta anti-racista com o trabalho de esclarecimento no seio de sua própria família, com as filhas pequenas que são discriminadas na escola, nem tanto pela cor da pele, mas pela textura do cabelo.

Eu tenho duas filhas, a pele delas é mais clara um pouquinho, mas o cabelo não nega. Está com o pé na senzala. E eu sempre falo pra minha mocinha, ela já vai para a escola e eu falo: Minha filha olha você é negra, meu bem. O papai é negro, sua mãe é negra, sua vovó ela é negra. Nossa cor é linda, nós somos inteligentes, nós somos bonitos (Girassol).

Outra instituição responsável pela socialização da criança é a escola. Sabemos que esta apesar de ser um agente importante no processo de socialização ela não fornece elementos para o fortalecimento da identidade racial dos negros. Ao contrário reforça os esteriótipos que prejudicam o processo de socialização da criança e de formação de auto-estima positiva. Isto acontece, no dizer das professoras e do professor, porque as pessoas não acreditam na existência do racismo brasileiro ou por procurarem negá-lo, uma vez que admiti-lo é admitir a condição de inferioridade das pessoas negras.

Em relação à escola a professora Margarida na tentativa de combater a discriminação assume uma postura de não aceitação dos processos discriminatórios entre as crianças. O reconhecimento destes eventos na sala de aula e a intervenção profissional no sentido de esclarecer e de evitar sua repetição, foi como ela reagiu. Fica evidente aqui que esta professora, embora tenha um discurso de que não sabe como agir, ela sabe muito bem quando começar a educar para as relações raciais dentro da escola, embora tenha consciência de que é pouco e não suficientemente incisivo.

Eu trabalho com crianças pequeninhas, jardim. Como eu ajo com a criança quando ela discrimina a outra, chama a outra de negrinho, chama a outra de pretinho, não quer sentar perto porque o coleguinha é feio, então assim... Realmente estou igual a você. Aí eu falo não pode, a gente tem que ser amigo. Assim... eu acho que fica muito, assim... o que eu falo pra eles fica muito no superficial. Não é eu, eu não sei, eu acho que quando eles falam: Ah tia eu não vou sentar não, porque ele é pretinho. Aí eu falo não que é isso coleguinha é coleguinha. Mas depois eu paro e fico pensando: está muito superficial (Margarida).

Uma outra intervenção no sentido de pedagogia anti-racista, que pudemos as professoras e o professor, observar se refere á luta por meio de instrumentos de divulgação escrita como faz Orquídea. Essa professora não sente embaraçada ao ser questionada sobre a política de cotas para os negros nas universidades, lança mão do recurso mais imediato que ela tem.

[...] lá na faculdade que estou trabalhando agora, na particular. Numa conversa com o diretor ele falou pra mim que achava que o negro estava com muito direito, que eles estavam podendo demais, que tinha cotas para tudo e tal. Aí ele falou pra mim, na minha frente. Eu falei pra ele que não concordava, mas que eu não ia debater com ele porque eu não estava com tempo de debater naquela hora e vou publicar um artigo sobre isto na revista da faculdade dele e ele não pode fazer nada, entendeu. O que ele pode fazer? Ele não pode me proibir, o assunto é você que escolhe, então indiretamente, mesmo discordando, ele vai ter que publicar e as pessoas vão ler. Se eu publico lá de uma forma direta ou indireta, se a revista é da faculdade dele, ele está avalizando, a despeito dele ser contrário (Orquídea).

Várias são as mensagens deixadas pelos participantes, mesmo que implícitas, em relação à necessidade de se construir pedagogias anti-racistas. Nas frases como: *“nós vamos trabalhar, nós vamos tentar mudar a consciência do povo, principalmente nós negros mesmos”*; *“a gente sabe se defender, mas não sabe é como trabalhar com o aluno”*; *“mas se a gente tivesse uma leitura maior, um aprofundamento maior, ou até mesmo uma formação dentro dessa área”*, fica evidenciado que no decorrer das reuniões em que discutimos a questão racial, as professoras e o professor se sentiram sensibilizados a tomar uma atitude, iniciando mesmo pelo estudo e aprofundamento da questão.

Uma das professoras que na primeira reunião do nosso grupo de pesquisa disse não se sentir discriminada ou não perceber isto, ao longo da trajetória percebemos que ela construiu, o sentimento de pertencimento étnico-racial ou seja reconheceu ser mulher negra, discriminada e encorajada a debater com “paciência” a questão do preconceito.

[...] sobre esta questão de conscientizar, as vezes quando você vai conscientizar as pessoas que parecem não ter uma informação, você tem que ter assim uma certa paciência de estar ali esclarecendo (Crisântemo).

A professora em questão, antes não se sentia discriminada, no final da pesquisa já se sente no dever de tentar conscientizar as pessoas por meio do debate, embora ache difícil fazê-lo e obter resultados positivos. As conversas que tivemos, nas reuniões e mesmo fora delas, foram, no mínimo, facilitadoras para que essa professora pudesse construir seu pertencimento étnico-racial.

A professora Rosa se considera mais ousada, em seu trabalho de esclarecimento, pois se preciso for ela desafia a autoridade instituída tentando mostrar os direitos que tem. No caso das mães questionarem o lugar que ela está ocupando, ela não titubeia em responder:

Respondo às mães que estou ali por mérito meu e continuo o trabalho conscientizando os filhos delas de que a discriminação não é legal (Rosa).

Outra possibilidade de construção de estratégia ou pedagogia anti-racista que identificamos na conduta dos professores foi uma luta individual no caminho de superação de si mesmo tentando sobressair através da “competência e inteligência”. O depoimento do professor mostra claramente isto:

As formas com as quais me defendo é tentar sobressair pela inteligência e competência. Formando a opinião dos nossos alunos a nosso favor (Girassol).

A discriminação em muitos casos pode ser contra professores brancos, contra pessoas com baixo poder econômico, homossexuais, pessoas doentes, deficientes, mas apesar de tudo é contra os negros que ela assume o seu caráter mais cruel. E se os negros carregam consigo baixo poder aquisitivo, deficiências físicas, etc., aí ele está fadado ao pior dos males da humanidade – a discriminação em dose dupla ou tripla.

Embora as professoras e o professor tenham consciência da necessidade emergente de se criar estratégias ou pedagogias anti-racistas, eles também sabem das dificuldades a serem enfrentadas; dentre elas:

- Falta de informação – às vezes por desconhecer os seus direitos, não sabem onde buscar informações, a pessoa acaba por não ter argumentos suficientes para dizer: “Olha você está praticando um crime!”
- Falta de um grupo para conversar como o que se formou para a pesquisa – está claro que antes da minha entrada no mestrado e da proposta do meu trabalho, em Pires do Rio, nunca sentamos em grupo para discutir a questão

racial e assim mesmo estamos dando os primeiros passos nesse processo. Por várias vezes nos sentimos sozinhos.

- Dificuldade de pessoas negras em aceitar sua cor – Aceitar a negritude significa assumir também as conseqüências desastrosas que a cor imprime. Portanto, como já dissemos antes em nosso trabalho, para evitar os conflitos, a dor, o sofrimento, é sugerido ao negro que ele se anule e projete um futuro no qual poderia ver seus filhos livres das marcas dolorosas da discriminação. Ou que é pior para evitar o sofrimento é melhor que o negro não discuta a questão e que pratique política de branqueamento para evitar maiores sofrimentos.
- Para evitar atrito o negro diz que não sofre discriminação – este caso é bem visível em nosso trabalho quando a professora Crisântemo, na primeira reunião, dizia não se sentir discriminada. Só que com o envolvimento com o grupo, ouvindo as experiências dolorosas dos colegas, a mesma acabou construindo seu pertencimento e admite, hoje que não só ela como a filha dela, os colegas de trabalho, sofrem discriminação. Não estamos querendo aqui, a pesquisadora e o grupo de professores da pesquisa, atribuir ao grupo toda a responsabilidade pela mudança de pensamento da professora, mas queremos salientar que se talvez ela não estivesse no grupo as oportunidades de conscientização dela seriam menores.

- Não pode usar cores berrantes (vermelho, laranja, verde) – essas cores no imaginário social brasileiro costumam representar a alegria, a sensualidade, o brilho. Portanto, o negro de qualquer forma não pode aparecer, nem em personalidade, nem enquanto pessoa, nem em brilho – a não ser no carnaval e se tiver sensualidade é rotulado de sem vergonha.
- As pessoas dizerem que tem lugar de negro – é obvio que se tem lugar de negro na sociedade brasileira esse lugar não é o mesmo freqüentado pelos brancos. Lugar de negro segundo os participantes é na cozinha de uma “madame”, na escola fazendo o serviço de faxina, na delegacia de polícia como o marginal, no carro da polícia sendo o bandido, e nunca, jamais, freqüentando os lugares destinados aos que se julgam superiores.
- Falta de estudo e aprofundamento da questão racial – no caso do nosso grupo de pesquisa, os estudos poderiam enriquecer o grupo mas as dificuldades se dão pelo fato de morarmos numa cidade do interior goiano, com poucas possibilidades de acesso às bibliografias, aos dados necessários, aos textos para estudo e muito menos apoio de pessoas mais esclarecidas no assunto.
- Silenciamento das vozes das professoras e do professor negros dentro da escola – pois os currículos não são preparados no sentido de valorizar a cultura negra. E mais, o que acontece dentro da escola é um racismo velado, não manifestado publicamente, mas sentido nos gestos, olhares,

silenciamentos e nas atitudes das pessoas, causando certo desconforto. Ora, se ele é velado torna-se quase que impossível discuti-lo.

Nesse sentido encontramos nas palavras de Munanga (1996, p.214-215), *“o racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos”*.

Apesar de todas as dificuldades que as professoras e o professor levantam é possível encontrar várias mensagens deixadas no grupo em relação a necessidade de construção de estratégias ou pedagogias anti-racistas que exterminem de vez a discriminação nas relações que estabelecemos.

Fica aqui uma pergunta: onde começar e como fazer? Sabemos que a casa é o primeiro ambiente, mas obviamente não é o único lugar privilegiado para a educação e reeducação das pessoas; a rua, as festas, os jogos, os vizinhos, os amigos, os grupos de movimento negro, os companheiros de profissão, os sindicatos todos esses são espaços importantes para se manter ou transformar as estruturas sociais. São nessas relações que são transmitidos sentimentos de inferioridade, atitudes e posturas submissas e dependentes, desvalorização do modo de ser, de viver e de pensar. Mas também são lugares onde pode residir a transmissão de confiança, na capacidade própria, orgulho de pertencimento ao seu

grupo étnico-racial, seu grupo social, autonomia de pensamento e ação, controle de preconceitos e atitudes discriminatórias, solidariedade, colaboração e criatividade. (SILVA, 1998).

A escola também deve contribuir no sentido de construir um currículo multicultural que respeite as diferenças raciais, culturais, étnicas e de gênero, a partir da realidade existente, e dentro de uma lógica de igualdade e de direitos sociais, que é a ética da diversidade.

Sabemos que a questão racial se encontra silenciada dentro da escola, muitas vezes pelos próprios professores negros que não querem ou não sabem como lidar com a temática e na maioria das vezes pelos seus pares que, baseados no mito da democracia racial, acreditam não existir discriminação e racismo.

No desenvolver do trabalho percebemos que a discriminação é praticada em todos os setores da vida social, e que o negro sofre com as mensagens, gestos, olhares, palavras, trejeitos e silenciamento. Para que esse crime bárbaro deixe de acontecer é necessário que as instituições, sejam elas quais forem, adotem uma política de tratamento da temática racial mais séria, mais comprometida como o grupo diferente.

Precisamos encontrar brechas, abrir caminhos para acabar com os mecanismos que ao longo da história, desde a colonização, se faz presente contribuindo para o sentimento de inferioridade do negro. O ideal do

branqueamento e o mito da democracia racial são mecanismos de dominação ideológicas bastante eficazes que estão presentes no imaginário social brasileiro, dificultando a ascensão social da população negra no Brasil. Portanto, é necessário acabar de vez com essas práticas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

7.1 O medo de ser negro na sociedade brasileira

O branco é o símbolo da divindade ou de Deus. O negro é o símbolo do espírito do mal e do demônio.

O branco é o símbolo da luz...

O negro é o símbolo das trevas, e as trevas exprimem simbolicamente o mal.

O branco é o emblema da harmonia.

O negro, o emblema do caos.

O branco significa a beleza suprema.

O negro, a feiúra.

O branco significa a perfeição.

O negro significa o vício.

O branco é o símbolo da inocência.

O negro, da culpabilidade, do pecado ou da degradação moral.

O branco, cor sublime, indica a felicidade.

O negro, cor nefasta, indica a tristeza.

O combate do bem contra o mal é indicado simbolicamente pela oposição do negro colocado perto do branco.

(Manual de Montabert redigido para os artistas)

É fato que o racismo esconde seu verdadeiro rosto. Pela repressão ou persuasão, leva o sujeito negro a desejar, invejar e projetar um futuro identificatório antagônico em relação à realidade de seu corpo e de sua história étnica e pessoal. Para muitos negros todo o seu ideal identificatório converte-se, desta maneira, num ideal de retorno ao passado, onde ele poderia ter sido branco, ou na projeção de um futuro, onde seu corpo e identidade negros deverão desaparecer.

Várias pessoas negras, no desejo de embranquecer, desejam nada mais, nada menos, que a própria extinção. Seus projetos são o de, no futuro, deixarem de existir; suas aspirações são as de não “ser” ou não “ter sido”. Este fato se dá pela violência racista enfrentada pelos negros.

A discriminação que sofrem os negros, não dá tréguas à humilhação e acaba por colocá-los na condição de “inferior”. A ferida causada pela humilhação que sofrem precisa ser “curada”. Deste modo, vários são os esforços, às vezes inúteis para amenizar a dor. Tenta-se metamorfosear o corpo presente, de modo penoso e caricato através dos produtos químicos para alisar o “cabelo ruim”, das uniões sexuais com brancos e a procriação do filho mulato, e até os “prendedores de roupa” para afilar o nariz.

Muitas vezes a esperança de alguns negros reside no filho mulato que poderá vir a ter um neto branco – ideologia do branqueamento – o que garantirá a extinção do negro na sociedade. Deste modo na tentativa de ser aceito socialmente os negros acabam por se negar para se afirmar.

A esse respeito Santos (1983) salienta:

A ferida do corpo se transforma na ferida do pensamento. Um pensamento forçado é não poder representar a identidade real do sujeito é um pensamento mutilado em sua essência (p.10).

Nesse sentido muitas das estratégias, táticas e compromissos que o pensamento do sujeito negro cria diante do racismo, destroem o que foi afirmado, ou seja, a luta contra a negritude em favor do ideal branco, consiste em tentar reverter a situação biológica do corpo por meio de técnicas de correção física, aplicando-se artefatos mecânicos, na maioria inúteis, à superfície corporal.

Sabemos que é impossível alterar a estrutura genética herdada de nossos ancestrais utilizando apenas artifícios mecânicos, porém para alguns sujeitos negros o fato de alisar o cabelo, afilar o nariz, ou unir-se a pessoas brancas significa vencer uma etapa. Porém outros problemas se colocam: o comportamento, o local de moradia, as manifestações intelectuais, a cultura onde ficam?

Diante deste dilema a lógica da sociedade brasileira é procurar uma forma de justificar, através de um conjunto de posturas físico-morais, a divisão branco/negro existente no sujeito. Os predicados brancos são caçados à lupa no corpo negro. Neste sentido afirma-se e nega-se a presença da negritude. Admite-se, implicitamente, que o negro existe, quando se encontra nele qualificativos brancos substituindo os qualificativos negros pelo comportamento tido como branco. Ou seja, o negro pode até ser aceito, mas necessariamente precisa carregar consigo adjetivos que na sua maioria são aferidos aos brancos. Essa subtração concretiza uma das mais violentas faces do racismo: o mito da democracia racial. E isso está

estampado num provérbio ridículo muito utilizado por todos nós: “*ele é um preto de alma branca*”

Em nosso trabalho observamos várias vezes pelos depoimentos ou mesmo no silenciamento dos participantes que o desejo é se tornar branco para tentar amenizar as marcas do racismo e da discriminação. É bem verdade que esse fato não acontece o tempo todo, mas em toda vez que um ou outro lança mão do encolhimento ou quando prefere não discutir, reagir ou debater porque acha que não existe saída.

Eu acho que é muito difícil mesmo acabar com isto, ninguém quer assumir, ninguém tem compromisso, pois a maioria é branca. Nós não temos apoio. (Bromélia)

Fica evidente também, em nosso trabalho que as reações e/ou estratégias anti-racistas ainda são incipientes e se dão no plano individual. Tomá-las no coletivo e transformá-las em meios para erradicar o preconceito e a discriminação das escolas e na sociedade em Pires do Rio – Goiás é um desafio lançado a nós professores, sociedade civil em geral, brancos, negros, enfim todos.

Ora, sabemos que essa não é uma tarefa fácil, porém não é impossível. É necessário que aprendamos a reverter a nosso favor as armadilhas, emboscadas, empreitadas que a sociedade brasileira em geral coloca para nos inferiorizar, desacatar, diminuir, massacrar, marginalizar enfim discriminar. Para tanto é

necessário em primeiro lugar construirmos nosso pertencimento étnico-racial e enxergarmos que somos negros discriminados sim, mas inferiores nunca.

Tal empreendimento também é de responsabilidade das academias, que necessitam urgentemente incluir nos seus currículos a cultura negra e os seus professores, sejam eles negros ou brancos, precisam efetivar este currículo colocando em seus planos de curso a discussão. Fora da academia também é de responsabilidade dos pais, mães, irmãos, discutir a questão racial em todos os ambientes da vida social.

Como o racismo e a discriminação, no caso brasileiro é um dos crimes mais difíceis de comprovar é necessário denunciar, não se calar, chamar a imprensa abrir inquérito e porque não dizer chamar a polícia, quando formos discriminados. O que não podemos é calar ou assumir uma postura de total submissão como aconteceu com vários professores participantes da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, Eunice M. L. Soriano de. *Psicologia: Introdução aos princípios básicos do comportamento*. Petrópolis: Vozes, 1986.

ALMEIDA, Maria Suely Lopes de. *Entre nós, os pobres, eles e os pretos*. Dissertação de mestrado. Campinas: UNICAMP, 1976

BARCELOS, Luiz Cláudio. *Raça e Realização educacional no Brasil*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro, Instituto de pesquisas do Rio de Janeiro, 1992

_____. Educação: um quadro de desigualdades raciais. *Cadernos Cândido Mendes*, n. 23, dez/1992.

BENTO, Maria Aparecida Silva. *Branquitude: o lado oculto do discurso sobre o negro*. In: BENTO, Maria Aparecida Silva e CARONE, Iray. (orgs.). *Psicologia social do racismo: estudos sobre a branquitude e branqueamento no Brasil*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

BERGER, Manfredo. *Educação e dependência*. São Paulo: Difel- UFRS, 1979.

BERNARDO, Terezinha. *Memória em branco e negro: Um olhar sobre São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC, 1993

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 12 de Fevereiro de 1891.

BRASIL. MEC, Secretaria de Educação continuada, Alfabetização e diversidade. *Educação Anti-racista: caminhos abertos pela lei Federal nº 10.639/03*. Brasília: MEC, 2005.

BRASIL.MEC. CNE. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília, 2004.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças dos velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CÂNDIDO, Antônio. *A estrutura da escola*. In: FORACCHI, Luiz Pereira e MENCARINI, Marialice. Educação e sociedade: leituras de sociologia da educação. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1973.

CARVALHO, J. M. *Cidadania no Brasil: O longo caminho* [Citizenship in Brazil: The long way]. Rio de Janeiro, Brazil: Civilização Brasileira, 2001

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. *Do silêncio do lar ao silêncio escolar: Racismo, preconceito e discriminação na educação infantil*. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP, 1998.

_____. *Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola*. (org.). São Paulo: Summus, 2001.

CHAIA, Miguel Wady. *Negro, mercado de trabalho e educação na grande São Paulo*. Cadernos de Pesquisa nº 63. Fundação Carlos Chagas. São Paulo: n. 63, Nov.1987.

COHEN, W. Français et africain. Paris: Gallimard, 1980.

CONTRERAS José. *A autonomia dos professores*. São Paulo: Cortez, 2002.

CONSTITUIÇÃO: 1988: *Texto Constitucional de 5 de outubro de 1988 com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nº1/92 e Emendas Constitucionais de revisão nº1 a 6/94*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 1995.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri e ANTUNES, Fátima Ferreira. *Magistério primário: Profissão feminina, carreira masculina*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo: nº 86, Agosto de 1993.

DIA-A-DIA. Jornal da cidade de Rio Claro. Rio Claro, São Paulo. 6 de Junho de 2004.

DIAS, Maria Tereza Ramos. *Desigualdades sociais e oportunidade educacional: a produção do fracasso*. Dissertação de Mestrado. Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro: IUPERJ, 1979

DOMINGUES, Sérgio. *Cotas na universidade: sobre racismo enrustido e a exceção no lugar da regra*. Revista Espaço acadêmico. Nº 26, Julho.

DUSSEL, Festschrift Enrique. *Ética e a filosofia da libertação*. Petrópolis: Vozes, 1995.

GOFFMAN, Erving. *Estigma, notas sobre a manipulação de identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1988.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade classes*. Vol.1. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, A., e BITTAR, Marisa. (2000). *Educação jesuítica e crianças negras no Brasil colonial*. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos/ SP, Brasil.

FERREIRA, Maria Zita. *Ser negra, ser mulher, ser nordestina. Afinal, como me fiz professora*. In: VASCONCELOS, Geni Amélia Nader. (org.) *Como me fiz professora*. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

FERREIRA, Ricardo Franklin. *A identidade em construção*. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2000.

FIGUEIRA, Vera Moreira. *O preconceito racial na escola*. estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro: 1990.

FOLHA DE SÃO PAULO. São Paulo. 05 de junho de 2004. p. B 4.

FONSECA, Vinícius. *Concepções e práticas em relação à educação dos negros no processo de abolição do trabalho escravo no Brasil (1867-1889)*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 2000.

FRANCHI, Eglê Pontes.(org.) *A causa dos Professores*. Campinas, SP: Papyrus, 1995.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREUD, Sigmund. *A psicologia da vida cotidiana*. Tad. Álvaro Cabral, Vol. VI, Rio de Janeiro: Zahar, 1964.

FREYRE, Gilberto. *Casa grande e senzala*. Rio de Janeiro: Record, 1995.

GOIS, Antônio. *Provão revela barreira racial no ensino*. São Paulo: Cotidiano. Janeiro, 2004.

GOMES, Nilma Lino e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. (orgs.) *Experiências étnico-culturais para a formação de professores*. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

_____. *A trajetória escolar de professoras negras e sua incidência na construção da identidade racial*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG, 1994.

_____. *A contribuição dos negros para o pensamento educacional brasileiro*. In: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção. (orgs). *O pensamento negro em educação no Brasil: expressões do movimento negro*. São Carlos: Ed. da UFSCar, 1997.

_____. *A mulher negra que vi de perto*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

_____. *Uma dupla inseparável: cabelo e cor da pele*. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto. *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negras e ralações étnico raciais no Brasil*. São Carlos: EDUFSCar, 2003.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira e SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. *O jogo das diferenças: o multiculturalismo e seus contextos*. Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

_____. *De preto a afro-descendente: da cor da pele à categoria científica*. In: BARBOSA, Lúcia Maria de Assunção, SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, SILVÉRIO, Valter Roberto. *De preto a afro-descendente: trajetos de pesquisa sobre o negro, cultura negras e ralações étnico raciais no Brasil*. São Carlos: EDUFSCAR, 2003.

GONZÁLEZ, Lélia e HASENBALG, Carlos Alfredo. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.

GUERREIRO RAMOS, A. *A semana do negro de 1955*. In: TEN- testemunhos. Rio de Janeiro: GRD, 1966.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio Alfredo. *Classes, raças e democracia*. São Paulo; Fundação de apoio à Universidade de São Paulo; Ed. 34, 2002.

HASENBALG, Carlos A. *Discriminação e desigualdade raciais no Brasil*. Rio de Janeiro; Graal, 1979.

_____. *Raça e oportunidades educacionais no Brasil*. Cadernos de pesquisa. São Paulo: n. 73, p. 5-12, maio/90.

IANNI, Octavio. *As metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

_____. *Escravidão e racismo*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. *Raças e classes sócias no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

KING, Joyce Elaine. *Black mothers to sons: juxtaposing African American literature with socail practice*. New York, Lang, 1990.

LEWIN, Helena. *Educação e força de trabalho feminino no Brasil*. Cadernos de Pesquisa, fundação Carlos Chagas. São Paulo, nº 32, 1980.

LIMA, Ivan Costa; SILVEIRA, Sônia Maria. *Negros, Territórios e Educação*. Florianópolis: NEN, 2000.

MARX. Karl. *O Capital*. São Paulo: EDIPRO, 1946.

MACIEL, Cleber da Silva. *Discriminações raciais: negros em Campinas (1888-1921)*. Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1987.

MEMI, Albert. *Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. São Paulo: Paz e Terra, 1997. (tradução: Roland Corbisier e Mariza Pinto Coelho)

MONTENEGRO, Antônio torres. *História oral: caminhos e descaminhos*. Revista brasileira de história. São Paulo: Marco Zero, 1993.

MUNANGA, kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra*. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, 1999.

_____. (org.) *Superando o racismo na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Fundamental, 2001.

NORVELL, John M. *A brancura desconfortável das camadas médias brasileiras*. In: MAGGIE, Yvonne e REZENDE, Cláudia Barcellos. (orgs). *Raça como retórica: a construção da diferença*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

OLIVEIRA, Raquel. *Escola e dominação. Sistema educacional reprovado*. Revista São Paulo em Perspectiva. Abr/jun. 1988.

PESSANHA, Eurize Caldas. *Ascensão e queda do professor*. São Paulo: Cortez, 1997.

PINTO, Regina P. A. *Movimento negro em São Paulo: Luta e Identidade*. Tese de Doutorado. São Paulo: FFCH/USP, 1994.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento, silêncio*. Estudos históricos. Rio de Janeiro, 1989.

REVISTA REALIDADE. Ano VI, nº 70. Janeiro de 1972. p. 76.

RIBEIRO, Maria Luisa Santos. *História da Educação brasileira: a organização escolar*. São Paulo: Cortez/autores Associados, 1989.

RIBEIRO, Maria Solange Pereira. *O romper do silêncio: história e memória na trajetória escolar e profissional dos docentes afrodescendentes das Universidades Públicas do Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado. São Paulo, USP, 2001.

RIBEIRO, Rosa Maria Barros. *Etnias e Educação; Trajetórias de formação de professores frente à complexidade das relações étnicas no cotidiano escolar*. Tese de Doutorado. Campinas, UNICAMP, 2001.

ROFINO, Selma dos Santos. 1996 – *Memórias em Exclusão: ser professor negro na cidade de São Paulo (1950-1990)*. Dissertação de Mestrado. São Paulo, PUC.

ROSEMBERG, Fúlvia. *Educação: democratização e desigualdades*. São Paulo, Fundação Carlos Chagas, 1987.

_____. *Relações raciais e rendimento escolar*. Cadernos de pesquisa, Fundação Carlos Chagas. São Paulo, nº 63, nov. 1987.

SALLES, Ricardo Henrique e SOARES, Mariza de Carvalho. *Episódios da história afro-brasileira*. Rio de Janeiro: DP&A/fase, 2005.

SANTANA, Olívia. *Ações afirmativas: limites e possibilidades*. Faced. UFBA. Salvador: 2002.

SANTOS, Gislene Aparecida dos. *A invenção do ser negro: um percurso das idéias que naturalizaram a inferioridade dos negros*. São Paulo: Pallas, 2002.

SANTOS, Gláucia Romualdo dos. 2001 - *Mulher não branca e magistério primário: uma versão em preto e branco da professorinha de Azul e branco?* Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG.

SANTOS. Joel Rufino dos. *O que é Racismo*. São Paulo: Brasiliense, 1998.

SANTOS, Sales Augusto dos. *A Formação do mercado de trabalho livre em São Paulo: Tensões raciais e marginalização social*. Dissertação de Mestrado. Brasília, UNB, 1997.

SILVA, Cidinha da. *Ações afirmativas em educação: experiências brasileiras*. (org.). São Paulo: Summus, 2003.

SILVA, Consuelo Dores. *Negro, qual o seu nome?* Belo Horizonte: Mazza Edições, 1995.

SILVA, Eva Aparecida da. *Presença e Experiência da mulher negra professora em Araraquara/SP*. Dissertação de Mestrado. Campinas: UNICAMP, 2003.

SILVA, Jacira Reis da. *Mulheres caladas: trajetórias escolares de professoras negras, em Pelotas. Produção/circulação de representações sobre os negros, na escola*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. *Educação e identidade dos negros trabalhadores rurais do Limoeiro*. Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 1987.

_____. Espaços para educação das relações interétnicas: contribuições da produção científica e da prática docente, entre gaúchos, sobre negro e educação. In: A escola

cidadã no contexto da globalização. Silva L. H. (org), Editora Vozes. Petrópolis: 1998.

_____. *Citizenship and Education in Brazil*. In: BANKS, James A. Diversity and citizenship education. United States of America : Global perspectives, 2004.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e.; SILVÉRIO, Valter Roberto.(orgs.) *Educações e Ações afirmativas: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2003.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro: as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

TEIXEIRA, Moema de Poli. “Negros em ascensão social” trajetórias de alunos e professores universitários no Rio de Janeiro. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado. História oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

VIANNA, Francisco José de Oliveira. *Raça e Assimilação*. São Paulo; Editora Nacional, 1932.

ANEXOS

CONVITE

Sentir-me-ei honrada com o seu comparecimento no último Encontro de Professores Negros deste município para Estudos referentes a pesquisa de elaboração de minha dissertação de Mestrado.



Local: Minha casa à Rua Getulino Artiaga nº 103- Bairro Colegial
Dia: 18 de fevereiro de 2006
Horas: 17:00 horas

Sua presença abrilhantará o evento.

Lúcia Helena de Assis Machado

CONVITE



Sentir-me-ei honrada com o seu comparecimento no 3º Encontro de Professores Negros deste município para Estudos referentes a pesquisa de elaboração de minha dissertação de Mestrado.

Local: Minha casa à Rua Getulino Artiaga nº 103- Bairro Colegial
Dia: 24 de novembro de 2005
Horas: 17:00 horas

Sua presença abrilhantará o evento.

Lúcia Helena de Assis Machado

CONVITE

Sentir-me-ei grata com o seu comparecimento no 2º Encontro de Professores Negros deste município para dar continuidade a pesquisa de elaboração de minha dissertação de Mestrado.



Local: Minha casa à Rua Getulino Artiaga nº 103- Bairro Colegial

Dia: 19 de setembro de 2005

Horas: 17:00 horas

Sua presença abrilhantará o evento.

Lúcia Helena de Assis Machado

CONVITE

Sentir-me-ei grata se aceitares o meu convite para um modelo chá que oferecerei na minha casa neste sábado dia 05 de março de 2005.

O objetivo é reunir um grupo de professores(as) negros (as) para fazerem parte do meu grupo de pesquisa para elaboração da minha dissertação de Mestrado.



Local: Minha casa à Rua Getulino Artiaga nº 103- Bairro Colegial

Dia: 05 de março de 2005

Horas: 17:00 horas

Conto com sua presença e desde já agradeço imensamente.

Lúcia Helena de Assis Machado

TRANSCRIÇÃO DAS FITAS – Coleta de dados

LOCUTOR 1

Estou mais acostumada a fazer este trabalho de discutir a questão. Então fiz alguns cursos, dei alguns cursos, assim, a idéia foi propor pra Universidade a UEG um mini-curso que trabalhe as questões raciais na Universidade. Então já dei esse curso em Catalão, Ipameri, Silvânia e aqui em Pires do Rio, em todos os cursos: Pedagogia, História, Letras e Geografia. De fato tem esse discurso mesmo. O negro ele próprio se discrimina e ele é que vê discriminação é coisa da cabeça dele, mas quando você tem argumento, você tem argumento para desdizer isso, você usa a história e vai buscar lá na história da escravidão os argumentos e mostra os dados do IBGE e argumenta mesmo, você consegue convencer. Você consegue convencer poucos, não, alguns eles falam que estão entendendo, que estão compreendendo, mas você vê que é da boca pra fora, mas você consegue mobilizar algumas pessoas, entendeu. Por exemplo, eu tenho duas pessoas que eu consegui mobilizar de fato, que foi uma aluna de Silvânia e inclusive ela está fazendo uma monografia sobre o assunto e uma aqui de Pires do Rio. No universo todinho da UEG eu consegui sensibilizar uma pessoa, mas foi assim profundo. Primeiro porque ela é psicóloga, ela fez a monografia dela em cima da questão do preconceito e está fazendo outra Pós em cima da questão do preconceito, ela foi fazer um curso de especialização em terapia familiar para trabalhar a questão do preconceito. Então é uma

profissional que vai ser diferente. Então quer dizer em Pires do Rio tem duas pessoas, era uma, nós somos duas agora. E tudo que ela fica sabendo ela divide comigo e tudo que eu fico sabendo que divido com ela. Então é um trabalho assim,... As vezes fica 7 ou 8 anos dando.... e tenho 1 discípulo, mas esse discípulo de repente, ele pode convencer mais um discípulo, mais um discípulo, um discípulo e mais um discípulo. Quer dizer assim, antes de mim, ninguém falava. Agora se imagina o raio de Silvânia Catalão todos os cursos.

Eu acho que a gente tem que incentivar mesmo, nem que a gente fale para as paredes sabe, e as vezes a gente vai dar mini-cursos você pede para inscrever ou as pessoas te convidam e os que ficam lá é quem não vai em nenhum outro mini-curso, mas você vai e fala com o mesmo entusiasmo que estivesse cheio e você consegue convencer um.

Mas você tem que usar a convicção, a educação, a ideologia de eles não poderem te ofender frontalmente e dizer a que veio, né. Você tem que convencer.

Então eu acho que a gente não pode se abater não, eu acho que se tiver um disposto a ouvir tem que falar para ele com toda convicção, pois ele faz toda a diferença. Pior é se não ficasse nenhum. Então acho que a gente tem que incentivar, tem que

criar, tem que inventar, tem que escrever mesmo, tem que combater, com argumento e com sutileza. Não pode partir pra briga ou pra afronta, pro pessoal. É mostrar a que veio, Não aceitar... como diz minha mãe, não aceitar cabresto e se alguém quiser colocar o cabresto, você pega e diz: “Não aqui não”. E a gente sabe, a gente conhece e a s vezes o que é legal é você convencer as pessoas que existe preconceito é muito difícil e por isso assim a importância de usar os argumentos do governo. Usar os argumentos deles, os dados do IBGE, as publicações... Não é você que está dizendo, mas dizer que não seja uma coisa sua, senão as pessoas vão dizer que é coisa da sua cabeça, da cabeça da Cristiane ou da cabeça do Adilson. Dizer com base nos dados do IBGE. Dizer Oh! O IBGE está dizendo que lá em Salvador o negro tem salário inferior. Não é eu que estou dizendo, está lá no site do IBGE, qualquer um pode ir lá e pegar. Se estiver duvidando da minha palavra vai lá e pega. Oh no livro tal está publicado, está dizendo que está, não sou eu que estou dizendo. Então assim dá pra você fazer diferente. E outra coisa a gente imagina que os alunos, não são sensíveis à questão. A gente imagina: Ah vai dar confusão, discutir isso vai dar confusão, não vai não. Vai ser Legal. Aí a gente pega e não faz. Mas quando você vai, traz pra cima da discussão principalmente, assim, com meninos do ensino médio, assim, eles são abertos, eles estão sabendo, eles debatem, eles fazem, eles exemplificam. Alguns só pecam, é lógico, mas é minoria, eles são mais abertos do que a gente imagina, e a s vezes é o medo da polêmica, o

medo de tirar o pó debaixo do tapete que deixa a gente sem ação. Então assim, conversar sobre essas coisas, assim, tem que conversar sim. E as vezes você acha posições bem é... retrógradas. Por exemplo, lá na faculdade que estou trabalhando agora, na particular, Numa conversa com o diretor ele falou pra mim que achava que o negro estava com muito direito, que eles estavam podendo demais, que tinha cotas para tudo e tal. Aí ele falou pra mim, na minha frente. Eu falei pra ele que não concordava, mas que eu não ia debater com ele porque eu não estava com tempo de debater naquela hora e vou publicar um artigo sobre isto na revista da faculdade dele e ele não pode fazer nada, entendeu. O que ele pode fazer? Ele não pode me proibir, o assunto é você que escolhe, então indiretamente, mesmo discordando, ele vai ter que publicar e as pessoas vão ler. Se eu publico lá de uma forma direta ou indireta, se a revista é da faculdade dele, ele está avalizando, a despeito dele ser contrário. Eu não tentei devolver a questão naquele momento porque, mas eu estou lá, estou trabalhando, as pessoas estão me vendo, estou fazendo o meu discurso, em vez de brigar com ele e xingar ele e mandar ele ir para aquele lugar, eu vou trabalhar com os acadêmicos que são maioria. Vou deixar a briga para ele em outra esfera e estou lá fazendo para os alunos. Então há estratégia e estratégias. Eu podia muito bem falar pra ele assim: “Ah eu não trabalho nessa faculdade mais, porque você é ignorante e não sei o quê e vou embora”. Pronto a gente debateu, ele foi contra, eu fui a favor, tudo a gente não conseguiu entrar num consenso, ele

continuou sendo contra e eu a favor, só que eu não podia perder, num universo daquele tanto de aluno, eu sendo a única professora negra, a chance de mostrar que eu estava lá, que eu sou competente, fazendo meu contra discurso com os alunos e publicar na revista dele.

Eu acho que não só os negros, os deficientes também, as vezes a gente nega, pode falar isso de negação da realidade, não quando a gente coaduna ou aceita o processo, mas porque é menos doloroso. Porque é doloroso? Porque as pessoas procuram esconder, guardar debaixo do tapete. Então você esconde, você guarda, você não enfrenta para não sofrer.

Eu acho que lê não tenho, eu acho que colocam isso nele. Que não pode candidatar, não pode concorrer, o trabalho braçal é pra você, mas você pra representar as elites não pode, você não pode. Estudar também não pode. Você tem que ser cordeirinho tem que ficar na retaguarda. E eu acho que começa por aí, você não aceita a retaguarda. Espera aí – eu, tenho condições, eu estou aqui! E às vezes você pode até não a ver, pode até perder o palco, você pode estar lá, tem um cargo aqui, você é o outro ou a outra pessoa. Você tem todos os requisitos pra se candidatar a única que fere você é que você é negra e ela é loira. Eu acho que você tem que ir lá e

candidatar sim mesmo que seja para perder, pra mostrar que eu estou aqui e eu estou concorrendo.

Como eles não podem nos atacar porque é crime e porque existe a ideologia de que não existe preconceito, eles atacam os seus trabalho, porque desqualificando o seu trabalho automaticamente desqualifica você. Então se eles não podem falar que você não presta, eles falam que o seu trabalho não presta, sua casa não presta, seus amigos não prestam e isso é a mesma coisa de dizer que você não presta. E se você deixa eles montam em e se você não falar: eu estou aqui, eu quero este lugar, esse lugar é meu e vou fazer o diabo se precisar, pois foi eu que conquistei. Eles te põem pra trabalhar dia de domingo, pra varrer o chão, pra catar feijão, pra limpar a escola. E se você deixar acham lindo e acha que se você contar pra Pires do Rio inteiro, que colocam você pra catar feijão, você é linguaruda, mas eu conto.

Graças a Deus eu consegui uma pessoa pra abraçar a minha causa. Não sou sozinha, sou eu, a Lúcia e a Melissa também. Apesar de ser uma menina que só tem especialização é uma menina muito empenhada. Nós vamos fazer um encontro de pesquisadores negros que é um encontro que saiu daqui, da idéia daqui do nosso grupo. Já fiz o projeto, já mandei pra Anápolis e essa semana vou fazer o orçamento a Pro-reitoria não vai dar dinheiro. Então eu vou ter que limitar os

pontos de 400 serão 120 pessoas porque o auditório da OAB a gente consegue ganhar e lá tem som. Só que não dá mais para novembro. Vai ter que ser em maio de 2006. Amanhã eu vou ler um texto de como se monta uma ONG. E podemos montar uma Organização não governamental. A idéia é agente fazer um trabalho de construir algumas estratégias anti-racistas e juntar material, livros, artigos, teses, filmes para trabalhar a questão e fazer atendimento psicopedagógico e psicológico com crianças que foram vítimas de discriminação nas escolas. Aí faz parte de um projeto maior que a gente não sabe se vai conseguir que é transformar Pires do Rio na cidade capital regional de luta contra todas as formas de discriminação com o trabalho da ONG. E a ONG criar um a idéia é a gente criar um site nesta ONG e disponibilizar alguns artigos, algumas coisas. Eu vou fazer duas pesquisas pra colocar o resultado no site pras pessoas poderem acessar e pra gente conseguir verba pra fazer o trabalho. A melissa já vai começar um trabalho com duas crianças negros que estão com problemas, de graça. Ela vai atender. Fazer um trabalho pra começar. Estamos pensando em organizar a ONG em outubro e fazer o lançamento em novembro. O encontro vai se chamar I EGEDUM – Primeiro encontro Goiano de Educadores e universitários Negros.

LOCUTOR 2

Você pode ver também que foi uma conquista grande, porque na verdade praticamente que 505 anos de julgo, sofrimento, escravidão é porque isso começou foi bem, bem para traz mesmo, não adianta agente achar que isso é uma coisa que esta recente, não é Lúcia, isso já vem desde a nossa colonização.

Cristiane e as vezes quando chega a doutora negra lá, é capaz que o povo assunta né. Eles pensam que vai chegar uma boazuda, porque tem isso não tem.

Eu lembro quando nós fomos a Anápolis no V EREL eu não sei se vocês se lembram da Luciana aquela que dava aula lingüística, era de Catalão, acho que naquela época ela estava se preparando para o mestrado e estava defendendo ou apresentando o trabalho que ela ia usar como apoio pro estudo dela. Quando o pessoal chegou lá que viu que era uma negra, nós a galera de Pires do Rio ficou tudo pertinho um do outro. Pensei assim... Nossa “Aquela negra lá é negra, mas sabe que ela é até bonitinha”. O cabelo dela era esticadinho. Desse jeito. Isso nós ouvimos, o pessoal falando e muitos... Saíram, saíram. Sei eu senti assim, não só eu, mas a turma toda sentiu-se mal porque enquanto estávamos lá aplaudindo ela né, levantando a moral dela aí um pouco sai e a moral de quem esta na frente abaixa né.

È o seguinte, quero comentar, debater, estudar é muito bom mas, a gente que trabalha em educação e está dentro da sala de aula, geralmente a gente convive com muita mensagem, muitas passagens da turma. Esses tempos pra traz eu li uma eu não me lembro bem se era uma mensagem ou se era um texto, só sei que era o seguinte, a moral do texto era o seguinte: um velho homem que plantava arvores frutíferas na beirada da estrada. Já estava bem decadentes este homem, com o pé na cova. A vinha passando o rei com a comitiva dele e achou aquela posição daquele senhor muito louvável. Saber que ele estava plantando aquelas arvores frutíferas e que ela já estava num estágio praticamente final da sua vida. Então ele chegou nele e falou: porque o senhor esta plantando essas arvores sendo que o senhor não vai colher os frutos dela. Ai o rei chegou pra ele e deu um saco de moedas e o homem respondeu: esta vendo eu já estou colhendo os frutos. Quer dizer ele estava pensando para frente, o que ele estava semeando, o que ele estava plantando naquele momento ela não ia ver nada daquilo acontecer, não ia colher aqueles frutos, mas as plantas que ele plantou seream para as gerações futuras. E é o que nos estamos fazendo aqui agora. Nós vamos trabalhar, nós vamos tentar mudar a consciência do povo, principalmente nós negros mesmos, que nós temos que vestir a camisa da nossa negritude, que tem gente que não se assume negro. Agora como que uma pessoa que não se assume negro pode falar assim que se sente

discriminada, de que forma. Outra coisa que agente não falou ai, vocês observaram que na maioria das vezes, nossos alunos que freqüentam a escola, principalmente na 1º fase aqueles que são negros, os pais geral não tem uma “boa formação”.Então se ele sofrer uma discriminação na escola, então fica por isso mesmo, porque o pai e a mãe não vão até a fonte procurar saber o que aconteceu. E quando vão já vão com ignorância, já chega lá e quer fazer aquele barraco todo, ao invés de argumentar. Agora nós que temos um pouco de conhecimento, um pouco mais de informação, nos temos que trabalhar essa conscientização negra dentro da nossa família. Eu tenho duas filhas né a pele delas é mais clara um pouquinho mas o cabelo não nega. Está com o pé na senzala. E eu sempre falo pra minha mocinha, ela já vai a escola e eu falo: Minha filha, olha você e negra meu bem. O papai é negro sua mãe é negra sua vovó ela é negra. A nossa cor é linda, nós somos inteligentes, nós somos bonitos. Olha aqui sua pele meu bem como está linda. Você já viu o quanto as mulheres ficam no sou pra ficarem da sua cor? E ela: É mesmo papai minha pele é mais bonita do que das outras. Então a gente começa a mudar a consciência das crianças na família.

A gente tem que ver que a s vezes. Aconteceu comigo. Eu levei minhas meninas no médico o mês passado. Parece que quando a gente tem um certo conhecimento, que a gente não é tão leigo no assunto que a gente vai conversar com o médico, o

médico às vezes, ele desconversa a gente também pra provar pra gente que a gente não ta sabendo nada. Eu já observei isto já porque o dia que eu levei minhas meninas eu fui falando com o doutor. Oh doutor está acontecendo isto e isso. Eu já tinha um pré-conhecimento a respeito do assunto, fui falando pra ele e ele vai desconversando, desconversando pra poder dar a entender que a gente não sabe nada. Realmente eu não sou médico, eu sou leigo, perante o conhecimento que ele tem, mas eles conseguem colocar a gente quase que lá embaixo. Não aceita a condição de que um negro ter certo conhecimento.

LOCUTOR 3

Se não me engano também Adilson, em Goiás só tinha um estudo sobre a questão racial, né, o da Lúcia vai ser o segundo.

Lendo as ficha cada um reage de uma forma. Só porque eu acho assim; que nós ainda temos uma dificuldade muito grande de estar tentando criar uma pedagogia ou estratégias anti-racistas, porque a gente tem consciência que existe a discriminação, né, a gente tem consciência que ela está dentro e fora da escola, principalmente com a questão dos professores negros. A gente vê essa discriminação. Só porque a gente ainda tem uma dificuldade, a gente sabe se

defender, mas a gente não sabe, muitas vezes, é como trabalhar com o aluno, nós não temos essas estratégias ou nós não temos argumentos, ou seja, até pedagógicos para estar, as vezes enfrentando. As reações, como a gente viu são de várias formas. Mas se a gente tivesse uma leitura maior, um aprofundamento maior ou até mesmo uma formação dentro dessa área, eu acredito que seria mais fácil trabalhar essa pedagogia aí ou essas estratégias anti-racistas. Porque normalmente o quê que a gente faz: igual quando alguém fala pra gente assim mas quem discrimina o próprio negro é o negro mesmo. Muitas vezes o quê que a gente faz? As vezes cala, não argumenta, porque muitas vezes você não tem argumentos ou muitas vezes você diz não, não é bem assim. Há discriminação, mas as vezes você não tem argumentos fortes, né, muitas vezes para estar se defendendo. Igual ao que a Cristiane falou, existem dados, existem leituras, e as vezes está faltando isso. Então eu acho que é sensato, que há necessidade sim de se criar, e a própria discriminação faz com que agente tenha vontade, seja incentivado a procurar estas estratégias, mas muitas vezes a gente tem dificuldade, as vezes por não estar conversando com pessoas que sofrem o mesmo tipo de discriminação. Eu pelo menos vejo dessa forma. Não sei se estou vendo certo. Talvez alguém tem uma opinião diferente.

E a questão do convívio gente, isto é muito importante porque eu tenho um bebê que é recém-nascido, mas eu observo o seguinte: que isso vai muito da criação. Por

exemplo: quando alguém pega ele, lê já observa a pessoa, ele olha o cabelo, ele olha a cor da pele. O dia que a Cristiane foi lá em casa dessa última vez , que ela pegou ele. Ele olhou o cabelo dela, ele olhou o rosto, quer dizer. Existe já uma construção, ele já está construindo o mundo a volta dele, né. Então eu acho que isso vai muito da criação. Então quer dizer porque que meu filho não pode conviver com pessoas diferentes. Então quer dizer estas questões todas a gente tem que observar e isso vai muito da educação que damos, né, e aí chega na escola com toda essa carga negativa em relação a discriminação e a discriminação não é só em relação a negro até quando a gente coloca pro nosso filho que ele não pode brincar com boneca, ou várias outras coisas que a gente coloca, né. Mas eu já observo isso nele, ele é um bebê, mas ele já sabe diferenciar bem o que uma pessoa com a pele mais escura e um a pessoa da pele mais clara.

Agora Lúcia, o que tem que ficar claro é que nós temos a consciência de que há necessidade de criar, estratégias anti-racistas, que há necessidade de criar uma pedagogia, mas que nós temos dificuldade para caminhar nisso. Eu acho que... Mão sei se a Cristiane tem amas, porque tem uma experiência na frente nossa . Mas nós temos.

Quando você coloca esta dificuldade tem uma outra dificuldade que a gente vê também, que às vezes, eu não sei se é a maioria, mas eu acredito que é até a maioria das pessoas negras mesmo, de cor. Elas têm dificuldades de se aceitar pela cor e elas muitas vezes, elas sabem que existe a discriminação mas elas negam que existe, ou seja, pra continuar da mesma forma como estão, pra não criar atrito, pra dizer não é desse jeito mesmo, comigo não acontece e fica dessa forma.

E o negro tem aquela mentalidade assim o Lúcia; não é qualquer lugar que ele pode ir, não é tudo que ele pode fazer, ele acha que ele tem que ser minoria, não pode usar vermelho, não posso usar uma cor berrante, né.

Eu vivi uma situação também, mas eu acho que nunca contei isso pra ninguém, nem pras pessoas mais chegadas. Meu sobrinho ele é bem escuro, bem chegado mesmo. Ele teve um problema de saúde e eu levei numa clínica e nessa clínica quando a gente chega lá é uma clínica muito assim, bonita. A gente vê que só vai gente, assim de alto poder aquisitivo. A gente entrou e ficou meio assim. A secretária, muito bem vestida, todo mundo muito bem arrumado, né. E você. Só aquelas pessoas né, todo mundo com ouro. Gente tudo doente na mesma situação mas... E todos com aquela pompa, toda. E aí meu sobrinho foi atendido e eu já não sabia quem é que era o médico que foi indicação de outro médico, a gente levou. Aí

ele atendeu e tudo, só que ele não quis nem fazer exames. Falou: Não isso não é câncer, não é nada grave. Isso aqui é um cisto branquial. Agora se você quiser operar e tudo a gente vai te operar sábado e isso era uma segunda-feira. Aí você vem e a gente vai operar. Só que tem que ir para o Araújo Jorge (hospital do câncer de Goiânia) E eu fui tão boba que depois que eu fui descobrir que ele podia ficar lá, podia ter sido operado lá. Não precisava ter ido pra outro lugar. Então quer dizer que pra não ficar esse povo, que minha tia que acompanhou a gente é negra também. Então pra não ficar esse povo aqui,vou mandar pra outro lugar. E realmente mandou. Só que ele fez um diagnóstico errado, depois teve que chegar e falar que a cirurgia dele não era por causa daquele cisto porque ele não fez nenhum exame. Então a gente vê que realmente ele têm uma pressa muito grande de se livrar da gente., Quanto mais a gente se livra das pessoas de cor, melhor. Eu não sei se vocês viram que um Ministro da Educação dos Estados Unidos do Presidente Regan ou do Bush, ou do Bill Clinton. Ou é do Bush pai, disse que: o negro, deviam matar as crianças negras! E nos Estados Unidos o índice de criminalidade baixava. E eu vejo que realmente a gente sofre discriminação mesmo e os parentes da gente também sofre. Por que por exemplo o meu sobrinho não é fácil mas se ele fosse branco as pessoas aceitariam mais ele com mais facilidade. Ele custoso eu reconheço que ele é difícil mesmo, mas a questão da cor pesa ainda mais.

Como eles não conseguem atingir a gente profissionalmente eles usam a cor ou a moral da gente. Porque vêem o negro como objeto sexual ou de uso, proletariado, daquelas profissões assim bem rebaixadas mesmo, doméstica, lavadeira, agricultor, gari.

A gente pode fazer algumas coisas. Abrir um site mostrar um projeto. Mobilizar os alunos e outras pessoas para juntos fazermos alguma coisa.

LOCUTOR – 4

Não eu concordo com você Maristela porque e tem também esse problema sim, como agir com a criança. Eu trabalho com crianças pequenininhas, jardim, Então assim, como é ... Como eu ajo com a criança quando ela discrimina a outra, chama a outra de negrinho, chama a outra de pretinho, não quer sentar perto porque o coleguinha é feio, então assim... Realmente estou igual a você. Aí eu falo não pode, a gente tem que ser amigo. Assim... eu acho que fica muito, assim... o que eu falo pra eles fica muito no superficial. Não é eu, eu não sei, eu acho que quando eles falam: Ah tia eu não vou sentar não porque ele é pretinho. Aí eu falo não que é isso

coleguinha é coleguinha. Mas depois eu paro e fico pensando: ta muito superficial, né , assim.

Igual eu trabalho no jardim é a melhor hora de começar... Então as crianças já tem uma...

LOCUTOR – 5

Qual a estratégia a gente usar, né Cidinha, porque uma coisa mais concreta, começar a trabalhar no jardim.

Mas aqui o que nós estamos falando, eu acho assim: é difícil saber como nós vamos fazer para alcançar essa mudança, né. Porque assim vamos começar pelas nossas próprias escolas. Porque quando fala dessa cultura étnico-racial às vezes a gente se encontra nos sábados coletivos que fala sobre isso, ninguém dá atenção, a menor atenção. Os diretores, os coordenadores, porque pra eles não está atingindo eles a maioria é branca então pra eles, eles acham até que isso aqui não há necessidade disso aqui (a professora está se referindo às Diretrizes que eu distribui). Então como nós estamos falando, como nós podemos fazer pra mudar isso. Porque que vai ser difícil vai. Porque igual assim, igual nas nossas escolas, nós não temos em

Pires do Rio, nenhuma diretora negra. Aí quando toca mesmo no assunto até mesmo a dona Jerusa que como diz vocês disfarça a cor, eles não querem abraçar o problema, a situação em si.

Não é fácil não, é muito difícil. A discriminação é grande. Tanto é que eu tirei minha filha do Colégio por causa da discriminação. Começar com professor, professor de história. Pois é fazer uma coisa dessa. O comportamento de um professor, com uma menina, é uma criança menina de 16 anos. Sabe então, como nós vamos resolver uma coisa dessa se o próprio professor age dessa forma.

De se engajarem de verdade, né. Igual o dia da palestra do Dalson(a professora se refere a uma palestra dada pela Superintendência de Inclusão proferida para os professores de Pires do Rio – promovida pela Secretaria Estadual de Educação) Ele falou da discriminação racial que o pessoal fala que não tem mas que existe sim, que pode ir numa cadeia que de 10 presidiários, 8 são negros. Discriminação com o homossexualismo. Ele disse que numa cidadezinha do Estado de Goiás – São Simão. Os alunos estavam reclamando que os homossexuais estavam tendo dificuldades porque quando iam ao banheiro os coleguinhas ficavam fazendo gracinhas com eles. Aí o quê que a diretora fez? Um banheiro GLS. Dizem que a cidade é bem pequenininha e a diretora já tomou está atitude, muito interessante, louvável mesmo, né. Achei muito interessante mesmo.

Preto, pobre, homossexual e ladrão. Igual tem um delegado não sei se é do Rio ou São Paulo ele não estava permitindo que meninas, mocinhas de 15 e 16 anos participassem de desfiles. Aí um dia ele dando uma entrevista, ele falando que se o Cazuzza fosse negro ele seria bandido pelas atitudes que a gente viu no filme. Não vi e nem quero ver o filme, mas pelo que o pessoal falou: Que o Cazuzza não era aquela coisa que a gente só via ele bonito, cantando, um comportamento devasso. Se ele fosse negro ele era um bandido, agora como é branco e da classe média alta, aí ele é artista endeusado. Igual a gente falando de cor. A Nirce colega nossa de trabalho disse que estava em Goiânia e aí chegou a Katie Piaça. Talvez a gente pensa talvez tenha até ficado com raiva, por causa da Katie ter chegado e aí diz que logo a atendente foi : Pois não dona Katie e foi lá e anunciou e a dona Katie foi atendida na hora. Aí a Nirce ficou com raiva porque ela já estava lá a mais tempo e não foi atendida. Aí a Katie Piaça chegou e foi atendida. Na hora eu até dei razão para Lea. Mas talvez ela tenha ficado com raiva por ter sido uma negra (rica) . Porque ela é branca e loira e a outra é negra que chegou e foi atendida na hora. Ela é bonita, tem dinheiro.

É engraçado que quando é o dia da consciência negra ninguém, lembra. Mas quando vai comemorar, por exemplo, a chegada dos japoneses no Brasil, sai em todos os jornais, televisão. São Paulo participa, faz a maior festa.

LOCUTOR – 6

É igual a Maristela falou é o quê falta: a gente tem que ler mais, aprofundar pra começar a trabalhar aí. Igual você falou, desde o jardim, porque esses dias uma vizinha nossa lá veio me reclamar, que aconteceu lá no colégio. Que chamaram ela porque o filho dela chamou um determinado... de negro. Aí ela falou assim: Edith quem discrimina é o próprio negro mesmo. Eu falei assim: Não, não é assim, não. Isso aí, eu falei, pra ela, é falta de você trabalhar com seu filho. Como vocês mesmo estão se discriminando? Não é bem assim, não, gente. Nossos filhos são pra escola são discriminados? São. São que nós sabemos disso, gente, que é. Nós trabalhamos, eu trabalho isso com os meus filhos em casa. Mas de vez em quando eles ainda contam que aconteceu alguma coisa, aconteceu. E são coisas que doem, que machuca. Aí eu falei para ela; Olha, machuca, o seu filho ofendeu. _ Ah mas são duas crianças. Eu falei: São duas crianças que o filho do outro ficou magoado. Aí diz que a diretora e a coordenadora acharam que não tinha tanta necessidade mais que os pais ficaram muito ofendidos.

Eu tenho uma sobrinha e esses dias que eu fui fazer uma cirurgia e ela me levou a uma experiência muito difícil. Então minha sobrinha é muito esperta. O dia que eu fui internar ela disse: Tia eu vou com você. Ai tá tudo bem. Chegamos no hospital. Sabe aquela coisa quando você chega assim o pessoal dá aquela olhada assim. Só negro né. Só tinha um amarelinho e um branquinho o resto era tudo negro. A secretária olhou assim, chamou a gente, preencheu a ficha e disse. Você aguarde. Vou arrumar um quarto e aí nisso uma menina veio e falou assim; Ah vamos colocar ela aqui no 15, bem que ela ia ficar num outro quarto. Aí minha sobrinha falou: Não no outro quarto, não. Ela falou pra elas: Cadê o telefone? Daí eles ficaram procurando as coisas e ela ficou assim. É igual nós estávamos falando não é que a gente próprio, a gente mesmo é racista, não. É o que estava acontecendo, as situações que a gente vive. Aí a enfermeira veio, o médico chegou. O médico assim da cor da Maristela (mais clarinho) japonês. Atendeu, tudo naquela coisa, na hora que entrou na sala de cirurgia aí mudou totalmente, hora que ele entrou. Tudo mudou. Aí quando saí a dona do hospital queria saber o que a gente estava fazendo lá. Perguntou pra minha sobrinha: Tem alguém seu internado aqui? Ela falou : tem . na hora que eu ganhei alta pra mim descer foi a mesma coisa. A minha filha esperando, o meu sobrinho. Ela perguntou: Quem é? E a Secretária falou: eles

ganharam alta, estava internada. Então não é somente na escola. Onde nós estamos há discriminação, sim.

LOCUTOR – 7

Eu achei muito interessante a fala da Maristela porque a gente precisa sim ler, buscar porque você defende aquilo que você conhece e ama, né. A Cristiane defende porque ela tem uma bagagem profunda das leituras. Eu por exemplo é muito pouca como é que eu vou conseguir sair de uma situação. A gente tem que ler mesmo, tem que buscar, dar a volta por cima e ser melhor que esses branquelos.

Eles te discriminam se você faz uma festa, sai com sua família. Te discriminam por você se dar bem com sua mãe, sua família, seus filhos. Até isso serve pra te discriminar. Porque você casou com um branco, porque se você é negra, você tem que ser infeliz em tudo. Infeliz no amor, na família. Você tem que ser um lixo.

Meu irmão que entrou na polícia da última vez que veio aqui em casa ele ficou muito chateado porque foi confundido com um ladrão. O Valdir. Porque ele estava no carro da polícia civil aí passou um coleguinha e disse: O irmãozinho aí deu bobeira, dançou. E o que falou isso era preto. Agora tem lógica, estuda, rala,

consegue um emprego, tá lá. Ele falou assim; Mãe o trem tá feio. Eu vou ser professor, mexer com aluno é triste. Vou ser polícia acontece isso.

LOCUTOR – 8

Quando o Adilson falou sobre esta questão de conscientizar, as vezes, assim... quando você vai conscientizar as pessoas que parece não ter uma informação, você tem que ter assim uma certa paciência de estar ali esclarecendo. Hoje eu estava no salão e aí estava passando aquela ginasta a Daiane dos Santos. E o rapaz falou assim: Quem que essa negrinha pensa que é pra poder representar o Brasil, essa parece mais uma macaquinha. Que bobagem, olha aí, dançar brasileiro, o quê que é isso? Tom Jobim, olha aí? Mais ou menos eu entendi que é uma questão de cultura. Aí eu comecei a conversar com ele e falar a questão do brasileiro, do significado. Tive paciência, sem agredir. Olhei e ainda falei assim: Coitado, né. Eu sem agredir, fui falando pra ele da questão do brasileiro, a importância da Daiane que mesmo... Expliquei sobre a gafe dela e aí tudo bem. Dialogando com ele, ele falou assim pra mim: _ Luene, sabe que eu não tinha visto por esse lado, Então é difícil pra uma pessoa que parece não ter uma cultura ou informação. Agora quando acontece no caso, como a Luzia falou. Como que você vai debater

com pessoas assim. Essa parte que eu acho difícil. Não é que renego, eu acho que eu não tenho a paciência, sabe. Por exemplo um professor que sai da faculdade para representar também fazer um estudo sobre as diretrizes e sendo que ele não acredita em nada daquilo. Quando a gente fala branco, parece preconceito também, né. Mas eles querem nos apagar porque eles andam percebendo que nós estamos aparecendo. Estamos já conquistando o nosso espaço.